



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E O ESTABELECIMENTO DE REDES SOCIAIS
A PARTIR DO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ASSENTAMENTO
XX DE NOVEMBRO, CORDEIRÓPOLIS- SP**

VERIDIANY FILUS

**Araras
2017**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E O ESTABELECIMENTO DE REDES SOCIAIS
A PARTIR DO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ASSENTAMENTO
XX DE NOVEMBRO, CORDEIRÓPOLIS- SP**

VERIDIANY FILUS

Orientadora: SONIA MARIA PESSOA PERREIRA BERGAMASCO

Co-orientadora: VANILDE FERREIRA DE SOUZA ESQUERDO

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Agroecologia e
Desenvolvimento Rural como requisito
parcial à obtenção do título de
MESTRE EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO RURAL

Araras
2017

Filus, Veridiany

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E O ESTABELECIMENTO DE REDES
SOCIAIS A PARTIR DO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NO
ASSENTAMENTO XX DE NOVEMBRO, CORDEIRÓPOLIS- SP /
Veridiany Filus. -- 2017.

121 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus
Araras, Araras

Orientador: Sonia Maria Pessoa Perreira Bergamasco

Banca examinadora: Sonia Maria Pessoa Perreira Bergamasco, Abelardo
Gonçalves Pinto, Wilson Mazalla Neto

Bibliografia

1. políticas públicas. 2. organização social. 3. assentamentos. I.
Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Centro de Ciências Agrárias
Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Veridary Filus, realizada em 23/10/2017:

Profa. Dra. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco
UFSCar

Prof. Dr. Abelardo Gonçalves Pinto
CATI

Prof. Dr. Wilson Mazalla Neto
UNICAMP

AGRADECIMENTOS

Agradeço e dedico este trabalho aos meus pais Jussara e Roberval Filus, que tanto me apoiaram na decisão de ingresso no mestrado e em tantas outras decisões que tomo na vida.

A meu companheiro de caminhada Claudemir (Claudião) por me dar força, amor e por dividir comigo a criação do serzinho mais lindo que já conheci.

Agradeço a minha filha Clara por ter saúde e um ótimo sono e assim contribuir para o desenvolvimento da dissertação.

A minha segunda família seu Zé, dona Maria e compadre Odair que também me dão força nesta jornada

Aos amigos de sempre Jana, João e Taty.

Aos meus amigos/irmãos da morada agroecológica Refazenda, Marcelinho, Raul, Fer, Xamã, Rafael Lama e Joana, que me acolheram nestes dois anos e que me mostraram o que é agroecologia na prática.

As minhas amigas e também irmãs Thais Menina, Taia, Biela e ao Kita que representam a irmandade mais intensa e linda que já conheci e que me deram a honra de compartilhar o dia a dia

Aos amigos que fiz no mestrado Biju, Caio, Vivian, Jagunço pela parceria e a Cris pelo apoio de sempre.

Ao professor Antônio Carlos Ribeiro da Unifal, que me auxiliou na elaboração dos sociogramas do terceiro artigo desta dissertação

As minhas orientadoras Sonia e Vanilde que conduziram a produção desta dissertação e me deram a oportunidade de trabalhar, por um período de seis meses, no curso de pós graduação em educação do campo. A elas também agradeço a oportunidade de conviver e fazer amigos como a Fran e o Wilon.

Muita Gratidão!

Sumário

ÍNDICE DE TABELAS	viii
ÍNDICE DE FIGURAS	ix
RESUMO.....	xi
ABSTRACT	xiii
CAPÍTULO 01	15
INTRODUÇÃO GERAL	16
<i>Objetivo Geral</i>	22
<i>Objetivos Específicos</i>	23
REFERÊNCIAS:	23
CAPÍTULO 02- ARTIGO 01	26
CONTRIBUIÇÕES DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS PARA ASSENTADOS DE REFORMA AGRÁRIA: O CASO DO ASSENTAMENTO XX DE NOVEMBRO, SP- BRASIL	27
RESUMO.....	27
ABSTRACT	28
1. INTRODUÇÃO	29
2. As políticas e os programas governamentais para os agricultores familiares	32
2.1. Pronaf	33
2.2. Pnae	34
2.3. PAA	36
3. METODOLOGIA DO TRABALHO	38
3.1. Área de estudo	38
3.2. Instrumento de coleta de dados	39
4.RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	40
4.1.Composição familiar do assentamento XX de Novembro.....	41
4.2.O acesso às políticas públicas pelos assentados.....	44
4.3. Eficácia dos programas PAA, Pnae e Pronaf para a alimentação, a renda e a organização social.....	48
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
6.REFERÊNCIAS	58

CAPÍTULO 03- ARTIGO 02.....	62
A OPERACIONALIZAÇÃO DO PAA E PNAE: REDES FORMADAS A PARTIR DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA.....	63
RESUMO	63
ABSTRACT	63
1. INTRODUÇÃO	64
2. MATERIAIS E MÉTODOS	68
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	72
3.1 Acesso aos programas PAA e Pnae.....	72
Para a coordenadora do PAA em Rio Claro,	78
o programa beneficia vários setores que vão além do benefício para os agricultores, atinge as pessoas do município que necessitam, com produtos de qualidade que auxiliam na segurança alimentar das famílias e para a redução do consumo de produtos industrializados (informação verbal, transcrita em formulário de entrevista).....	78
3.3 Coesão Social referente aos programas PAA e Pnae no assentamento XX de Novembro	79
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
5. REFERÊNCIAS	86
 CAPÍTULO 04- ARTIGO 03.....	 89
ANÁLISE DE REDES SOCIAIS EM PROGRAMAS DE ESCOAMENTO DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS	90
RESUMO.....	90
ABSTRACT	91
1. INTRODUÇÃO	91
1.1. Breve contextualização sobre o conceito de redes sociais.....	91
1.2. Conceito de redes para o planejamento em políticas públicas... ..	95
1.3. PAA e Pnae enquanto programas de políticas públicas que movimentam redes sociais.....	97
2. MATERIAIS E METÓDOS	101
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	103
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
5. REFERÊNCIAS	113
 CAPÍTULO 05.....	 117
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118

ÍNDICE DE TABELAS

ARTIGO 01

Tabela 1: Distribuição da população do assentamento XX de Novembro por atividade produtiva, Cordeirópolis-SP, 2016 44

Tabela 2: Sugestões dos agricultores do assentamento XX de Novembro para melhoria do PAA, do Pnae e do Pronaf, Cordeirópolis- SP, 2016..... 47

Tabela 3: Distribuição das famílias do assentamento XX de Novembro que participam do PAA e Pnae em relação a renda, Cordeirópolis-SP, 2016 51

ARTIGO 02

Tabela 1: Grau de coesão social conforme percentual de pontuação atingida por indicadores das relações entre os atores da rede social.**Erro! Indicador não definido.**

ARTIGO 03

Tabela 1: Indivíduos integrantes da rede social de escoamento do PAA e Pnae do assentamento XX de Novembro, Cordeirópolis-SP, 2016. 111

ÍNDICE DE FIGURAS

ARTIGO 01

Figura 1: Localização do assentamento XX de Novembro no município de Cordeirópolis- SP	38
Figura 2: Distribuição da população do assentamento XX de Novembro segundo os grupos de idade, Cordeirópolis-SP, 2016	42
Figura 3: Distribuição da população do assentamento XX de Novembro, segundo o grau de escolaridade, Cordeirópolis- SP, 2016*	43
Figura 4: Quantidade de famílias que acessam o PAA, o Pnae e o Pronaf no assentamento XX de Novembro, Cordeirópolis-SP, 2016	45
Figura 5: Distribuição das famílias do assentamento XX de Novembro que acessam o PAA, Pnae e Pronaf segundo tempo de acesso, Cordeirópolis- SP, 2016	46
Figura 6: Número de respostas positivas em famílias com insegurança alimentar, no assentamento XX de Novembro, Cordeirópolis- SP, 2016.....	49
Figura 7: Redes estabelecidas entre os agricultores do assentamento XX de Novembro e as associações e cooperativas locais, Cordeirópolis-SP, 2016... ..	53
Figura 8: Avaliação da Associação de Pequenos Produtores Rurais do Assentamento XX de Novembro por meio de indicadores, Cordeirópolis-SP, 2016	56

ARTIGO 02

Figura 1: Linha do tempo com as datas relevantes dentro do processo da formação de redes de escoamento, por meio do PAA e Pnae no Assentamento XX de Novembro, Cordeirópolis- SP, 2016.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 2: Resumo das informações obtidas nos questionários e entrevistas realizadas com os agricultores e agentes que operacionalizam o PAA e o Pnae a partir do assentamento XX de Novembro, Cordeirópolis-SP, 2016.	Erro! Indicador não definido.
Figura 3: Redes (estabelecidas e validadas) do PAA e Pnae do Assentamento XX de Novembro, Cordeirópolis-SP, 2016.....	80
Figura 4: Avaliação, por meio de indicadores, dos agentes representantes dos órgãos que formam a rede de escoamento de produção, a partir do Assentamento XX de Novembro, Cordeirópolis-SP, 2016.....	82

ARTIGO 03

Figura 1: Localização do assentamento XX de Novembro no município de Cordeirópolis-SP.	102
Figura 2: Organograma base para entendimento da rede tutelada formada a partir dos agricultores do Assentamento XX de Novembro- Cordeirópolis SP.	104
Figura 3: Sociograma 1: Identificação, via questionário, das redes de escoamento do PAA e Pnae no Assentamento XX de Novembro Cordeirópolis-SP	106
Figura 4: Sociograma 2: Identificação, via entrevista, das redes de escoamento do PAA e Pnae no Assentamento XX de Novembro Cordeirópolis-SP	109
Figura 5: Sociograma 3: Identificação completa, via entrevista, das redes de escoamento do PAA e Pnae no Assentamento XX de Novembro Cordeirópolis-SP	110

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E O ESTABELECIMENTO DE REDES SOCIAIS A PARTIR DO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ASSENTAMENTO XX DE NOVEMBRO, CORDEIRÓPOLIS- SP

Autor: VERIDIANY FILUS

Orientador: SONIA MARIA PESSOA PERREIRA BERGAMASCO

Co-orientador: VANILDE FERREIRA DE SOUZA ESQUERDO

RESUMO

Esta dissertação traz um panorama geral do assentamento XX de Novembro, localizado no município de Cordeirópolis-SP, identifica seus moradores e expõem informações como idade, escolaridade, trabalho e renda; faz um mapeamento dos assentados que fazem parte do Pronaf, do Pnae e PAA; e uma análise das redes formadas a partir dos programas PAA e Pnae, com o intuito de relatar os sucessos e obstáculos dos programas na realidade do assentamento. No primeiro artigo analisamos os programas e políticas voltados para a agricultura familiar: PAA, Pnae e Pronaf no assentamento, nele utilizamos a metodologia quantitativa, através da aplicação de questionários semi-estruturados, bem como a observação participante. Para o segundo artigo, analisamos como se configura a relação entre os agricultores e os órgãos que os representam, utilizando a sistematização dos questionários aplicados, somado as entrevistas realizadas com os agentes municipais e com os representantes dos agricultores. Já no terceiro artigo, analisamos as redes estabelecidas pelo PAA e Pnae, procurando compreender o impacto desta rede sobre a vida social dos atores envolvidos. As informações, foram sistematizados com a ajuda do programa Pajek de forma a compor a caracterização e o sociograma da rede. No geral identificamos que a comunidade é composta por uma mescla equilibrada entre homens e mulheres e que a comunidade dispoem de um quantitaivo expressivo de individuos com 2º grau completo. Quanto ao acesso aos programas, o assentamento fez maior uso do Pronaf, no período de inicio do assentamento, e até o ano de 2016 contou com nove famílias com acesso ao PAA e dois com acesso ao Pnae. O escoamento de produção para os programas PAA e Pnae ocorre por meio da da Cooperativa de Cascalho, da Cooeprativa de Rio Claro e também de forma direta para os municipios de Cordeirópolis e Rio Claro e contribui para que os agricultores mantenham uma renda mensal média de R\$ 1.086.47 reais por

família. Identificamos 5.118 atendimentos pelo Pnae de Cordeirópolis, 39.000 pelo Pnae de Rio Claro e 850 cestas pelo PAA de Rio Claro, que totalizam uma articulação de mais de 48.000 pessoas. Já para análise de coesão social desta relação de escoamento, obtivemos um grau de alta coesão social, que se firmou nos 85%, sendo a questão do controle, principalmente no quantitativo de alimentos entregues, a maior dificuldade apontada na rede. Dentre os resultados após as entrevistas, o que sobressaiu de aspecto negativo, foi a falta de informação dos agricultores. Com relação aos aspectos positivos, nos foi reforçado a questão da melhoria alimentar devido a melhora na qualidade dos alimentos recebidos pelas escolas e instituições, e o fator educacional agregado pelo alimento após a compra deles da agricultura familiar. Com o auxílio do software Pajek conseguimos identificar algumas relações e atores-chaves que poderão servir como foco de atuação para melhoria no interior dos programas. Acreditando que um trabalho focalizado nos atores de laços fracos, com características de ponte, pode ser uma estratégia de ampliação e melhoria das relações no interior da rede sem ter que trabalhá-la por completo.

THE SOCIAL ORGANIZATION AND THE ESTABLISHMENT OF SOCIAL NETWORKS FROM THE ACCESS TO PUBLIC POLICIES IN THE NOVEMBER XX SETTLEMENT, CORDEIRÓPOLIS- SP

Autor: VERIDIANY FILUS

Orientador: SONIA MARIA PESSOA PERREIRA BERGAMASCO

Co-orientador: VANILDE FERREIRA DE SOUZA ESQUERDO

ABSTRACT

This dissertation brings a panorama of XX November Settlement, located in the municipality of Cordeirópolis-SP. It identifies its dwellers and expose informations as age, schooling, work/job and income; it maps the settlements that come under the scope of Pronaf, Pnae and PAA and analyses the networks built upon PAA and Pnae programs aiming to report the successes and hindrances for PAA and Pnae into the reality of the settlement and contribute to the improvement of the programs. In the first paper our first concern was analyzing the programs and policies towards familiar agriculture: PAA, Pnae and Pronaf in the context of XX November settlement. In order to do so, we've used the quantitative methodology as a tool, through the application of semi-structured questionnaires, as well as qualitative through the participative observation. In the second paper, we've analyzed how the relation between peasants from XX de Novembro Settlement and the organisms which represent them is configured. For such, we've used the systematization of questionnaires applied to the peasants along with the interviews with municipal agents and with the peasants representatives. Still, in the third paper, we analyze networks established around PAA and Pnae, in XX November Settlement, looking for understanding the impact of this network on the involved actors' social life. The informations were gathered by means of the instruments already mentioned while the overview on the first and second papers. Nevertheless, these informations were systematized with the help of the software Pajek prompting the network characterization and sociogram. In general we've identified that the community is composed by a equilibrated mix of men and women and that the community has an expressive number of its members with high school degree. Concerning to the acess to Pronaf, PAA and Pnae programs, Pronaf was the most accessed, from the beginning of the settlement up to 2016 nine families accessed PAA and two did access Pnae. The production outflowing to PAA and Pnae programs happens through the Cascalho Cooperative, Rio Claro Cooperative as well as directly to Rio Claro and Cordeirópolis municipalities and contributes for a R\$ 1.086.47 monthly average income by family.

Concerning to the attendings, in 2016 we've identified 5.118 attendings, by Pnae in Cordeirópolis, 39.000 by Pnae in Rio Claro and 850 baskets by PAA in Rio Claro, what adds up to an articulation of more than 48.000 people, only in this year. Meanwhile, concerning to social cohesion analysis, for this outflowing relation we've found a high degree of social cohesion improve the phrasing which reached to 85% what flags to a high integration between the outflowing net-work actors, being the issue on inspection, mainly of the amount of delivered food, the greatest difficulty pointed out within the net-work. Among the interviews' results, what has called our attention the most was peasants lack of information. Nevertheless this negative factor, regarding to the lack of information within the net, the issue on food quality improvement has been remarked, it was identified by the municipal agents who pointed out an improvement on the quality of the food received by schools and institutions and the educational factor added to the food being it purchased from the local familiar agriculture. With the aid of the software Pajek we achieved to identify some key relations and actors who will be able to play an outstanding role in order to enhance the programs from within; believing that keeping the focus on weak rings actors characterized so as having an intermediation role may be an strategy for relations improvement and widening within the net-work with no need to work review it throughly.

CAPÍTULO 01

INTRODUÇÃO GERAL

No Brasil, como em outros países periféricos, “a transnacionalização capitalista torna evidente e acentua ainda mais as desigualdades econômicas e sociais” (SOUZA, 2012, p. 23). A população rural brasileira, que em 1970 era de 41 milhões de habitantes (ou 44% do total), sofreu um declínio populacional relativo e absoluto, chegando em 2010 a 29.830 milhões de habitantes, ou seja 15,64% do total (IBGE, 2011). Assim a população rural foi reduzida pela metade, em apenas quatro décadas.

Entretanto, mesmo com a significativa redução da população rural, não houve uma diminuição relevante na produção agrícola. Tal dado pode ser explicado pela introdução das práticas oriundas da Revolução Verde, nos anos 60, quando produção passa a ser desenvolvida de forma monocultural e dependente de maquinários e insumos químicos, que demandam menos mão de obra. Segundo Wanderley (2004, p.43) neste período criou-se “um novo patamar para a agricultura e o meio rural, definido pela modernização das suas atividades e pela integração socioeconômica global”.

Devido à redução no número de pessoas necessárias para a operacionalização das práticas agrícolas, a evasão dos agricultores e conseqüentemente o inchaço das áreas urbanas foi evidente, como também foram expressivos os danos que este sistema produtivo, baseado na Revolução Verde, trouxe ao meio ambiente.

Em contrapartida à evasão rural e a expressiva degradação causada pela modernização da agricultura, a população brasileira foi à luta em prol da retomada de terras para o povo, cobrando do Estado a realização de uma política de reforma agrária no Brasil.

As reivindicações surgem,

de todos aqueles que poderiam ser chamados de “operários-camponeses”, os quais, por terem terra insuficiente e/ou em condições precárias de acesso à mesma, são obrigados a se assalariar temporariamente para garantir a sua sobrevivência. Mas não são apenas os “operários-camponeses” que a reivindicam:

também os assalariados têm na reforma agrária sua bandeira de luta política. A reforma agrária que os trabalhadores rurais reivindicam não é a pulverização antieconômica da terra: é sim uma redistribuição da renda, de poder e de direitos, aparecendo as formas multifamiliar e cooperativa como alternativas viáveis para o não fracionamento da propriedade. Em resumo não desejam a mera distribuição de pequenos lotes, o que apenas os habilitaria a continuarem sendo uma forma de barateamento de mão-de-obra para as grandes propriedades. Mas almejam uma mudança na estrutura política e social no campo, sobre a qual se assenta o poder dos grandes proprietários de terra. (GRAZIANO DA SILVA, 1983, p.92 e 93)

Neste contexto, uma das alterações políticas significativas foi a criação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, que regulamentou as relações de trabalho agrícola e impulsionou a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) fundada no mesmo ano, visando a organização política de classe.

A partir desta organização inicial, favorecida pelo fim dos governos militares, foi criado no ano de 1984 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como uma forma de luta dos trabalhadores pela terra, por reforma agrária e por mudanças sociais no país, o que fortalece a criação e expansão dos assentamentos rurais¹.

No que compete à formação dos assentamentos, observa-se que:

Até 1990, os projetos de assentamento existentes no Brasil totalizaram 876 núcleos, sendo que, destes, 515 foram realizados no âmbito do PNRA²; 137, oriundos de programas de colonização oficial e 224 frutos de políticas agrárias de governos estaduais. Dados oficiais de 1995 indicavam o crescimento do número de projetos, que somavam, no conjunto, 1.626 núcleos, conglomerando 350.836

¹ Segundo definição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), assentamentos rurais são “conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Incra onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a único proprietário (INCRA, 2015).” Segundo Bergamasco (1997) “A temática da reforma agrária no Brasil tem sido uma constante desde os anos 50 e 60, em que aparecia como solução para as questões nacionais. O golpe militar de 64, ao contrário do que se poderia esperar, institucionalizou a questão por meio da promulgação, em novembro de 1964, do Estatuto da Terra. Letra morta para a resolução dos problemas agrários do país, o Estatuto da Terra respaldou um longo processo de colonização, em especial na região Norte e Centro-Oeste, por meio da implantação de assentamentos de colonos do Sudoeste e do Sul”. Como afirma Norder (1997), os assentamentos, são projetos criados muito mais para resolver situações de conflitos localizados do que situações de pobreza e exclusão social, ou mesmo para resgatar o potencial produtivo da agricultura familiar.

² Política Nacional de Reforma Agrária.

famílias em 27,2 milhões de hectares arrecadados (PALMEIRA E LEITE, 1998 citado por LEITE et al. 2004, p. 39 e 40).

Segundo números oficiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2016), até 2016, tivemos um total de 1.348.484 famílias assentadas no Brasil.

Estes assentamentos rurais tiveram grande propulsão nos anos 1990 e hoje são implementados a passos lentos, tendo em vista que o discurso governamental não está mais centralizado na distribuição de terras, o que já se faz sentir no último governo, onde a prioridade passou a ser a erradicação da pobreza, por outros mecanismos como projetos e programas de produção e comercialização. Tal postura tem lógica ao se considerar que “um importante condicionante para o sucesso de reformas agrárias é aliar a distribuição de terras a um conjunto de políticas que garantam a competitividade dos seus beneficiários” (SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2013, p. 567), dando-lhes condições para o desenvolvimento de sua produção e conseqüentemente contribuindo para melhoria da qualidade de vida da população.

Dentro dessa perspectiva, as políticas públicas, que não estão centralizadas somente nos assentados rurais e que incluem também comunidades tradicionais e pequenos proprietários de terra, consolidam uma nova categoria social intitulada “agricultor familiar”, fortalecida em julho de 2006 pela Lei nº 11.326 (BRASIL, 2006) que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Segundo a referida lei, considera-se agricultor familiar,

aquele que desenvolve atividades econômicas no meio rural e que atende alguns requisitos básicos, tais como: não possuir propriedade rural maior que 4 módulos fiscais; utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas da propriedade; e possuir a maior parte da renda familiar proveniente das atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural (BRASIL, 2006).

Desse modo, a agricultura familiar delimita-se como foco da presente pesquisa, levando em consideração sua articulação com outra consciência social, que “se expressam na relação prática que estabelecem com os recursos ambientais e na adoção de um modo de vida particular, que é fruto da crítica social generalizada ao modelo baseado no monocultivo” (ABREU, 2005, p. 174).

Nessa perspectiva, é sabido que a agricultura familiar é responsável, em média, por 70% da produção de alimentos que o brasileiro consome (BRASIL, 2012). Para incentivar o seu desenvolvimento, o governo, pressionado pelos movimentos sociais, cria incentivos para o aperfeiçoamento técnico e para a expansão da produção de alimentos provenientes desta categoria no país. Dentre os acontecimentos mais significativos no que compete às políticas públicas para o meio rural, podemos destacar o Decreto Presidencial nº 1.946 (BRASIL, 1996), que institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e que representa o reconhecimento e a legitimação dos agricultores familiares perante o Estado.

O Pronaf surge com o intuito de fortalecer a capacidade produtiva desta categoria social e de ampliar a geração de emprego, renda e qualidade de vida das famílias por meio: do ajuste da política em relação à realidade dos agricultores; da viabilização de infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo; da elevação do nível de profissionalização; e do estímulo ao acesso aos mercados de insumos e produtos (SCHNEIDER; SILVA; MARQUES, 2004).

Esses programas de fomento (diversas linhas do Pronaf), viabilizados por meio de créditos financeiros destinados à produção, foram complementados principalmente após o ano de 2003 com a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e em 2009 com a reestruturação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), que exigem a compra dos produtos da agricultura familiar. Tais programas governamentais contribuem de forma significativa para a transformação do rural brasileiro,

"servindo como arrimo para os agricultores familiares, e assim permitindo que esse segmento expresse as suas potencialidades" (ALMEIDA; FERRANTE; BERGAMASCO, 2009).

O PAA e o Pnae são programas que fortalecem a agricultura familiar e suas formas culturais e incentivam a prática da alimentação saudável nos setores populares. Sua efetivação prioriza a formação de arranjos produtivos inclusivos e viáveis aos agricultores familiares e, ao mesmo tempo, incentiva a produção de alimentos diversificados e saudáveis.

Diante da relevância da agricultura familiar para o país, é fundamental analisar os reflexos dos programas governamentais destinados a esta categoria, em específico o seu impacto na geração de renda e qualidade de vida dos agricultores e no aperfeiçoamento de práticas de agricultura que preconizam a preservação dos recursos naturais e a produção de alimentos saudáveis.

Esses programas frequentemente estimulam a organização dos agricultores em grupos de produção, beneficiamento, comercialização entre outros favorecendo o estabelecimento de redes locais formadas por agricultores, associações/cooperativas, prefeitura municipal, escolas públicas e instituições sociais que recebem os alimentos. Segundo Paulillo (2009, p. 62), estas

redes resultam da cooperação mais ou menos estável e não hierárquica entre as organizações que se conhecem e se reconhecem, negociam, trocam recursos e partilham normas e interesses. São conformadas por laços institucionais, mas também por relações interpessoais, tendo influência na elaboração da agenda, no processo de decisão, na prática da ação pública e na concorrência de mercado. Nas redes, as regras institucionais, os modos operativos que derivam das instituições e as representações determinam a interação entre os atores de uma política pública.

Com base nas assertivas acima, esta dissertação irá trazer: um panorama geral do assentamento XX de Novembro, localizado no município de Cordeirópolis-SP, identificando seus moradores e expondo informações como idade, escolaridade, trabalho e renda; um mapeamento dos assentados que

fazem parte do Pronaf, do Pnae e PAA e uma análise das redes formadas a partir dos programas PAA e Pnae no assentamento estudado, com o intuito de relatar os sucessos e obstáculos do PAA e do Pnae na realidade do assentamento e contribuir para o aprimoramento dos programas. Levamos em consideração que o convívio dos atores, que compõem as redes sociais criadas em torno desses programas abriga as condições socioculturais e econômicas, bem como o fortalecimento de identidade local (TEODORO; DUARTE; VIANA, 2009), além de influenciar nas questões: econômica, social e cultural dos envolvidos, e contribuir para segurança alimentar e nutricional.

Para tanto, o trabalho está dividido em cinco capítulos, dos quais três referem-se aos artigos oriundos da pesquisa (capítulo dois, três e quatro).

O presente capítulo 1, contém uma breve introdução das motivações que nos fizeram seguir na direção adotada pelos três artigos, expondo os objetivos gerais e específicos da dissertação.

No capítulo 2 (artigo 1), nos preocupamos em analisar os programas e políticas voltados para a agricultura familiar: PAA, Pnae e Pronaf no Assentamento XX de Novembro. Para tal, utilizamos a abordagem quantitativa, através da aplicação de questionários semi-estruturados, bem como qualitativa por meio da observação participante. Desta forma buscamos identificar os agricultores que tiveram acesso aos programas e políticas, e também determinar a eficácia destas em relação à renda, as condições de segurança alimentar e a contribuição para a organização social local.

No segundo artigo, que compõem o capítulo 3, enfatizamos que o trabalho interdependente entre agricultores familiares, cooperativas/associações e agentes municipais são a chave para o sucesso do PAA e do Pnae. Em confirmação a essa interpretação, analisamos como se configura a relação entre os agricultores do assentamento XX de Novembro e os órgãos que os representam (cooperativas e associação). Para tanto, utilizamos a sistematização dos questionários aplicados com os agricultores,

somado às entrevistas realizadas com os agentes municipais e com os representantes dos agricultores, afim de descrever a trajetória da cooperativa e dos municípios na inserção dos programas e elucidarmos as redes informais estabelecidas em torno destes programas.

No artigo conseguimos quantificar o atendimento gerado pelos programas no ano de 2016 e demonstrar as melhorias na alimentação oferecida por instituições sociais e escolas dos municípios, tendo como alicerce três categorias: o acesso, o impacto e a coesão social. Assim, também identificamos uma expressiva falha na comunicação em relação a participação dos agricultores no PAA e no Pnae, informações que foram validadas e elucidadas pelos agentes municipais e pelos representantes dos agricultores.

No capítulo 4 (artigo 3) analisamos as redes estabelecidas em torno do PAA e Pnae, no Assentamento XX de Novembro procurando compreender o impacto desta rede sobre a vida social dos atores envolvidos. As informações foram coletadas, dentro dos instrumentais já descritos no artigo um e dois. No entanto, foram sistematizados com a ajuda do programa Pajek, de forma a compor a caracterização e o sociograma da rede. Dentre as questões levantadas, questionou-se: a) se a rede tem o caráter integrador ou transformador, b) como se dá a mobilização desta rede, utilizando conceitos como laços fortes e fracos e capital social. Nele conseguimos apontar que tipo de rede é esta, formada pelos programas, e identificar quais são os agricultores de ponte desta realidade.

Para finalizar, concluímos a dissertação com o capítulo 5, onde foram apontadas algumas questões suscitadas pela pesquisa.

Objetivo Geral

Analisar a eficácia e coesão social do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) no assentamento XX de Novembro, em Cordeirópolis- SP com a identificação e

análise das redes sociais estabelecidas e a influência destas na questão econômica e social dos assentados.

Objetivos Específicos

- Identificar os agricultores que fazem parte do Pronaf, do PAA e do Pnae no assentamento XX de Novembro;

- Determinar a eficácia do PAA e do PNAE em relação à renda, condições de vida e segurança alimentar;

- Identificar as redes estabelecidas pelos envolvidos no PAA e no Pnae, no assentamento XX de Novembro.

REFERÊNCIAS:

ABREU, L. S. **A construção social da relação com o meio ambiente entre agricultores familiares da Mata Atlântica Brasileira**. Campinas: Emopi, 2005.

ALMEIDA, L. M. M. C.; FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; Programas de segurança alimentar e agricultores familiares: a formação de rede de forte coesão social a partir do PAA no município de Araraquara-SP. In: XLVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. 2009. Porto Alegre-RS, **Anais...**, Cd-rom.

BRASIL, 1996. **Decreto Presidencial nº 1.946, de 28 de julho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm. Acesso em: 15 de Outubro de 2015.

_____. 2006. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 29 de setembro de 2015.

_____. 2012. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2010/2013**. Disponível em: http://portal.mda.gov.br/plano-safra/arquivos/view/Cartilha_PlanoSafra.pdf. Acesso em: 10 de janeiro de 2015.

DE SOUZA ESQUERDO, V. F.; BERGAMASCO, S. M. Balanço sobre a reforma agrária brasileira nas duas últimas décadas. **Interciencia**, vol. 38, núm. 8, agosto, 2013, pp. 563-569

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**. 6ª edição. Editora Brasiliense. 1983.

INCRA – **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. 2015a. Assentamentos. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em: 30 de outubro de 2015.

INCRA – **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Reforma agrária. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reformaagraria>. Acesso em: 31 de outubro de 2016.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo demográfico 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=351240>. Acesso em: 28 de janeiro de 2016.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo 2010. Sinopse do Censo e Resultados Preliminares do Universo. Rio de Janeiro, 29 de abril de 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000402.pdf>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2015.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA). Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD). São Paulo: Unesp, 2004, p. 39 e 40.

MDA – **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Linhas de crédito do Pronaf. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/linhas-de-cr%C3%A9dito>. Acesso em: 5 de dezembro de 2015.

PAULILLO, L. F.; ALMEIDA, L. M.; SILVE, V.; ALVES E NOGUEIRA, E.; MARTINELLI, J. **Eficácia e coesão social do projeto Viva Leite: uma avaliação da rede de segurança alimentar de Osasco e Carapicuíba**. Revista de Economia Agrícola, São Paulo, v. 56, p. 7-28, 2009.

SCHAPPO, S. Agricultura de sustentação sob olhares de Josué de Castro. **Revista Temporalis**, v. 2, p. 83-101, 2012.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SOUZA, H. J. **Como se faz análise de conjuntura**. 32. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, p.23, 2012.

TEODORO, S. H.; DUARTE, L. G.; VIANA, J. N. (Org.) **Agroecologia: um novo caminho para a extensão rural sustentável**. Rio de Janeiro: Grammond, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 21, 2003: 42-61.

CAPÍTULO 02- ARTIGO 01

*(Texto apresentado na SOBER em 2017 e enviado para a revista
Agroalimentária em 2017)*

**CONTRIBUIÇÕES DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS PARA
ASSENTADOS DE REFORMA AGRÁRIA: O CASO DO ASSENTAMENTO
XX DE NOVEMBRO, SP- BRASIL ¹**

Filus, Veridiany²

Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira³

Souza Esquerdo, Vanilde Ferreira de⁴

RESUMO

O artigo analisou programas e políticas voltadas para a agricultura familiar: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), no Assentamento XX de Novembro, localizado no município de Cordeirópolis, estado de São Paulo. No Brasil, a partir de meados da década de 90, estas iniciativas públicas tiveram como objetivos, dentre outros, garantir a segurança alimentar e nutricional dos seus beneficiários. Utilizou-se de metodologia quantitativa, através da aplicação de questionários semi-estruturados, bem como qualitativa por meio da observação participante. Buscou-se dessa forma identificar os agricultores que tiveram acesso a estes programas e políticas, e também determinar a eficácia destas em relação à renda, as condições de segurança alimentar e na contribuição para a

¹ Este artigo faz parte de uma pesquisa coordenada pela Prof^a. Dra. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco, intitulada: "Avaliação de Políticas Públicas no Estado de São Paulo a partir dos Assentamentos Rurais", Chamada Universal MCTI/CNPQ Nº 14/2014.

² Assistente Social (Universidade Estadual do Centro-Oeste- UNICENTRO), mestranda em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (Universidade Federal de São Carlos- UFSCAR Araras). Endereço postal: Assentamento Ireno Alves S/ N, Brasil. Cep: 480000. Telefone: (41) 996137177. Currículo lattes:

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4462276Y6>;

veri_filus@yahoo.com.br

e-mail:

veri_filus@yahoo.com.br

³ Engenheira Agrônoma (Universidade de São Paulo), mestrado em Extensão Rural (Universidade Federal de Viçosa), doutorado em Ciências (Universidade Estadual Paulista), pós-doutorado (Universidade Estadual de Campinas), pós-doutorado (École de Hautés Études em Sciences Sociales. Paris, França); Professora titular (Universidade Estadual de Campinas), Bolsista Produtividade em Pesquisa, CNPq e Bolsista do Programa Nacional de Professor Visitante Sênior – PNPVS da CAPES (Universidade Federal de São Carlos UFSCar-Araras). Endereço postal: Universidade Estadual de Campinas. Avenida Cândido Rondon, n, 501. Feagri Unicamp Cidade Universitária CEP 13083875 - Campinas, SP –Brasil Telefone: (19) 35211066. Currículo lattes:

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783306H1>;

sonia@feagri.unicamp.br

e-mail:

sonia@feagri.unicamp.br

⁴ Engenheira Agrônoma (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho), mestrado e doutorado em Engenharia Agrícola (Universidade Estadual de Campinas), pós-doutorado (Universidade Estadual de Campinas), pós-doutorado (Universidade Federal de São Carlos-UFSCAR Araras), professora doutora Faculdade de Engenharia Agrícola-Feagri/Unicamp. Endereço postal: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola. Avenida Cândido Rondon n,501, Cidade Universitária, CEP 13083875. Campinas, SP- Brasil. Telefone: (19) 35211063. Currículo lattes:

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4736081D6>;

vanilde.esquerdo@feagriunicamp.br

e-mail:

vanilde.esquerdo@feagriunicamp.br

organização social local. Destaca-se que o PAA, mesmo tendo sido acessado menos que o Pronaf, foi a política que mais impulsionou mudanças positivas, pois contribuiu para garantir a segurança alimentar com ampliação da qualidade e quantidade dos alimentos consumidos, no assentamento XX de Novembro. O PAA é visto pelos pesquisados como um programa que auxilia na melhoria da renda de forma efetiva, mesmo que em formato de complementação. Em termos de organização social, detectou-se que a vinculação dos agricultores com a organização local não possibilitou estabelecer uma rede de relações com a prefeitura e nem com os programas. Os agricultores que acessam estes programas o fazem através de suas inserções em cooperativas externas, ou de forma individual.

PALAVRA-CHAVE: políticas públicas, agricultura familiar, assentamentos rurais, segurança alimentar, organização social.

ABSTRACT

The paper analyzed programs and policies built towards familiar agriculture: Food Acquisition Program (PAA), National Program for Alimentation at Schools (Pnae) and National Program for Familiar Agriculture Strengthening (Pronaf), at XX de Novembro Sttelment, located in the municipality of Cordeirópolis, São Paulo state. Brazil, since mid-90's, these governmental initiatives aimed to guarantee alimentation and nourishment security for its beneficiaries, among other purposes. The quantitative methodology has been used, through the application of semi-structured questionnaires, as well as qualitative methodology through the participative observation. By these means we've been looking forward identifying peasants that had access to these programs and policies as well as determining the effectiveness of these same programs concerning to incomes, alimentary security conditions and contribution to local social organization. We highlight that PAA, although being less accessed than Pronaf, is the pólice that has prompted more positive changes, once it has contributed to guarantee alimentary security amplifying quality and quantity of food consumed at XX de Novembro Sttelment. PAA is taken by the researchers as a program that aids to increase the income, having a complementary role. In terms of social organization, we found out that joining to the local organization didn't ensure the possibility to built a network with the city hall neither did it guarantee access to the programs. Peasants who access these programs do such either by joining cooperatives or by themselves.

KEYWORDS: Public policies, family farming, rural settlements, food security, social organization

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos 20 anos os programas governamentais, que fomentam a permanência das famílias de agricultores em suas propriedades, têm adquirido uma maior importância, principalmente no que compete a melhoria da renda e da alimentação e o incentivo à utilização de práticas alternativas de produção.

Apesar do perverso projeto de desenvolvimento econômico adotado pelo Brasil, cujo caráter urbano-industrial hegemônico levou, conseqüentemente, a dinâmica rural a se ajustar à tal cenário, e acarretou o êxodo de milhares de famílias do campo. O que se vê hoje é a resistência de uma significativa parcela de trabalhadores (as) rurais, que tendo como alicerce a base familiar de produção, se fortalecem e continuam a ser a principal fonte produtora de alimentos para os brasileiros.

Esses (as) trabalhadores (as) sentiram nas suas atividades os efeitos da consolidação da Revolução Verde⁵, mas também o fortalecimento das lutas sociais do campo e da cidade como uma alternativa de embate a esse processo. Dentre as inúmeras pautas de luta dos (as) trabalhadores (as) rurais encontra-se a luta pela terra, em uma perspectiva que não há preocupação somente com “a pulverização antieconômica da terra: e sim com uma redistribuição da renda, de poder e de direitos.” (Graziano da Silva, 1983, p. 92 e 93).

Neste contexto, para além do que se configurava nos governos militares de 1964-85 - com o apoio do Estado à modernização da agricultura, à expansão capitalista da fronteira econômica, à repressão aos movimentos sociais e ao bloqueio da reforma agrária- a luta dos movimentos sociais conseguiu ampliar direitos, exigindo do Estado a criação de leis e

⁵ Padrão tecnológico implementado para o meio rural, caracterizado como a penetração capitalista no campo para a maximização de lucros (Tambara, 1985), que criou um novo ator social para o campo, denominado por Florestan Fernandes (1973) como empresário rural e excluiu um grande número de trabalhadores, que foi obrigado a migrar para as cidades, compelidos ao pauperismo (Fernandes, 1973).

regulamentações para atender às novas demandas dos (as) trabalhadores (as), fato que impulsionou a criação do Estatuto da Terra, em 1964.

A princípio, o Estatuto foi criado para normatizar e orientar a política agrícola do País, estabelecer diretrizes para o desenvolvimento rural e fortalecer principalmente o empresário rural, que necessitava de assistência técnica, tecnologia e suporte de insumos para produzir. No entanto,

ao estabelecer, com força de lei, conceitos como latifúndio, minifúndio, empresa rural, arrendamento, parceria, colonização etc., o Estado criou uma camisa de força para os tribunais e para os seus próprios programas de governo, ao mesmo tempo que tornou possível a sua intervenção sem o concurso de mediadores e abriu espaço para a atuação de grupos sociais que reconheceu ou cuja existência induziu. (Palmeira, 1989, p.95)

Anterior ao Estatuto da Terra, houve a criação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, que regulamentou as relações de trabalho agrícola e impulsionou a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), fundada no mesmo ano, visando defender sua organização política.

Em 1984, foi criado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como uma forma de luta dos trabalhadores pela terra, por reforma agrária e por mudanças sociais no país, o que fortaleceu a criação e expansão dos assentamentos rurais. Segundo Bergamasco e Norder (1996) os assentamentos, foram definidos como unidades de produção agrícola criadas pelo governo por intermédio de políticas de reordenamento de uso da terra, para atender as demandas dos (as) trabalhadores (as) rurais.

No que compete à estruturação dos assentamentos rurais, é criado no ano de 1970 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que passa a administrar o cadastro nacional de imóveis rurais e as terras públicas da União. Segundo dados apresentados pelo órgão, até maio de 2016, foram assentadas 1.346.798 famílias (Incrá, 2016) “sendo o Governo de Lula o responsável majoritário com 614.088 famílias assentadas” (Guerrero, Bergamasco; Souza-Esquerdo, 2016, p. 373).

Pode-se visualizar que, a implementação de assentamentos rurais teve propulsão nos anos 1990, depois uma ampliação significativa no começo dos anos 2000 o que, atualmente, ocorre a passos lentos, tendo em vista o discurso governamental até o último governo democrático, não estava mais centralizado na distribuição de terras, e sim na erradicação da pobreza.

Tal postura tem lógica ao se considerar que “um importante condicionante para o sucesso de reformas agrárias é aliar a distribuição de terras a um conjunto de políticas que garantam a competitividade dos seus beneficiários” (Souza-Esquerdo; Bergamasco, 2013, p. 567), proporcionando a eles condições para o desenvolvimento de sua produção e, conseqüentemente contribuindo para melhoria da qualidade de vida da população em geral.

Diante da importância dos agricultores familiares, que segundo Censo Agropecuário de 2006 os colocam como principais responsáveis por produzir os alimentos consumidos pelos brasileiros, e da relevância do Estado na promoção de políticas públicas de incentivo à essa produção, o governo cria programas de financiamento e escoamento, como é o caso do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), programas que têm a segurança alimentar e nutricional e a sustentabilidade ambiental como referências.

Em reconhecimento à presença efetiva dos agricultores familiares na agricultura brasileira, em 1996 é promulgado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- Pronaf. Trata-se de um programa de crédito, que visa incentivar e garantir a melhoria das condições dos agricultores familiares que, até então, era um setor desassistido pelo estado brasileiro.

Em 2003, um outro programa governamental foi criado no Brasil visando auxiliar os agricultores no escoamento da produção. Assim, o PAA, estabelece uma forma mais direta de aquisição de alimentos, em pequenas quantidades,

que podem ser entregues durante todo o ano para atender instituições socioassistenciais (creches, asilos, hospitais, etc.).

Uma outra iniciativa pública de fundamental importância foi a reformulação do Pnae. Existente desde os anos 50, o programa é reestruturado em 2009 com a exigência de que 30% da alimentação adquirida para as escolas da rede pública de ensino, provenham dos agricultores familiares. Assim, esse programa passa a ser operacionalizado através de chamadas públicas, com calendário anual, para o atendimento do público específico.

Com os elementos apresentados, o presente artigo objetivou identificar o grau de inserção dos assentados de reforma agrária nestes três programas. Para tanto, a pesquisa teve como local de estudo o assentamento XX de Novembro, localizado em Cordeirópolis-SP e analisou como se configura a realidade social desta comunidade, quais os vínculos organizativos que os agricultores estabelecem para a inserção nos programas e como essa inserção afeta a alimentação e a renda das famílias.

O artigo está dividido em quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção é apresentada a revisão bibliográfica sobre os programas e políticas públicas abordados; na sequência apresenta-se a metodologia do trabalho, especificando-se a área de estudo e a forma de coleta dos dados; na quarta seção há a apresentação e discussão dos resultados da pesquisa e, finalmente, na quinta seção são expostas algumas considerações finais acerca do presente estudo.

2. As políticas e os programas governamentais para os agricultores familiares

O final da década de 1990 se configurou como um período importante para o rural brasileiro, pois mudanças, em nível federal, conseguiram atender as demandas galgadas pelos movimentos sociais. Dentre elas, destacamos a criação do Pronaf em 1996, a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário

(MDA) em 1999, (Wanderley, 2011) e da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), no interior deste, em 2001.

A criação do MDA fez com que as responsabilidades sobre o Pronaf passassem a ser assumidas por este Ministério, que de forma bastante incisiva teve a incumbência de: apoiar a assistência técnica e extensão rural e qualificar a aplicação dos recursos do Pronaf (Diesel; Dias; Neumann, 2015). Estes, dentre outros marcos institucionais, frisaram a dualidade da estrutura agrária e fundiária no país e impulsionaram, no ano de 2006, a criação da lei número 11.326 que estabelece as diretrizes para a Política Nacional da Agricultura Familiar⁶, política que reconheceu o agricultor familiar como uma categoria social e passou a balizar políticas públicas para este grupo social, a formular e reestruturar programas, que pudessem estimular o escoamento da produção oriunda da agricultura familiar, como o PAA e o Pnae.

2.1. Pronaf

O Pronaf surgiu por meio do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, com o intuito de fortalecer a capacidade produtiva dos agricultores e de ampliar a geração de emprego, renda e qualidade de vida das famílias, por meio do ajuste da política de crédito em relação à realidade dos agricultores; da viabilização de infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo; da elevação do nível de profissionalização; e do estímulo ao acesso aos mercados de insumos e produtos (Schneider; Silva; Marques, 2004). Conta também com financiamentos direcionados para agricultores familiares e, em específico, para agricultores oriundos do processo de reforma agrária e outros segmentos tradicionais da sociedade, que passaram a ter o direito de emitir a sua Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e representam, segundo o Censo Agropecuário de 2006, até 26% do público com direito de acesso ao crédito.

⁶ Segundo a Lei nº 11.326 (Brasil, 2006), considera-se agricultor familiar aquele que desenvolve atividades econômicas no meio rural e que atende simultaneamente alguns requisitos básicos, tais como: não possuir propriedade rural maior que 4 módulos fiscais; utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas da propriedade; e possuir a maior parte da renda familiar proveniente das atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com a sua família.

As linhas de crédito que atendem especificamente os agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário são as dos Grupos “A” e “A/C”, valendo ressaltar que seus investimentos foram significativamente reduzidos ao longo do tempo correspondendo a 21% em 2000 (percentual máximo atingido) e chegando a apenas 3% do montante aplicado em 2012. (Grisa; Wesz Junior; Buchweitz, 2014). Isto devido à importância que o programa passou a dar aos agricultores mais capitalizados, que representam hoje um ator importante para a economia, principalmente no que compete à produção de *commodities*.

Antes desta redução, estudiosos chegaram a pensar que as classes mais empobrecidas do meio rural iriam alcançar estabilidade financeira e produtiva. No entanto, o Pronaf começou a abrir brechas. Em 2003, inseriu uma categoria intitulada “grupo E”, formada por agricultores com renda mensal elevada, abrindo espaço para agricultores mais capitalizados acessarem o programa.

Em suma, durante seus 20 anos de vigência, o programa se expandiu e ganhou porte significativo. No Plano Safra 2016/2017 o volume de recursos atingiu R\$ 30 bilhões para o crédito rural disponível.

2.2. Pnae

O Pnae, surge em 1955 como uma alternativa assistencialista que, por meio de campanhas, disponibilizava alimentos para as escolas e suas famílias. Esta forma se estendeu até 1979 quando as campanhas se transformam em um programa governamental reconhecido e, posteriormente, endossado pela Constituição Federal de 1988.

Inicialmente a compra de alimentos era basicamente oriunda das grandes empresas alimentícias, por meio de licitações o governo “comprava e distribuía para todo o território nacional um conjunto de alimentos formulados e industrializados por um número restrito de empresas, conformando uma

estrutura operacional que apresentou várias distorções” (Grisa; Porto, 2015, p. 162). Isto privilegiava algumas empresas e a alimentação escolar destoava da realidade e hábitos alimentares de cada região.

A partir de 1994, o programa sofreu modificações pois teve seus recursos descentralizados, com a lei 9.813/05, quando passa a compor a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Pnsan); e posteriormente, no ano de 2009, quando ocorre a promulgação da lei 11.947 na qual foi definido que, dos recursos financeiros disponíveis para o Pnae, “no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas” (Brasil, 2009).

Com este montante mínimo a ser adquirido da agricultura familiar local, tanto o agricultor passou a ganhar financeiramente, devido a obrigatoriedade desta aquisição, o que influenciou diretamente sua renda, quanto as escolas também foram beneficiadas, devido a possibilidade da obtenção de alimentos frescos, sadios e compatíveis com a realidade alimentar e nutricional de cada localidade.

A relevância do programa é ampliada, ainda mais, quando a lei 11.947 abre precedente para a dispensa de licitação, sendo necessário apenas que o agricultor apresente um projeto de venda de gêneros alimentícios para a unidade recebedora, e quando, por meio da Resolução nº 25 de 4 de julho de 2012 (Brasil, 2012) é alterado o valor de R\$ 9 mil para R\$ 20 mil por DAP/ano, valor este, altamente “significativo para o agricultor familiar, sobretudo para algumas regiões do País (Norte e Nordeste), uma vez que somente esse canal de comercialização representa em média R\$ 1,6 mil reais/mês/DAP.” (Melão, 2012, p.95).

Também com o intuito de fortalecer e privilegiar a produção de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos, o Pnae prioriza a aquisição destes tipos de produtos em detrimento aos produzidos de forma convencional, com a utilização de insumos químicos. Ademais, tais produtos possuem o acréscimo de 30% em seus preços. Conforme pode ser observado no art. 20 da resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de junho do 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica, no Pnae, os produtos da agricultura familiar e dos empreendedores familiares rurais a serem fornecidos para alimentação escolar serão gêneros alimentícios, priorizando, sempre que possível, os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos. (Brasil, 2016).

2.3. PAA

O PAA, diferentemente do Pnae, surge em 2003 pela lei 12.512, com o foco na compra de alimentos oriundos da agricultura familiar, realçando a questão da segurança alimentar e nutricional da população, e tem como um de seus principais diferenciais a dispensa de licitações para aquisição dos alimentos.

Para que os agricultores consigam efetuar a venda de seus alimentos ao programa, os mesmos precisam identificar a unidade executora do programa, verificar quais alimentos são adquiridos, e em quais modalidades são operacionalizadas no local (compra com doação simultânea; compra direta; apoio à formação de estoques; incentivo à produção e ao consumo de leite; compra institucional e aquisição de sementes; sendo esta última modalidade só acessível para agricultores com DAP jurídica) e solicitar a sua inclusão na listagem de produtores. Após a inclusão, a unidade executora repassa ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) a identificação dos agricultores familiares e o repasse do valor adquirido é depositado diretamente na conta do agricultor e sacado através de um cartão bancário.

O PAA promove a aquisição de um conjunto diverso de alimentos, resultante da oportunidade de agricultores e suas organizações ofertarem o que dispõem para comercializar, desde que manifesto e acordado nos projetos estabelecidos com a Conab ou prefeituras e governos estaduais. Esse processo, associado ao estabelecimento de relações de parceria e confiança com as entidades socioassistenciais e da rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição, permitiu que as famílias vendessem uma pauta de produtos extremamente diversificada, o que, por sua vez, contribuiu para o fortalecimento e o resgate da cultura alimentar regional. Um amplo leque de produtos pode ser adquirido da mesma unidade familiar, muitos deles produzidos anteriormente sem destinação comercial, restritos aos espaços do consumo familiar e as relações de reciprocidade. (Grisa; Porto, 2015, p.164)

No que diz respeito a valores disponibilizados pelo programa, em mais de 10 anos, podemos observar um crescimento em relação aos valores disponíveis por DAP, onde a partir de Decreto nº 6.959, de 2009, disponibiliza-se um montante de até R\$ 9.000,00 por família, dependendo da modalidade acessada. Houve também um aumento em relação aos investimentos totais do programa. Segundo dados consolidados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em 2003, o valor disponível foi de R\$ 145 milhões de reais, chegando ao ápice em 2012 com um montante de R\$ 838 milhões de reais.

Também com o intuito de fortalecer e privilegiar produtos orgânicos e/ou agroecológicos o PAA, como o Pnae, prioriza a aquisição destes tipos de produtos em detrimento daqueles produzidos de forma convencional, com a utilização de insumos químicos, acrescentando 30% no valor da compra.

Vale ressaltar que o programa vem sofrendo, desde 2013, uma queda brusca em seus recursos chegando a 52% menos, se comparado ao ano anterior, fato este que pode ser atribuído a diversos fatores tais como: adversidades de tempo, redução de demanda, como também “o efeito de certa apreensão judicial recente que recaiu sobre o programa e aos atores envolvidos em sua execução, seja em âmbito nacional, seja nos espaços locais” (Grisa; Porto, 2015, p.167).

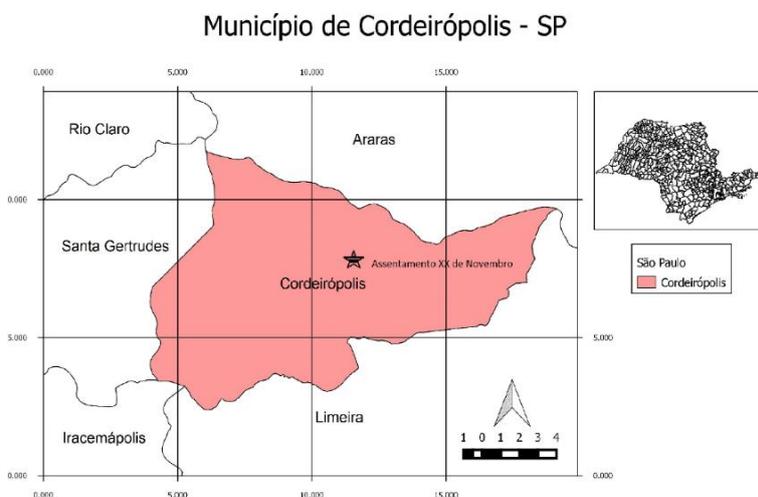
3. METODOLOGIA DO TRABALHO

3.1. Área de estudo

O município de Cordeirópolis, foi instituído em um cenário de grandes propriedades rurais que se expandiram e estimularam sua emancipação, concedida pela Lei Estadual nº. 233, de 24 de dezembro de 1948. O município conta hoje com aproximadamente 21.080 habitantes (IBGE, 2011), sendo que somente 8% desta população reside em área rural.

Nestes 8% estão incluídas as 21 famílias do assentamento XX de Novembro, assentamento que foi instuído no ano de 1996, via Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” (Itesp), em uma área total de 261,76 (ha).

Figura 1: Localização do assentamento XX de Novembro no município de Cordeirópolis- SP



Fonte: IBGE. Org. Filus (2016)

O município, está localizado a oeste do Estado de São Paulo e faz divisa com os municípios de Rio Claro, Santa Gertrudes, Iracemópolis, Limeira e Araras, estando o assentamento XX de Novembro localizado mais próximo do município de Araras.

3.2. Instrumento de coleta de dados

Para que fosse possível observar a realidade dos agricultores do assentamento XX de Novembro, e como ocorre a inserção deles no PAA, Pnae e Pronaf, foi aplicado nos meses de janeiro e fevereiro de 2016 um questionário para 17 famílias assentadas; duas famílias não quiseram participar desta pesquisa e outras duas famílias não foram encontradas em seus lotes.

O questionário foi estruturado em três categorias centrais: o acesso, o impacto e a coesão social. As duas primeiras visam identificar a eficácia dos programas para os agricultores. A última busca apontar os níveis de interação entre os agricultores e as organizações que os representam (cooperativas/associações), com indicadores como: agilidade, representatividade, legitimidade, controle, cooperação e esforço. Dentre as questões abarcadas pela pesquisa, foram selecionadas algumas que davam conta de: identificar os agricultores que tiveram acesso ao PAA, ao Pnae e ao Pronaf no assentamento; determinar a eficácia dos programas em relação à renda e às condições alimentares; e avaliar se os programas contribuem para o processo de organização dos moradores do assentamento.

A tabulação dos dados foi realizada com base em uma máscara analítica, e os dados sistematizados e expostos em planilhas e gráficos, para que fosse possível a visualização da realidade local. Especificamente na análise sobre segurança alimentar, utilizamos a versão curta da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia) proposta por Santos; Lindemann; dos Santos; Mintem; Bender; Gigante (2014), qual permite rastrear as famílias em situação de insegurança alimentar. Diferente do que ocorre com a EBIA, o presente instrumento não permite verificar os graus de intensidade da insegurança alimentar.

Além dos dados tabulados, também foram inseridas no texto, algumas considerações dos agricultores que foram coletadas no decorrer do

preenchimento do questionário e que tem uma conotação mais subjetiva e contribuíram para a análise dos dados.

Ambos os procedimentos realizados fazem parte da metodologia quali-quantitativa. Nessa metodologia agregamos os dados qualitativos, que segundo Minayo (1989) são capazes de incorporar o significado e a intencionalidade dos atos, que contribuem para as construções e possíveis transformações da relação humana e dão conta de trabalhar a identidade das práticas envolvidas na questão social a qual está inserida a ação (Martinelli, 2007), aos dados quantitativos que segundo Fonseca (2002), são dados (quantificados) que contribuem para um retrato real da população pesquisada.

4.RESULTADOS E DISCUSSÃO

A agricultura familiar no Brasil é responsável, em média, por 70% da produção de alimentos que o brasileiro consome (Brasil, 2012) e para incentivar o desenvolvimento desta categoria no país, o governo, pressionado pelos movimentos sociais, cria programas de políticas públicas mais significativos para o meio rural, no qual três merecem destaque: o Pronaf, o PAA e o Pnae.

Ao analisar os dados obtidos nesta pesquisa, optamos por dividi-los em três conjuntos. No primeiro, discorreremos sobre a composição familiar levantada, resultante da pesquisa no assentamento XX de Novembro, apontando aspectos como idade, escolaridade, função social e renda. No segundo momento, expusemos o quantitativo de famílias que acessam cada programa estudado; como souberam da existência deles; há quanto tempo os entrevistados participam e quais as dificuldades e sugestões de melhorias levantadas pelos agricultores inseridos nos programas. E, no terceiro momento, abordamos a importância deste acesso aos programas de políticas públicas para a alimentação, considerando a diversificação produtiva no lote e o resultado geral da Ebia, aplicada no assentamento. Para a renda, analisamos a alteração no processo de produção do lote após inserção nos programas. Já

para a organização social das famílias, apontamos as ligações organizacionais que os agricultores estabelecem, quais os serviços prestados pelas organização que fazem parte, bem como, um levantamento sobre o grau de coesão social que a organização estabelece dentro do assentamento, limitando esta análise aos indicadores de representatividade, legitimidade, cooperação e esforço que ligam os assentados à associação local.

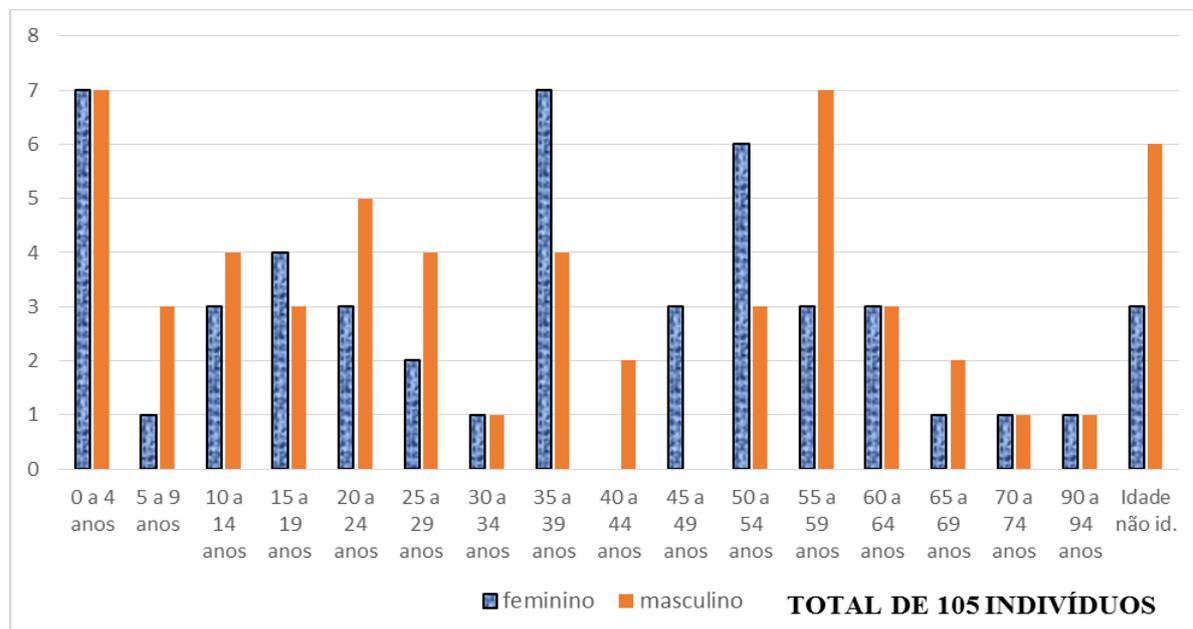
4.1.Composição familiar do assentamento XX de Novembro

O assentamento XX de Novembro conta, desde de sua criação, com 21 famílias assentadas. Atualmente a comunidade é composta por 49 pessoas do sexo feminino e 56 do masculino, totalizando 105 moradores de diversas idades, com uma média de 6 pessoas por lote, residindo em uma área total de 261,76 (ha), tendo cada lote uma área total de 4 alqueires.

A faixa de idade com quantidade mais expressiva, esta concentrada em pessoas de 0 a 4 anos (14 indivíduos), seguida por pessoas com idade de 35 a 39 anos (11 indivíduos), 55 a 59 anos (10 indivíduos) e 50 a 54 anos (9 indivíduos).

Se observarmos a figura 2, conseguimos identificar que a população entre 0 e 24 anos representa a maioria das pessoas que vivem no local (40 indivíduos), em contraposição ao quantitativo de idosos que conta apenas com um montante de 22 pessoas.

Figura 2: Distribuição da população do assentamento XX de Novembro segundo os grupos de idade, Cordeirópolis-SP, 2016



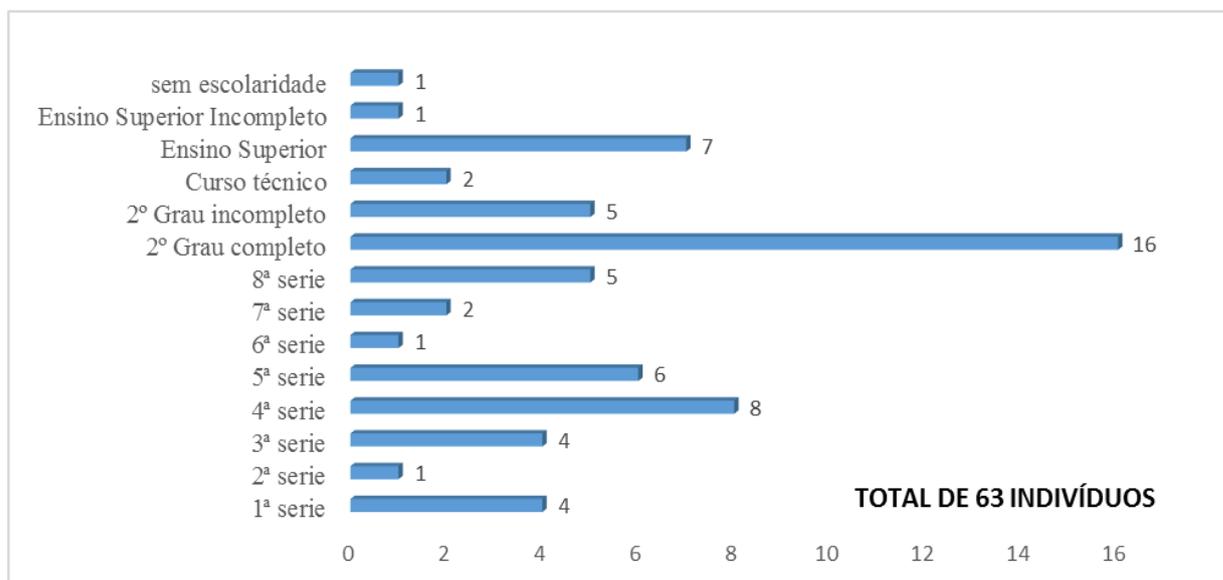
Fonte: Dados da pesquisa.

Poderíamos pensar que estes dados demonstram que o jovem permanece no campo, no entanto, este número expressivo ocorre devido à proximidade do assentamento com a cidade, o que não demanda a evasão desta camada da população que tem, devido à localização do assentamento, a possibilidade de continuar a residir no local e ter acesso aos serviços disponibilizados pela área urbana.

O que reflete também na questão da facilidade de acesso à escola, apesar do município não ter nenhuma escola considerada como da área rural, a unidade de ensino mais próxima do assentamento, escola de ensino fundamental Amália Malheiro Moreira, fica localizada a aproximadamente 900 metros do assentamento.

Segundo os relatos dos moradores, o grau de escolaridade é elevado, onde a maioria deles possui o segundo grau completo, cerca de 7 pessoas possui o ensino superior completo e 2 o curso técnico (ver figura 3).

Figura 3: Distribuição da população do assentamento XX de Novembro, segundo o grau de escolaridade, Cordeirópolis- SP, 2016*



* Este gráfico não levou em consideração as escolaridades não identificadas e nem os estudos que estão em curso, que totalizam 42 indivíduos.

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

No que compete as atividades produtivas, observamos que a maioria dos moradores do assentamento se diz agricultor (45 indivíduos), e que por consequência trabalha no lote, encontra-se na faixa de idade entre 39 e 73 anos (30 indivíduos). Em contra partida, dos 17 indivíduos que desenvolvem trabalho externo, 13 têm idade inferior aos 39 anos, o que vem a corroborar com a afirmativa de que os mais jovens não evadem, devido à localização do assentamento.

Tabela 1: Distribuição da população do assentamento XX de Novembro por atividade produtiva, Cordeirópolis-SP, 2016

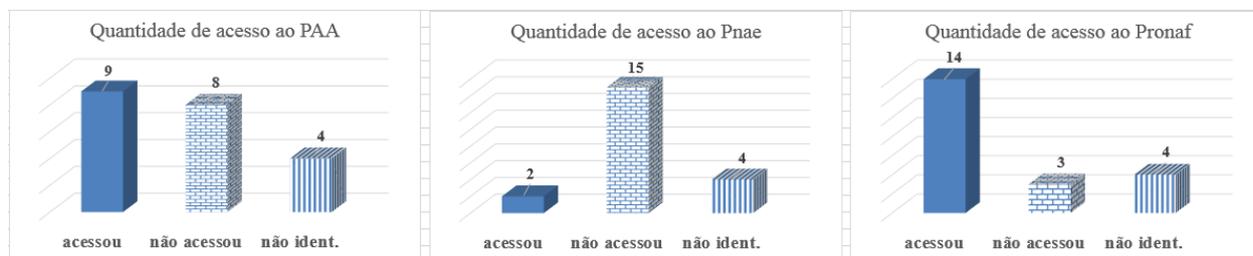
<i>Atividade produtiva</i>	<i>nº de pessoas</i>
<i>Agricultor (a)- no lote</i>	45
<i>Não id.</i>	20
<i>Criança/ não trabalha</i>	14
<i>Adolescente/ não trabalha</i>	7
<i>Trabalho externo não id.</i>	6
<i>Caminhoneiro</i>	2
<i>Trabalho em fábrica de cerâmica</i>	2
<i>Professora</i>	1
<i>Agricultor (a)- no lote e pedreiro</i>	1
<i>Trabalho em restaurante</i>	1
<i>Tratoreiro</i>	1
<i>Contadora</i>	1
<i>Trabalho em supermercado</i>	1
<i>Motorista</i>	1
<i>Cabelereira</i>	1
<i>Desempregado (a)</i>	1
<i>Total de indivíduos</i>	105

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

4.2.O acesso às políticas públicas pelos assentados

No que compete à participação dos agricultores do assentamento XX de Novembro em programas governamentais de incentivo à agricultura familiar, identificou-se que 14 famílias já haviam utilizado algum tipo de crédito do Pronaf, somente 9 famílias afirmaram acessar o PAA e apenas 02 famílias participam do Pnae (figura 4).

Figura 4: Quantidade de famílias que acessam o PAA, o Pnae e o Pronaf no assentamento XX de Novembro, Cordeirópolis-SP, 2016



Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Das nove famílias que acessam o PAA, três souberam da existência do programa por meio do técnico do Itesp que presta serviço no local, duas famílias tiveram esta informação por meio de vizinhos e amigos, duas pelo técnico e pelos vizinhos, uma família disse ter esta informação por meio da associação local e uma família informou que outros familiares já participavam do programa e os incentivaram a também fazer parte. No caso do Pnae, uma das famílias soube do programa por meio da prefeitura municipal, enquanto outra disse ter obtido a informação através de vizinhos e amigos. Já no Pronaf todos os que acessaram (14 famílias) disseram ter recebido a informação por meio do técnico do Itesp.

Em relação ao período em que estas famílias começaram a acessar os programas, o que podemos observar na figura 5, é que o Pronaf foi o primeiro a se inserir nesta realidade, onde nove das quatorze famílias que tiveram acesso a este programa o fizeram, pela primeira vez, há mais de dez anos. Este fato configura-se como um acesso de investimento inicial na propriedade. Segundo relato dos entrevistados o acesso serviu para investir na estrutura da propriedade e para a manutenção das famílias no lote, não necessariamente para investimento efetivo no projeto aprovado, fator que contribuiu para a posterior inadimplência no assentamento.

Nos programas de escoamento de produção o acesso se deu primeiramente no PAA, onde quatro famílias afirmaram participar do programa em um período de 5 a 10 anos e outras cinco famílias no período de 2 a 4 anos. No Pnae o acesso é bem recente e se deu nos últimos dois anos, fator que pode ser explicado pela burocracia do programa. Enquanto o PAA não necessita de uma regularidade de entrega e nem de uma quantidade expressiva de cada produto comercializado, o Pnae exige uma total regularidade de entrega, além de grande quantidade. Assim, o Pnae se configura como um programa que é acessado por agricultores que já estão estruturados em seus processos produtivos e podem atender a demandas regulares e de quantidades maiores do que aquelas solicitadas pelo PAA.

Figura 5: Distribuição das famílias do assentamento XX de Novembro que acessam o PAA, Pnae e Pronaf segundo tempo de acesso, Cordeirópolis- SP, 2016



Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Entre as dificuldades enfrentadas pelos agricultores em relação ao acesso e a continuidade da participação nos programas, nos foi relatado, em relação ao Pronaf, que a principal dificuldade é a dívida (4 famílias). Duas famílias sinalizaram a questão da demora da liberação do recurso, uma família reclamou da burocracia para acesso ao programa, enquanto outras duas famílias pontuaram respectivamente, a questão das garantias bancárias, e de que, a liberação do Pronaf- investimento não cobre totalmente o custo do plantio.

Com relação ao PAA, a maior dificuldade encontrada foi a demora no recebimento da venda dos produtos (3 famílias sinalizaram esta questão), duas famílias reclamaram do preço pago pelos produtos, que deveria ser maior ou

seguir a oscilação do mercado e uma família pontuou a questão da quantidade recebida pelo PAA, que deveria ser maior. No caso do Pnae, não foram identificadas dificuldades pelos dois agricultores que o acessam.

Para além das dificuldades encontradas, os entrevistados apontaram o que poderia ser feito na operacionalização dos programas para melhorá-los, considerações que podem ser observadas na tabela 2.

Tabela 2: Sugestões dos agricultores do assentamento XX de Novembro para melhoria do PAA, do Pnae e do Pronaf, Cordeirópolis- SP, 2016

PAA	Melhorar o planejamento a organização e a entrega da produção
	Ampliar o valor pago aos agricultores pelos produtos entregues
	Ampliar a quantidade dos produtos recebidos pelo programa
	Melhorar a organização no recebimento dos alimentos, por parte da prefeitura
	Melhorar as condições locais de acesso a água no assentamento para que se possa produzir mais com mais qualidade
	Ampliar o valor disponível por agricultor
	Contar com mais assistência técnica
	Manter o pagamento em dia
	Ampliar o diálogo entre os produtores e a gestão do PAA
Pnae	Melhorar logística de entrega
Pronaf	Liberar o crédito para o assentado após quitação de dívida
	Ampliar o tempo para pagamento do crédito
	Melhorar o planejamento/acompanhamento do investimento
	Esclarecer melhor as formas de pagamento
	Disponibilizar o dinheiro no momento certo
	Ampliar a valorização do trabalho da mulher
	Reduzir burocracia, excluindo o fiador

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Dentre as melhorias sugeridas pelos agricultores, em relação aos programas, destacamos para o PAA a questão do pagamento, sendo que dois dos entrevistados sugeriram uma melhora no preço dos produtos. Eles compreendem que o preço individual por produto é justo no entanto, alegam que o preço do mercado sofre oscilações durante o ano e que estas chegam a ultrapassar o valor pago pelo PAA e até mesmo dobrar o preço de referência

adotado pelo programa, em alguns períodos, o que os induz a deixar de entregar determinados produtos em algumas épocas do ano.

Com relação ao Pronaf, cinco agricultores sugeriram que a liberação do crédito seja realizado logo após a quitação da dívida. Segundo eles, a dificuldade é enorme de se adquirir novamente o crédito caso o agricultor fique inadimplente por algum tempo. Muitos não conseguem acessar o crédito se isto ocorre. Além dessa questão, dois agricultores sugeriram que se amplie o período (número de parcelas) e outros dois sinalizaram a importância de mais assistência técnica, seja para esclarecer melhor a questão das formas de pagamento, ou para um acompanhamento mais efetivo dos investimentos realizados.

4.3. Eficácia dos programas PAA, Pnae e Pronaf para a alimentação, a renda e a organização social

Verificou-se que o acesso ao PAA é o que mais contribui para garantir a segurança alimentar dos assentados. Isto foi observado pelo fato de que cinco agricultores, que representam mais de 50% dos que acessam o programa no assentamento, afirmaram que a quantidade e a qualidade dos alimentos produzidos após a inserção neste programa melhoraram. Esse fato foi reforçado pelos agricultores que acessam o PAA, afirmando que houve uma ampliação na diversidade vegetal e um aumento na diversificação da produção animal. Segundo eles, essa diversificação além de ajudar na renda também incentivou a ampliação do leque de alimentos consumidos pelas famílias. No Pronaf, somente cinco agricultores, que representam apenas 35% do público que o acessa, tiveram alguma alteração em termos de diversificação.

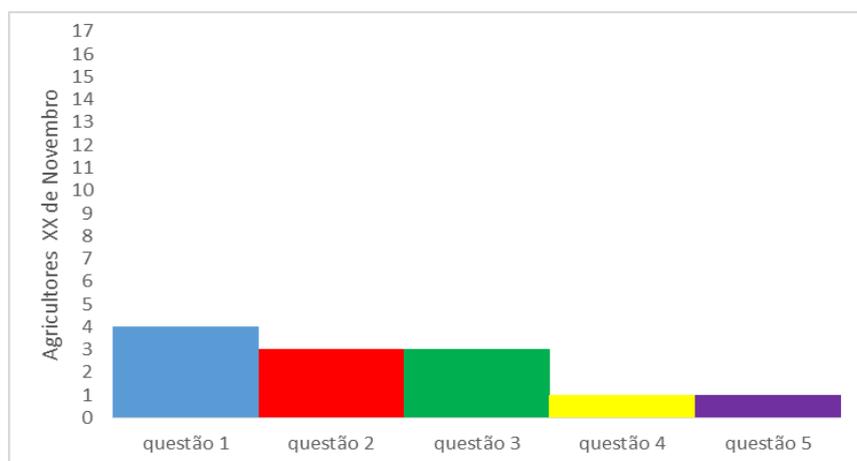
Na análise sobre a alimentação, foi detectada a presença de insegurança alimentar no assentamento XX de Novembro. A mesma ocorreu em 4 famílias das 17 entrevistadas, mas ainda pode ser encontrada no local. Dado observado com a aplicação da Ebia, em versão curta.

Como podemos ver na figura 6, a versão curta da Ebia é composta por 5 questões que versam sobre: a preocupação com a falta de comida (questão 1), a efetiva falta de comida e dinheiro para adquiri-la (questão 2), a carência de uma alimentação balanceada (questão 3) e a diminuição de alimentação das pessoas da família para uma possível divisão de alimentos entre seus integrantes (questões 4 e 5). Questões que podem ser respondidas com uma afirmação (sim) que corresponde a existência de insegurança alimentar na família, ou com uma negação (não) que indica a inexistência de insegurança alimentar.

No contexto do assentamento, somente 4 famílias sinalizaram dificuldades em prover sua alimentação, sendo que, apenas a pergunta de número 1, correspondente a preocupação com a possível falta de alimentação, teve resposta afirmativa concomitante nestas 4 famílias.

No que diz respeito as outras questões que abordam diretamente a falta de alimento e de condições para prove-lo, as respostas afirmativas foram ainda menores. É valido ressaltar que as 4 famílias totalizam um montante de 29 indivíduos, sendo 08 com idade inferior a 18 anos de idade, o que corresponde a aproximadamente 27% da população em algum tipo de insegurança alimentar sendo 7% composto por pessoas menores de 18 anos.

Figura 6: Número de respostas positivas em famílias com insegurança alimentar, no assentamento XX de Novembro, Cordeirópolis- SP, 2016



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

No quesito renda, o PAA é visto pelos agricultores do assentamento como um programa que contribui para a sua melhoria (mais de 50% dos entrevistados) mas, segundo eles, em um formato apenas de complementação onde não se disponibiliza uma grande quantia de recursos financeiros e, em alguns casos, com um processo lento de liberação mas com retorno garantido.

No Pnae as famílias que participam deste programa ainda escoam pouco a sua produção, o que dificulta esta análise (apenas 2 agricultores acessam o Pnae no assentamento). Em relação ao Pronaf a maioria dos assentados sinalizou que o programa disponibiliza o recurso, o que tem uma influência significativa para a alteração da renda (50 % dos entrevistados que acessaram o programa), mas ao mesmo tempo leva ao endividamento. Segundo eles, a liberação do recurso foi disponibilizada, principalmente, nos primeiros anos do assentamento e muitos utilizaram o dinheiro para investir em infraestrutura básica (construção de casa, compra de automóvel, gastos com alimentação, etc.) e não efetivamente na consolidação da proposta de investimento produtivo com isso, o retorno financeiro não ocorreu como o esperado, o que dificultou pagamento do crédito.

No entanto, se observarmos a tabela 3, conseguimos identificar que a participação nos programas PAA e Pnae ainda não são relevantes para a ampliação efetiva do rendimento financeiro da comunidade, pois existem agricultores que não participam dos programas e que declaram ter renda igual ou superior ao dos que participam, como é o caso comparativo entre o agricultor 16 e 17, onde ambos declaram obter o mesmo rendimento, sendo que um participa do PAA e do Pnae e outro não participa de nenhum dos programas. Este fato pode ocorrer por inúmeras circunstâncias, dentre elas a questão do trabalho efetivo dos integrantes da família no lote, do grau de relações que a família estabelece para o escoamento dos alimentos provenientes da propriedade.

Tabela 3: Distribuição das famílias do assentamento XX de Novembro que participam do PAA e Pnae em relação a renda, Cordeirópolis-SP, 2016

<i>AGRICULTOR</i>	<i>Programa que participa</i>	<i>Renda informada</i>
1	PAA	R\$ 1.200,00
2	não participa	não informado
3	não participa	sem renda
4	não participa	R\$ 3.500,00
5	PAA e Pnae	R\$ 2.500,00
6	PAA	R\$ 1.500,00
7	não participa	R\$ 300,00
8	não participa	R\$ 700,00
9	não participa	R\$ 1.000,00
10	não participa	não informado
11	PAA	R\$ 1.000,00
12	PAA	R\$ 1.000,00
13	PAA	R\$ 1.200,00
14	PAA	não informado
15	PAA	R\$ 570,00
16	não participa	R\$ 2.000,00
17	PAA e Pnae	R\$ 2.000,00
<i>Rendimento financeiro médio das famílias assentadas</i>		R\$ 1.086,47

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Se comparamos a renda incorporada pelos agricultores após inserção nos programas, com o de outras experiências de acesso, vemos algumas semelhanças, como é o caso observado nos municípios de Atibaia, Indaiatuba, Itatiba, Itupeva, Jarinu, Jundiá, Louveira, Morungaba, Valinhos e Vinhedo, no chamado Circuito das Frutas, no Estado de São Paulo, onde o PAA, mesmo sendo acessado por poucos agricultores, também é visto por eles como um programa importante, “pois estão conseguindo eliminar a figura do “atravessador”, que acabava ficando com grande parte dos lucros.”, ainda traz “a possibilidade de aumentar a sua renda, contribuindo, dessa forma, para a sua manutenção e permanência no campo” (Souza-Esquerdo; Bergamasco, 2014, p. 216), Segundo as autoras, o PAA só não é acessado com mais intensidade devido a dois fatores: “a falta de informação, ou seja, há um desconhecimento dos produtores e até mesmo dos gestores públicos municipais sobre o programa; e o baixo valor sobre o limite de comercialização por agricultor/ano, o que não os estimula a acessá-lo” (Souza-Esquerdo; Bergamasco, 2014, p. 220).

Em outra realidade, observada em Alvorada do Oeste- Rondônia, o PAA também é considerado pelos agricultores como um programa benéfico, visto que:

favorece a permanência dos agricultores no campo - por intermédio da renda complementar proveniente da venda dos produtos agrícolas - o aproveitamento de produtos que anteriormente não eram comercializados, gera renda e bem estar as famílias agricultoras beneficiadas, além de despertar nos agricultores a importância da produção de alimentos de modo sustentável (Aleixo; Carvalho; Oliveira; Sato, 2016, sem página)

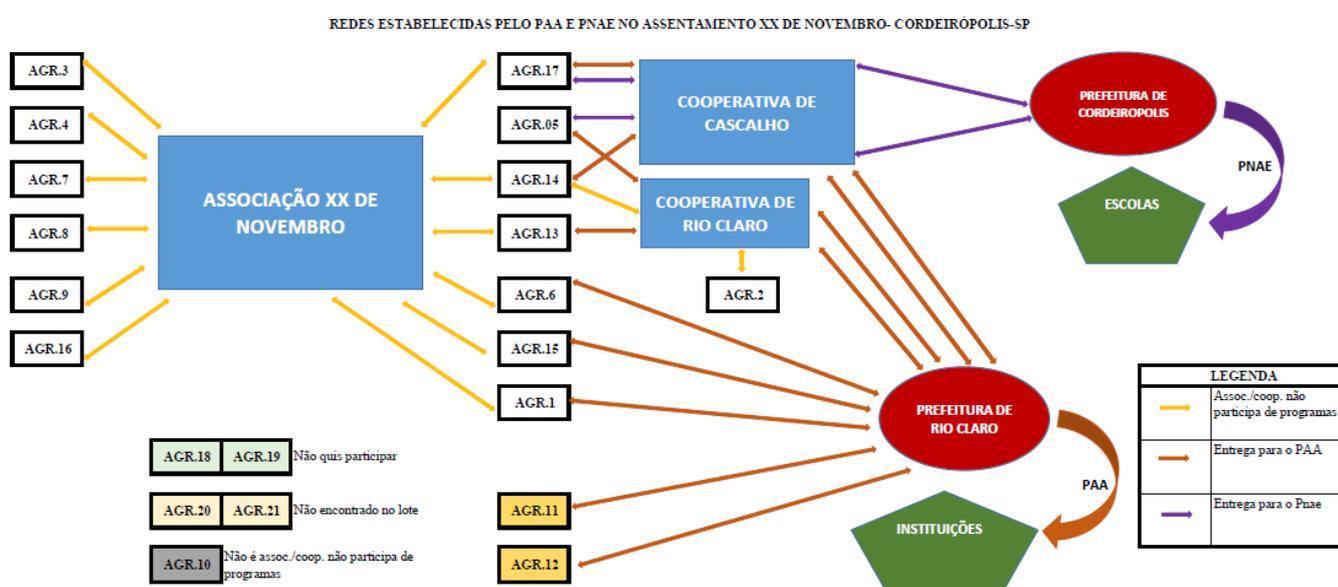
Cerca de “89% dos agricultores consideram a renda obtida por meio do PAA como renda complementar, porém, de suma importância para o sustento da família” (Aleixo, et.al., 2016, sem página).

No que compete à renda e à alimentação, há uma semelhança no que foi encontrado no assentamento XX de Novembro com os trabalhos desenvolvidos por Delgado, Conceição e Oliveira (2005) e Grisa, Schmitt, Mattei, Maluf e Leite (2011), nos quais o PAA foi responsável por: promover uma produção diversificada, contribuindo ao mesmo tempo, para o aumento, a diversificação e a melhoria da qualidade da alimentação das famílias produtoras (Delgado et al., 2005) e por estimular a produção e o consumo de alimentos regionais, que se traduz em resgate e preservação de muitos costumes, hábitos e culturas que foram esquecidos ao longo das gerações. (Grisa et. al., 2011).

Em relação à organização coletiva das famílias, o acesso dos agricultores ao Pronaf não requer a participação em organizações sociais, tais como associações ou cooperativas, pois a solicitação financeira ocorre de forma individual. Para a inserção dos agricultores no PAA e no Pnae as organizações formais são fundamentais para vender a produção e esta participação organizativa é importante, pois contribui para o diálogo entre os moradores da localidade, para a troca de experiências entre os associados e /ou cooperados e os auxilia com relação ao conhecimento de possíveis locais de venda de produção, das necessidades administrativas para realização deste escoamento, entre outros benefícios.

Neste aspecto o que se observou (figura 7) foi que a maioria dos agricultores entrevistados é filiado à Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento XX de Novembro (12 famílias), e que para além desta filiação, alguns assentados têm vinculação com a Cooperativa de Pequenos Produtores Rurais de Rio Claro e Região- CAF (4 famílias) e outros com a Cooperativa de Pequenos Produtores Rurais Cascalho (3 famílias).

Figura 7: Redes estabelecidas entre os agricultores do assentamento XX de Novembro e as associações e cooperativas locais, Cordeirópolis-SP, 2016



A vinculação dos agricultores com a associação local não os possibilita estabelecer uma rede de relações com a prefeitura local, nem com os programas PAA e Pnae, já que a associação não faz parte de nenhum programa. Esta rede só ocorre quando o agricultor procura os programas por conta própria (de forma individual), ou quando faz parte das duas outras cooperativas citadas.

Esta não participação e não articulação da associação com os programas pode ser explicada, dentre outros motivos porque a associação está com a documentação desatualizada, o que a impede de mediar tal situação. Esta desatualização ocorre, segundo relatos dos entrevistados, porque a

associação do assentamento está passando por um período conturbado, que é reflexo da desmotivação dos associados em se organizarem dentro da própria comunidade, visto que nem mesmo se mobilizam para cobrar melhorias na infraestrutura do assentamento, preferindo, ao invés de tentar modificar este quadro, ir em busca de outras cooperativas, ou até mesmo vender sua produção por conta própria. Como pode ser visto, na figura 7, o agr. 05 se filiou à CAF e a Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais de Cascalho e hoje escoar parte de sua produção para o PAA e para o Pnae; o agr. 17, que integra a Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais de Cascalho, escoar parte de sua produção para o PAA e para o Pnae; os agricultores 11 e 12 que não fazem parte de nenhuma associação ou cooperativa escoam parte de sua produção de forma individual para o PAA.

Refletindo sobre esta realidade (não)organizativa do local estudado e considerando

que a agricultura familiar segue padrões de racionalidade que fogem à lógica de mercado de máxima eficiência econômica, e trilham o caminho do ótimo e satisfatório possível, onde a organização desejada não visa atender aos padrões estabelecidos pelas demandas de mercado, mas, sim, às necessidades de satisfação e desejo subjetivadas na lógica da produção familiar. (Assis, 2006, p. 79)

O que se observa é que a comunidade do assentamento XX de Novembro acaba se afastando de possíveis oportunidades, que poderiam vir a atender seus interesses, enquanto agricultores familiares, devido a esta desmotivação. Levando em consideração que a organização comunitária é essencial, sendo ela a principal impulsionadora de mudança dentro das comunidades, pois seus integrantes vivem as necessidades expostas pelo coletivo e podem, assim, encontrar soluções para enfrenta-las. Essas entidades, que não deveriam ser vistas por seus integrantes somente como um veículo de escoamento de produção, e sim contribuir de forma mais efetiva para a organização social dos agricultores, que devem galgar, além de preços justos para as suas produções agrícolas, o atendimento de outras demandas do grupo social.

Neste sentido, o que os programas governamentais e as organizações locais, deveriam fomentar são ações como as que ocorrem no assentamento Novo Paraíso, situado na região Centro-Oeste do Estado do Paraná, onde toda a atividade sócio-econômica é coletiva e “toda a organização e estrutura do Assentamento levam em consideração o coletivo; há uma cooperativa legalmente constituída e um sistema produtivo planejado que dão sustentação às famílias.” (Franciosi, 2007, p.1). Nesta realidade os assentados “com a orientação e apoio do MST e da CONCRAB, tem percebido a importância do cooperativismo e estão em número cada vez maior se organizando em Cooperativas de Produção e Prestação de Serviços, as CPPS” (Franciosi, 2007, p.1) visualizando esta estratégia como “um dos poucos caminhos seguros que os conduzem ao sucesso” (Franciosi, 2007, p.3)

O processo de auto-organização se pensado em valores monetários,

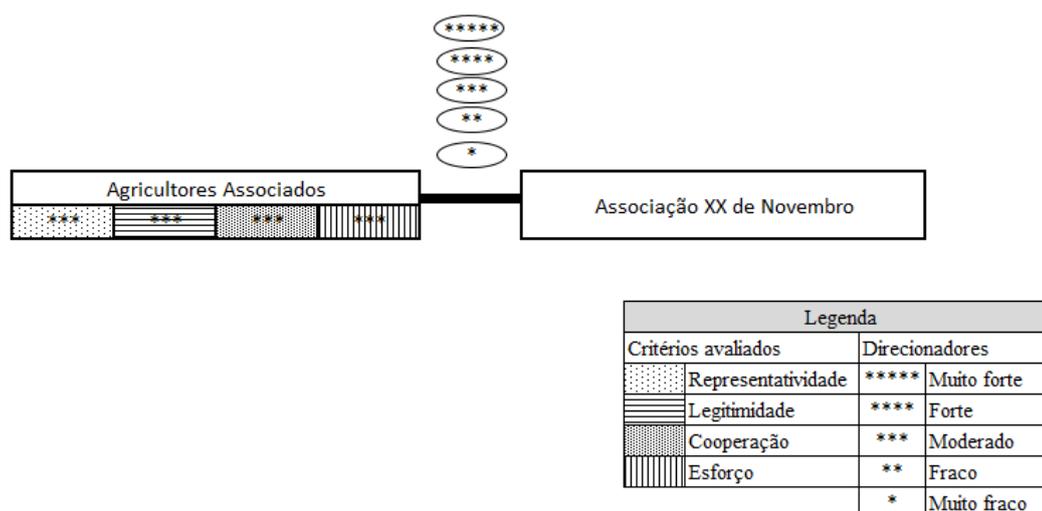
tem resultados muito importantes e palpáveis na percepção do desenvolvimento do homem, que passa a crescer moral e espiritualmente na medida em que amplia sua participação na comunidade em que vive. O espírito de equipe e de união inseridos na filosofia do cooperativismo é transferido ao trabalhador que passa a se valorizar e se tornar braço forte nas ações coletivas. A justa retribuição ao cooperado por sua participação no processo produtivo e a sua inserção e co-responsabilidade nas atividades da Cooperativa cria um ambiente propício e terreno fértil para o desenvolvimento conjunto da comunidade. (Franciosi, 2007, p.3)

No entanto, o que pode observar na realidade estudada é que a associação local, a qual comporta a maioria dos agricultores locais desenvolve, nos dias atuais, poucas atividades para a manutenção do espaço do assentamento e não engloba nenhum dos programas estudados em seu rol de atribuições.

Sobre os serviços prestados pela associação para a comunidade, das oito possibilidades disponibilizadas pela pesquisa, somente duas foram sinalizadas: a organização de eventos, palestras e cursos e o auxílio no atendimento as necessidades da comunidade (construção de pontes, estradas, etc.), sendo a primeira realizada esporadicamente.

Além destes questionamentos, o entrevistado teve que atribuir uma nota de 1 a 5⁷ para a organização. Como a associação não operacionaliza nenhum dos programas estudados, as perguntas versaram sobre o cumprimento das atribuições da associação, se eles a consideram como um órgão representativo dos associados, se a mesma possibilitou benefícios que não seriam possíveis se o agricultor não fosse associado e se a associação se esforça para atender o interesse dos associados. Tais questões correspondem respectivamente a indicadores⁸ de representatividade, legitimidade, cooperação e esforço para a manutenção dos associados. Os resultados obtidos podem ser visualizados na figura 8.

Figura 8: Avaliação da Associação de Pequenos Produtores Rurais do Assentamento XX de Novembro por meio de indicadores, Cordeirópolis-SP, 2016



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Na figura 8, pode-se identificar que os 12 associados ainda estabelecem uma relação de confiança com a associação local, mesmo ela não

⁷ Na atribuição de valores a nota 1 representa muito fraco, a 2 fraco, a 3 moderado, a 4 forte e a 5 muito forte.

⁸ Os quatro indicadores elencados na pesquisa, tiveram como norte teórico critérios de coesão social, estabelecidos em redes de atuação. Como o questionário é o primeiro passo da pesquisa, esta relação de rede ainda não se estabelece e a figura 6 apenas representa as considerações dos associados em relação a associação local e "Inclui aspectos no sentido de pertencer e solidarizar, incorporando a dialética entre os mecanismos de inclusão e exclusão e a percepção por parte da sociedade." (Paulillo, Almeida, Silva, Nogueira & Martineli, 2009, p.62) espelhados no trabalho realizado por Paulillo et.al, em 2009, quando os autores analisaram a eficácia e a coesão social do projeto Viva Leite.

desenvolvendo atividades relevantes em relação a mobilização de ações em prol de seus associados. Assim eles ainda a veem como representante de relevância.

Constatou-se ainda que este é um momento difícil por qual passa a associação e que ela já serviu bastante a comunidade. Percebe-se a existência de esperança que este quadro possa ser revertido, pois, em todos os quesitos analisados os agricultores atribuíram a nota mediana, que encontra-se entre uma representação forte e uma representação fraca.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se neste trabalho identificar, quantificar e qualificar o acesso dos agricultores do assentamento XX de Novembro nos três programas governamentais voltados para a agricultura familiar: PAA, Pnae e Pronaf. Acredita-se que estas análises são relevantes para discutir as contribuições que o Estado exerce na melhoria alimentar das famílias agricultoras e da comunidade local, sendo estes reflexos do aumento da renda dos agricultores e do processo de organização e mobilização da comunidade.

Em suma, o que ficou marcado na questão do acesso, é que a maioria dos agricultores teve uma maior inserção no Pronaf. No entanto, a inclusão deles neste programa não nos auxilia na identificação de uma possível melhora nas condições de renda das famílias, pois o acesso foi realizado na maioria dos casos, há mais de 10 anos, ocorrendo somente no período de implementação do assentamento. E que para além disso, esta inclusão na política de crédito levou os agricultores ao endividamento, pois os projetos idealizados, em sua maioria, não foram executados.

O acesso aos programas governamentais de escoamento da produção, ainda não ocorrem de maneira expressiva no local, principalmente quando se trata do Pnae. Isto ocorre devido ao maior comprometimento produtivo que o

programa demanda, mas fica claro que a desorganização atual identificada na comunidade, se destaca como um fator ainda mais relevante na falta de inserção dos agricultores nos programas de escoamento. No entanto, mesmo com pouca inserção nos programas, o PAA é visto pelos agricultores participantes, como um fator determinante para a ampliação da renda.

No que compete a questão da alimentação das famílias, o PAA também é o programa que mais se destaca, pois é responsável pelo aumento de quantidade e qualidade dos alimentos produzidos pelos agricultores, que passam a diversificar a sua produção e por consequência a consumir o excedente dos alimentos produzidos.

A participação dos agricultores no PAA também pode ser vista como um indicativo que auxilia na segurança alimentar, como pode ser observado com a aplicação da Ebia curta, que identificou a existência de insegurança alimentar na localidade, porém com um quantitativo pequeno de famílias e indivíduos.

6.REFERÊNCIAS

ALEIXO, D.A.; CARVALHO, K. da S.; OLIVEIRA, M. D. A. de; SATO, S. A. da S.. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no fortalecimento da agricultura familiar no município de Alvorada do Oeste/RO. **54º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural-SOBER**. 2016.

ASSIS, R. L. Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Revista de Economia Aplicada**, v. 10, n.1, p. 75-89, São Paulo. 2006.

BERGAMASCO, S.M.P.P.; NORDER, L.A.C. **O que são assentamentos rurais**. Brasiliense, São Paulo. 1996.

BRASIL. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.947**, de 16 de junho de 2009. Recuperado de: https://www.fnnde.gov.br/fndelegis/action/UriPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=LEI&num_ato=00011947&seq_ato=000&vlr_ano=2009&sgl_or_gao=NI. 2009.

BRASIL. Resolução nº 25 de 4 de julho de 2012. Recuperado de: https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000025&seq_ato=000&vlr_ano=2012&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC. 2012.

BRASIL. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2010/2013**. Recuperado de: http://portal.mda.gov.br/plano-safra/arquivos/view/Cartilha_PlanoSafra.pdf. 2012.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE. **Aquisição de produtos da agricultura familiar pra a alimentação escolar**. 2ª edição - versão atualizada com a Resolução CD/FNDE nº 04/2015. Brasília. Recuperado de: <http://www.fnde.gov.br/arquivos/category/116-alimentacao-escolar?download=9815:pnae-manual-aquisicao-de-produtos-da-agricultura-familiar-para-a-alimentacao-escolar-2-edicao>. 2016.

DELGADO, G. C.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R.; OLIVEIRA, J. J. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). **Ipea**. Brasília. 2005.

DIESEL, V. Dias M. M.; NEUMANN P. S). Pnater (2004-2014): da concepção a materialização. p. 207-128. In GRISA, C. & SCHENEIDER, S. (Orgs.), **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS. 624p. 2015.

FERNANDES, F. Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. In Szmrecsányi, T. & Queda, O. (Orgs.), **Vida rural e mudança social- Leituras básicas de sociologia rural**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1973.

FRANCIOSI, E. O.. O Sistema Cooperativo dos Assentamentos Rurais: o exemplo das cooperativas Coagri e Cooproserp. **Informe Gepec**, v. 12, p. 105-120. 2007.

FONSECA, J. J. S.. Metodologia da pesquisa científica. **Fortaleza: UEC**, Apostila. 2002.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**. 6ª edição. Editora Brasiliense. 1983.

GRISA, C.; SCHMITT, C.; MATTEI, L.; MALUF, R.; LEITE, S.. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e a criação de mercados para a agricultura familiar. **Revista Agriculturas** (Impresso), v. 08, p. 34-41. 2011.

GRISA, C.; PORTO, I. P. Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. p. 155-180. In Grisa, C. & Scheneider, S. (Orgs.),

Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS. 624p. 2015.

GRISA, C.; WESZ JUNIOR, V. J.; BUCHWETZ, V. D. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **Rev. Econ. Sociol. Rural** [online]. 2014, vol.52, n.2, pp.323-346. ISSN 0103-2003. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000200007>. 2014.

GUERRERO, I. C. O.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; SOUZA-ESQUERDO, V. F. . Reforma agrária: contribuições para o debate. **Retratos de Assentamentos**, v. 19, p. 351-380. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Sinopse do Censo e Resultados Preliminares do Universo. Recuperado de: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000402.pdf>. 2011.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Reforma Agraria. . Recuperado de: http://www.incra.gov.br/reforma_agraria. 2016.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: Identidade e Alienação**. 11ed. São Paulo. Editora: Cortez. 2007.

MELÃO, I. B.. Produtos sustentáveis na alimentação escolar: o Pnae no Paraná. **Cad. IparDES**. Curitiba, eISSN 2236-8248, v.2, n.2, p. 87-105. 2012.

MINAYO, M.C.S. O Desafio do conhecimento. **Tese (Doutorado)**. Escola Nacional de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro. 1989.

PALMEIRA, M. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, nº 7. 1989.

PAULILLO, L. F.; ALMEIDA, L. M.; SILVE, V.; NOGUEIRA, E.; MARTINOLI, J. . Eficácia e coesão social do projeto Viva Leite: uma avaliação da rede de segurança alimentar de Osasco e Carapicuíba. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 56, p. 7-28.2009.

SANTOS, L. P. dos; LINDEMANN, I.L.; MOTTA , J. D. dos S., Mintem, G., Bender, E., Gigante, D. P. Proposta de versão curto da Escala Brasileira de Segurança Alimentar. **Revista Saúde Pública**, n. 48(5):783-789. Recuperado em: http://www.scielo.br/pdf/rsp/v48n5/pt_0034-8910-rsp-48-5-0783.pdf. 2014.

SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre. 2004.

SOUZA-ESQUERDO, V. F.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Balanço sobre a reforma agrária brasileira nas duas últimas décadas. **Interciência**, vol. 38, núm. 8, p. 563-569. 2013.

SOUZA-ESQUERDO, V. F.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Análise Sobre o Acesso aos Programas de Políticas Públicas da Agricultura Familiar nos Municípios do Circuito das Frutas (SP) **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S205-S222, 2014. Recuperado em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a11v52s1.pdf>. 2014.

TAMBARA, E. Modernização e crise na agricultura. Porto Alegre, RS: Mercado Aberto. 1985.

WANDERLEY, M. de N. B. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp. 2011.

CAPÍTULO 03- ARTIGO 02

*(Texto apresentado no I Seminário Internacional de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Rural Sustentável e IV Jornada de
Questão Agrária e Desenvolvimento em 2017)*

A OPERACIONALIZAÇÃO DO PAA E PNAE: REDES FORMADAS A PARTIR DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA.

FILUS, Veridiany¹

SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira de ²

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira ³

RESUMO

O trabalho conjunto entre agricultores familiares, cooperativas/associações e agentes municipais são a chave para o sucesso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Com esta prerrogativa o artigo analisou como se configura a relação, a partir dos canais de escoamento estabelecidos pelos agricultores do assentamento XX de Novembro, Cordeirópolis/SP/Brasil. Para tanto, foram elaboradas entrevistas semiestruturadas alicerçadas em três categorias: o acesso, o impacto e a coesão social, afim de descrever a trajetória da cooperativa e dos municípios na inserção dos programas, como também elucidar as redes estabelecidas pelos programas e demonstrar as melhorias na alimentação oferecida por instituições sociais e escolas dos municípios analisados. As entrevistas foram realizadas com cooperativa, associação e agentes municipais responsáveis pela operacionalização dos programas. Destaca-se que das onze informações prévias fornecidas pelos agricultores, somente quatro foram validadas pela cooperativa e pelos agentes municipais, fato que indica falta de informação dos agricultores sobre os programas e a forma de escoamento de sua produção. O PAA de Rio Claro contava em 2016 com 200 agricultores cadastrados, o que possibilitou o fornecimento de 850 cestas, e no Pnae foram 39.000 pessoas atendidas. Em Cordeirópolis os números são menores, pelo Pnae foram atendidas 5.118 pessoas. Segundo os agentes municipais, depois da obrigatoriedade da aquisição de alimentos da agricultura familiar as prefeituras investiram em qualidade e os alimentos passaram a ter um papel educacional.

ABSTRACT

The conjoint effort of peasants, cooperatives/associations and municipal agents is the key to PAA and Pnae success. Departing from this prerogative, the paper analyzed how this relation takes shape, out of the outflowing channels installed

¹ Mestranda, UFSCar Araras (veri_filus@yahoo.com.br)

² Professora, FEAGRI (vanilde.esquerdo@feagri.unicamp.br)

³ Professora, FEAGRI – Bolsista PNPS, UFSCAR (sonia@feagri.unicamp.br)

by peasants of XX de Novembro Sttellement, Cordeirópolis/SP/Brazil. For such, semi-structured interviews were elaborated grounded on three categories: the access, impact and social cohesion in order to describe the integration course of cooperatives and municipalities in the programs, as well as elucidate networks established by the programs and demonstrate how alimentation] offered by social institutions and schools into the analyzed municipalities has been enhanced. The interviews were obtained with cooperatives, associations and municipal agents accountable for programs operationalization. We highlight that out of eleven informations taken beforehand from the peasants only four were validated by the cooperatives and municipal agents, fact that signs to a peasant's lack of information on programs and the outflowing of their production. Rio Claro PAA had 200 peasants assigned in 2016, what prompted the delivering of 850 baskets and Pnae had 39.000 people attended . In Cordeirópolis the numbers are shorter,by Pnae 5.118 people have been attended . According to municipal agents, after the aliments/food acquisition from familiar agriculture become mandatory the city halls atarted to invest in quality and the food/aliments turn out having an educational role.

1. INTRODUÇÃO

Com a instauração, a partir dos anos de 1930, de um novo processo de desenvolvimento no Brasil caracterizado como urbano-industrial hegemônico, o rural brasileiro passa a ser visto como fonte de excedentes a serem destinados para a área urbana.

Com essa estrutura, o rural se divide em dois grandes blocos, os de possuidores de terra e os de desprovidos da mesma. Os possuidores, chamados de empresários rurais, ocupavam uma posição privilegiada por captarem os excedentes agrícolas em prol do urbano, enquanto os desprovidos da terra vendiam sua mão de obra aos empresários rurais ou evadiam para a periferia dos centros urbanos. (WANDERLEY, 2011)

Como os empresários rurais não conseguiam empregar a grande população rural, os agricultores passaram a preencher os postos de trabalho das indústrias. Com esta migração, principalmente entre as décadas de 50 e 60, o Brasil chega a um impasse para a produção matéria prima para a área urbana e para a produção de alimento.

A opção adotada foi investir na Revolução Verde e o Estado passa a assumir um papel importante na modernização da agricultura e, em parceria com grandes empresas nacionais e internacionais, cria a “expectativa da superação do subdesenvolvimento a partir da transformação no setor agropecuário.” (ZAMBERLAM, 2012, p.39)

No entanto, esta transformação fundamenta-se na

difusão internacional das técnicas da pesquisa agrícola, marca uma maior homogeneização do processo de produção agrícola em torno de um conjunto compartilhado de práticas agronômicas e de insumos industriais genéricos (GOODMAN, SORJ E WILKINSON, 2008, p.39)

O que demanda o investimento em assistência técnica.

Inicialmente esta assistência foi oferecida pelo setor privado, mas em 1956 passou a ser responsabilidade do governo federal. Dentre as atribuições incluem-se o crédito e a extensão rural, tendo como foco os agricultores de médio e grande porte.

Com altos e baixos na efetividade das atividades, na década de 1990, com a política de estado mínimo, estes serviços são significativamente enfraquecidos. Nesse contexto, os agricultores mais capitalizados sofriam com a falta de apoio, a agricultura familiar era praticamente esquecida, fato que reforçava o êxodo rural e a marginalização dos agricultores menos capitalizados, que permaneceram no campo.

Com esta situação, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura- FAO e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, começam a levantar dúvidas sobre a adaptabilidade do modelo da Revolução Verde para a agricultura familiar e a necessidade de buscar aumentos de produtividade e renda com tecnologias sociais, ecológicas, cultural e economicamente apropriadas às suas condições.

As políticas públicas para o campo surgem da necessidade de excluir a miséria no país e garantir a segurança alimentar e nutricional. O que resultou no interesse pela agenda de reivindicações dos movimentos sociais do campo.

Segundo Assis (2006) ganha força a ideia de um planejamento de estratégias e de políticas públicas em prol de um desenvolvimento rural sustentável, com facilidade de acesso a crédito para os agricultores descapitalizados e com políticas inseridas nos contextos históricos e articuladas as demandas locais.

se propõe o estabelecimento de um processo de desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar, entende-se que o acesso a terra é o pressuposto básico de qualquer política neste sentido. Assim, entende-se a reforma agrária como uma política fundamental para o desenvolvimento rural sustentável no Brasil (ASSIS, 2006, p.83).

Segundo Bergamasco e Norder (1996), os assentamentos rurais foram definidos como unidades de produção agrícola criadas pelo governo por intermédio de políticas de reordenamento de uso da terra, para atender aos (as) trabalhadores (as) rurais.

No que compete à estruturação dos assentamentos rurais, dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mostram que até maio de 2016, foram assentadas 1.346.798 famílias (INCRA, 2016) “sendo o Governo de Lula o responsável majoritário com 614.088 famílias assentadas” (GUERRERO, BERGAMASCO, SOUZA-ESQUERDO, 2016, p. 373).

Diante da importância e da pressão dos agricultores familiares e suas organizações, que segundo Censo Agropecuário de 2006 os coloca como principal responsável por produzir os principais alimentos da cesta básica dos brasileiros, e da relevância do Estado na promoção de políticas públicas de incentivo à esta produção, o governo cria mercados institucionais por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), programas que têm a segurança alimentar e nutricional e a sustentabilidade ambiental como referências organizadoras.

Nessa perspectiva a Pnae foi criado em 1955 como uma alternativa assistencialista que, por meio de campanhas, disponibilizava alimentos para as escolas e suas famílias. Esta forma se estendeu até 1979 quando as campanhas se transformam em um programa governamental reconhecido e, posteriormente, endossado pela Constituição Federal de 1988.

É importante destacar que desde 1996 as entidades executoras têm a liberdade de escolha para aquisição dos produtos, o que permite ampliar e melhorar a oferta dos alimentos, com prioridade dos produtos locais e os oriundos de produções sustentáveis. O que foi reforçado com a Medida Provisória nº 2.178 de 28 de agosto de 2001, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de 70% dos recursos do governo federal exclusivamente em produtos básicos, com prioridade aos alimentos in natura ou semielaborados, respeitando-se os hábitos alimentares regionais, a vocação agrícola, propiciando, desta forma, o desenvolvimento local. Em 2009, mais dois instrumentos legais foram anunciados para contribuir com essa política, os quais dizem respeito basicamente à obrigatoriedade da aplicação de no mínimo 30% dos recursos na compra de produtos de origem da agricultura familiar e dos empreendedores familiares rurais, priorizando os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos e sustentáveis. (MELÃO, 2012)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) fez parte do Programa Fome Zero lançado em 2001 com a finalidade de garantir a Segurança Alimentar e Nutricional a todo o povo brasileiro que se encontrava em situação de vulnerabilidade. O PAA teve seu início em 2003 e era composto por três modalidades; atualmente ele conta com seis modalidades: doação simultânea; formação de estoque; compra direta; PAA leite (Região Nordeste e Norte do estado da Bahia); compra institucional; e aquisição de sementes. Todas essas modalidades têm como foco adquirir alimentos produzidos pelos agricultores familiares individuais ou organizados em cooperativas ou associações, incentivando assim os agricultores a se organizarem e então se inserirem no mercado.

Das modalidades disponíveis, a mais acessada tem sido a doação simultânea, que permite ao agricultor entregar os produtos de sua horta e/ou pomar sem necessidade de produção em escala. Atualmente esse programa obteve um corte real de 93% em relação ao recurso destinado no Plano Safra de 2016/2017 (BRASIL, 2016) que foi de R\$ 500.000.000,00 e no atual Plano Safra 2017/2020 foi disponibilizado R\$ 35.000.000,00, o que corresponde a apenas 138 projetos da agricultura familiar beneficiados (BRASIL, 2017).

Esses programas permitiram a criação de redes de atores para viabilizá-los e analisar o acesso, o impacto e a coesão social adquirida pelos agricultores que deles participam é de extrema importância.

Nesse sentido o presente trabalho buscou analisar as redes estabelecidas pelo PAA e Pnae a partir da participação dos agricultores do assentamento XX de Novembro, Cordeirópolis/SP/Brasil, por meio de entrevistas alicerçadas em três categorias: o acesso, o impacto e a coesão social, afim de descrever a trajetória dos entrevistados na inserção dos programas, elucidar as redes estabelecidas pelos programas e demonstrar melhorias na alimentação oferecida para as instituições sociais e escolas de municípios paulistas.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa teve início no município de Cordeirópolis-SP onde, nos meses de janeiro e fevereiro de 2016, foi aplicado questionário com 17 famílias das 21 existentes no assentamento XX de Novembro.

Com o questionário foi possível verificar dados referente: ao número de pessoas residentes em cada lote entrevistado, idade, escolaridade, profissão e renda. Além destes aspectos, o questionário teve como objetivo verificar quais os programas de governo, desenvolvidos especificamente para os agricultores familiares, foram/são acessados por esta comunidade.

Para a estrutura deste questionário foram utilizadas, além das questões de composição familiar que nos deu um panorama geral dos assentados, três categorias centrais: o acesso, o impacto e a coesão social, em relação aos programas PAA, Pnae e Pronaf no assentamento analisado.

Com base nos resultados obtidos por meio da tabulação e análise dos questionários, foram identificados os integrantes das redes estabelecidas para o escoamento de produção dos agricultores para os programas PAA e Pnae.

Após essa etapa, nos dias 03 e 04 de novembro de 2016, foram realizadas entrevistas, *in loco*, com os responsáveis pelo recebimento dos alimentos tanto nas organizações civis, quanto nos responsáveis pelo recebimento dos alimentos nas prefeituras.

Nas entrevistas realizadas com as associações, cooperativas e com os agentes municipais, também foram utilizadas para a elaboração das perguntas as categorias centrais: acesso, impacto e coesão social, sendo que para cada entrevista os questionamentos se modificavam, tendo como base as respostas e os anseios já expostos pelos agricultores no mês de janeiro e fevereiro de 2016.

A princípio, tendo como base as informações levantadas junto aos agricultores, deveriam ser realizadas entrevistas em cinco localidades: a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento XX de Novembro, que segundo as respostas dos questionários há 12 famílias associadas; a Cooperativa de Pequenos Produtores Rurais de Rio Claro e Região- CAF com 4 famílias cooperadas; a Cooperativa de Pequenos Produtores Rurais Cascalho com 3 famílias cooperadas; a prefeitura de Cordeirópolis na qual os agricultores disseram escoar seus produtos para o Pnae e a prefeitura de Rio Claro na qual os agricultores disseram escoar seus produtos para o PAA.

Durante a segunda etapa da pesquisa de campo foi verificado que o município de Rio Claro também recebe alimentos dos assentados do XX de Novembro para o Pnae, o que ampliou o número de 5 para 6 entrevistas.

Após a realização das entrevistas, todas foram transcritas e agrupadas dentro das categorias analíticas para posterior reflexão a partir da realidade relatada.

No que compete a categoria acesso, as questões compiladas descrevem um breve histórico sobre a inserção dos municípios e das organizações civis nos programas PAA e Pnae. A categoria impacto nos possibilita visualizar os envolvidos na dinâmica dos programas (agricultores, instituições socioassistenciais e escolas) e também as impressões dos entrevistados sobre a importância dos alimentos oriundos do PAA e do Pnae para as prefeituras, organizações civis e para a população atendida.

Para a categoria coesão social a discussão tem início com um diagrama, que demonstra a dinâmica da rede formada pelos programas, após a validação das informações dos questionários. Na análise de coesão social, a pesquisa leva em consideração os indicadores: agilidade, legitimidade, representatividade, cooperação, esforço, rigor e controle, atribuindo nota de 1 a 5 para cada indicador. A nota tem o intuito de avaliar como está a relação dentro da rede estabelecida e atribuir dimensões de intensidade para a coesão existente que vai de muito forte até ausente/inexistente.

Após a análise de cada indicador, foi realizada uma contagem geral para a classificação qualitativa da coesão social, conforme a tabela 1.

Tabela 1: Grau de coesão social conforme percentual de pontuação atingida por indicadores das relações entre os atores da rede social.

% DE PONTUAÇÃO DA REDE EM RELAÇÃO AO TOTAL POSSÍVEL	CLASSIFICAÇÃO QUALITATIVA DA REDE DE COESÃO SOCIAL	SIGNIFICADO DA CLASSIFICAÇÃO DA COESÃO SOCIAL
DE 0 A 30%	INCOESÃO SOCIAL	a rede não tem coesão em nenhum setor de interação social ou trabalho. Caso ocorra algum atributo positivo, o que é difícil de acontecer, ele é totalmente restringido pelas ações desagregadoras e de estruturação custosa.
DE 30 A 49%	BAIXA COESÃO SOCIAL	o sentimento de pertencimento dos envolvidos é baixo e quase todos os atributos das interações são fracos. Os atributos individuais são, em grande maioria, pouco positivos.
DE 50 A 84%	MODERADA COESÃO SOCIAL	podem existir atributos pessoais positivos, mas que pouco impactam por causa da compensação feita pelos pesos negativos dos demais atributos pessoais. Pertencimento e coesão moderada em boa parte da rede. Atributos positivos nas interações existem e podem acrescentar algum grau de eficácia, embora de menor intensidade quando comparado às interações de redes mais coesas.
DE 85 A 100%	FORTE COESÃO SOCIAL	A rede tem elevada coesão, apresentando poucos atributos de reduzido impacto positivo e que podem ser melhorados com pequenas intervenções de política pública. O sentimento de pertencimento dos envolvidos é forte e quase todos os atributos das interações são fortes. Os atributos individuais são, em grande maioria, positivos.

Fonte: Paulillo, Almeida e Silva (2009). Adaptado pelas autoras.

É válido ressaltar que ao todo foram 4 grupos de pessoas/instituições avaliados, sendo que apenas 2 grupos podem ter as informações cruzadas (Cooperativa de Rio Claro que escolhe para o Pnae e a prefeitura de Rio Claro que recebe os alimentos da Cooperativa de Rio Claro para disponibilizar as escolas).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Acesso aos programas PAA e Pnae

No dia 03 de novembro foram realizadas as entrevistas no município de Rio Claro em dois espaços diferentes: na Secretaria de Agricultura de Rio Claro, com a responsável pelo PAA e no Departamento de Alimentação Escolar de Rio Claro- Dae, com a nutricionista responsável técnica do Pnae.

Para o município de Cordeirópolis a entrevista foi realizada no dia 04 de novembro, com a nutricionista responsável pelo Pnae.

O município de Cordeirópolis não participa do PAA, segundo a responsável pelo Pnae do município

Pois Cordeirópolis não tem o CONSEA (Conselho de Segurança Alimentar). No ano passado (2015) foram realizadas reuniões, mas essa é uma responsabilidade da promoção social que não levou o processo pra frente. Fato que pode ter ocorrido devido a alterações de funções dentro da prefeitura. Na época o prefeito chegou até a indicar pessoas, mas a proposta não foi pra frente (informação verbal, transcrita em formulário de entrevista).

Com relação ao ano de início de acesso dos municípios aos programas, a coordenadora do PAA de Rio Claro não soube informar, no entanto conseguimos observar por meio do banco de dados do PAA (PAA Data) que o recebimento de alimentos ocorreu no mínimo desde 2011. O Pnae do município de Rio Claro teve início no ano de 2010.

No município de Cordeirópolis, o Pnae teve início em 2009, segunda a entrevistada,

A prefeitura já fez um contato com os agricultores e adquiriu alguns alimentos por meio de dispensa de licitação de alguns itens de alimentação (poucos itens). Em 2010 o município começou a ampliar a articulação com os agricultores, mas teve dificuldades com o setor de compras do município que não acreditava neste tipo de processo. A primeira chamada pública ocorreu somente em 2012, o que ampliou o quantitativo e a diversidade de produtos (informação verbal, transcrita em formulário de entrevista).

Nos dois programas os alimentos são adquiridos, preferencialmente, da agricultura familiar, no entanto somente o PAA de Rio Claro recebe alimentos exclusivamente dos agricultores. O Pnae em Cordeirópolis e em Rio Claro fazem uma mescla entre os produtos da agricultura familiar, e os adquiridos de empresas que participam do processo de licitação municipal.

Para as nutricionistas responsáveis pelos programas nos dois municípios, a compra licitatória serve como uma carta na manga e ainda é modo mais seguro de se comprar alimentos para as escolas, principalmente por não haver intempéries sazonais.

Segundo a nutricionista da prefeitura de Rio Claro, a cooperativa demonstra boa vontade, mas ainda é pouco organizada e acaba não tendo os produtos para entregar, mesmo com um cardápio com quatro variações semanais que tem possibilidade de substituições, isto ainda ocorre.

No caso do PAA em Rio Claro a aquisição se dá por meio de banco de agricultores⁵, atualmente o município possui 200 cadastros, com produtores de diversos municípios, e faz a solicitação de alimentos tendo em vista a demanda e um levantamento prévio realizado com os agricultores para saber o que cada um pode disponibilizar para o programa em cada época do ano.

Para as compras do Pnae, a entrevistada de Cordeirópolis sinalizou adquirir alimentos (produtos hortícolas e frutas) da Cooperativa de Cascalho (nenhum dos produtos é minimamente processado) e mel em sachês e potes, e iogurte de 180 ml da Cooperativa de A raras- COAF.

Para o mesmo programa, a entrevistada de Rio Claro diz receber os alimentos da Cooperativa de Rio Claro- CAF e mel de uma outra cooperativa também de Rio Claro.

⁵ Banco de agricultores refere-se aos agricultores que após a interesse em escoar sua produção para o PAA, realizam um cadastro junto aos responsáveis pelo programa, na prefeitura, e que após estarem aptos, fazem a destinação dos alimentos conforme a demanda da prefeitura.

Com base nas respostas dos questionários aplicados no assentamento XX de Novembro, também fomos entrevistar a Associação dos Pequenos Agricultores do Assentamento XX de Novembro, o representante da Cooperativa dos Pequenos Agricultores de Rio Claro-CAF e o representante da Cooperativa dos Pequenos Agricultores de Cascalho, sendo que esta última se recusou participar da pesquisa.

No que compete à associação XX de Novembro, que até o momento não escoar sua produção para nenhum dos programas, ficou nítida a vontade da presidente de que a mesma comece a mobilizar e organizar os moradores do assentamento XX de Novembro para uma participação mais efetiva nos programas. Segundo a presidente, isto ainda não foi efetivado porque a associação tem documentações atrasadas o que a impede de atuar.

Como a cooperativa de Cascalho não participou da pesquisa, ficou a cargo do representante da Cooperativa de Rio Claro expor alguns pontos em relação aos programas. Como no município de Rio Claro o PAA é operacionalizado de forma direta, a cooperativa expôs suas considerações sobre o Pnae e a relação com a prefeitura de Rio Claro, que adquire os produtos.

É válido ressaltar que no município de Rio Claro a sede da Secretaria da Agricultura abriga o PAA e a Cooperativa de Rio Claro –CAF. Segundo o representante da cooperativa, isto é um facilitador para o diálogo com a prefeitura e também auxilia no escoamento dos produtos dos agricultores cooperados para o PAA. Conforme afirma o entrevistado: “Os agricultores se filiam na cooperativa e ao mesmo tempo são informados e orientados sobre a possibilidade de escoamento direto via PAA” (informação verbal, transcrita em formulário de entrevista)

Quando questionado sobre o surgimento da cooperativa, o entrevistado relata que foi fundada em 2009, com o apoio da Secretaria da Agricultura de Rio Claro, que prestou assistência técnica aos agricultores.

Inicialmente com o formato de associação (Associação de Agricultores Familiares de Rio Claro), em seu primeiro ano de fundação já assinou seu primeiro contrato. Em 2014 a associação se transformou em cooperativa, pois no formato de associação ficavam limitados e necessitavam ampliar o escoamento de produção e o número de participantes.

Segundo o presidente da CAF, “a soma entre cooperativa, Secretaria da Agricultura e agricultores se fortaleceu e cresce a cada dia.” (informação verbal, transcrita em formulário de entrevista)

Para o entrevistado da CAF, o trabalho local incentiva a cooperativa a ampliar seus associados e conseqüentemente o montante de alimentos disponíveis. Tendo mais alimentos à cooperativa está habilitada a concorrer em chamadas públicas de municípios vizinhos e a escoar os alimentos para mais municípios, por meio do Pnae. “Neste ano a cooperativa já está em contato com as cidades de Limeira e Itirapina, para ampliar o volume de escoamento já que agora é possível vender R\$ 20 mil por agricultor/município” (informação verbal, transcrita em formulário de entrevista)

O Pnae é o programa que abrange mais municípios na região do assentamento XX de Novembro, no entanto ele mobiliza somente dois agricultores do assentamento, enquanto o PAA é acessado por nove famílias da comunidade.

Além destes aspectos referentes ao acesso e participação dos agentes envolvidos nesses programas, também fomos até as entidades para validar as informações fornecidas pelos agricultores no questionário realizado anteriormente para verificar quais deles realmente escoavam via cooperativa para o Pnae e de forma direta para o PAA

Conforme podemos observar no resumo descrito na figura 1, apenas quatro das onze informações de escoamento obtidas nos questionários foram validadas pela Cooperativa de Rio Claro e pelos agentes municipais que operacionalizam os programas PAA e Pnae em Rio Claro e em Cordeirópolis.

Além disso, uma informação não pôde ser confirmada, devido a não contribuição da Cooperativa de Cascalho para a pesquisa, e três novos tipos de escoamento foram identificados: o AGR 05 que além participar do Pnae em Cordeirópolis, participa também do PAA em Rio Claro, esse agricultor também entrega seus produtos para o Pnae em Rio Claro; o AGR 14 além de entregar seus produtos para o PAA também entrega para o Pnae em Rio Claro; e o AGR 20 que entrega para o PAA, mas que não foi identificado anteriormente porque não participou da aplicação do questionário, pois não foi encontrado no lote.

Figura 1: Resumo das informações obtidas nos questionários e entrevistas realizadas com os agricultores e agentes que operacionalizam o PAA e o Pnae

Dados fornecidos pelos Agricultores			Dados validados pela Cooperativa de Rio Claro e agentes do PAA e Pnae		
Programas	Agricultores participantes	De que forma	Programas	Agricultores participantes	De que forma
Pnae Cordeirópolis	AGR 05	Via Cooperativa de Cascalho	Pnae Cordeirópolis	AGR 05	Via Cooperativa de Cascalho
	AGR 17			sem informação	
PAA Rio Claro	AGR 05	Via Cooperativa de Rio Claro	PAA Rio Claro	AGR 05	de forma direta
	AGR 13			AGR 13	
	AGR 14	AGR 14			
	AGR 17	AGR 17			
	AGR 01	De forma direta		AGR 01	não escoo para o PAA
	AGR 06			AGR 06	
	AGR 11			AGR 11	de forma direta
	AGR 12			AGR 12	de forma direta
AGR 15		AGR 15	não escoo para o PAA		
		AGR 20	de forma direta		
Pnae Rio Claro		sem informação	Pnae Rio Claro	AGR 05	Via Cooperativa de Rio Claro
				AGR 14	

Legenda	
	informações de escoamento validadas
	informações de escoamento divergentes
	informações não encontradas
	novas informações de escoamento

Fonte: Dados da pesquisa.

a partir do assentamento XX de Novembro, Cordeirópolis-SP, 2016.

A confirmação do escoamento do AGR. 05 para o Pnae em Cordeirópolis via Cooperativa de Cascalho, só foi validada pela coordenadora do programa porque o mesmo já fazia a entrega para o programa quando a cooperativa ainda era associação e as notas eram emitidas de forma individual.

As divergências encontradas nas informações sobre o escoamento para o PAA em Rio Claro se dão principalmente porque todos os agricultores vendem os produtos de forma direta e não via cooperativa, como afirmado por

quatro agricultores. Outro equívoco ocorreu com o AGR. 15 que diz escoar para o programa, mas não foi encontrado na listagem dos entregadores do PAA, e o AGR. 11 que até iniciou um cadastro no programa, mas que por falta de documentação ainda não faz o repasse dos alimentos.

Somada a estas questões também houve a inserção do AGR. 20 na lista de agricultores que escoam para o PAA, ele não foi identificado anteriormente porque também não havia sido encontrado no lote e, conseqüentemente, não participou da aplicação do questionário.

Para a validação dos agricultores do assentamento XX de Novembro que escoam seus produtos para o Pnae em Rio Claro, as informações foram obtidas por meio da CAF, já que é a cooperativa que possui este controle. Conseguimos verificar com o presidente da cooperativa que apenas os AGR. 14 e AGR. 05 escoam seus produtos via cooperativa para o Pnae atualmente, o AGR. 02 é cooperado. Mas somente entrega via direta seus produtos para o PAA em Rio Claro (realidade do ano de 2016, pois o mesmo já chegou a escoar via cooperativa) e o AGR 13 até chegou a procurar a cooperativa, mas nunca escoou sua produção por ela.

3.2. Impacto dos programas PAA e Pnae

Quando questionamos as coordenadoras do Pnae em Cordeirópolis e em Rio Claro sobre a importância do programa para os municípios, ambas reforçaram que a obrigatoriedade de aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar fez com que os municípios investissem em qualidade para a alimentação escolar. Segundo a coordenadora do Pnae em Cordeirópolis, o programa tem “uma função verdadeira dentro da escola, pois o alimento desenvolve um papel de educação nutricional, de incentivar os alunos a comer frutas e adquirir hábitos saudáveis” (informação verbal, transcrita em formulário de entrevista).

Para a coordenadora do PAA em Rio Claro,

o programa beneficia vários setores que vão além do benefício para os agricultores, atinge as pessoas do município que necessitam, com produtos de qualidade que auxiliam na segurança alimentar das famílias e para a redução do consumo de produtos industrializados (informação verbal, transcrita em formulário de entrevista).

Se observarmos as falas das entrevistadas, identificamos que o impacto dos programas é identificado com uma conotação de reeducação alimentar que prioriza a utilização de alimentos saudáveis para o público a que se destinam.

No olhar da cooperativa de Rio Claro, o Pnae proporcionou várias mudanças, como a volta do jovem para a propriedade, pois o programa passa a ser vantajoso financeiramente para este público, a ampliação da área de produção dos agricultores cooperados, um espírito mais empreendedor para os agricultores.

Segundo o entrevistado, o espaço cedido pelo município dentro da própria Secretaria de Agricultura também foi algo positivo, pois eximiu o pagamento de aluguel pela cooperativa e ao mesmo tempo facilitou as operações administrativas. Fato que possibilitou e motivou a cooperativa a procurar cooperados em outros municípios, e hoje consegue englobar agricultores de Cordeirópolis, Corumbataí, Ipeúna, Rio Claro, Limeira, Tanquinho, Araras e Conchal. Estes agricultores não foram inseridos no organograma, pois não tínhamos certeza de quais escoavam para o Pnae em Rio Claro.

Com relação aos beneficiários dos programas para o ano de 2016, as coordenadoras do Pnae em Cordeirópolis e Pnae em Rio Claro informaram atender 5.118 e 39.000 pessoas respectivamente, enquanto a coordenação do PAA informou distribuir 850 cestas semanais.

Em Cordeirópolis estes atendimentos estão divididos entre 6 creches, 6 escolas municipais, 3 escolas estaduais, a Apae e o Centro de Apoio Psico Social-Caps. Em Rio Claro estão divididas entre 97 escolas do município e

para o PAA da cidade os atendimentos se dividem entre 7 CRAS que são responsáveis pela divisão e entrega das cestas e uma destas cestas vai para a cooperativa de catadores da cidade.

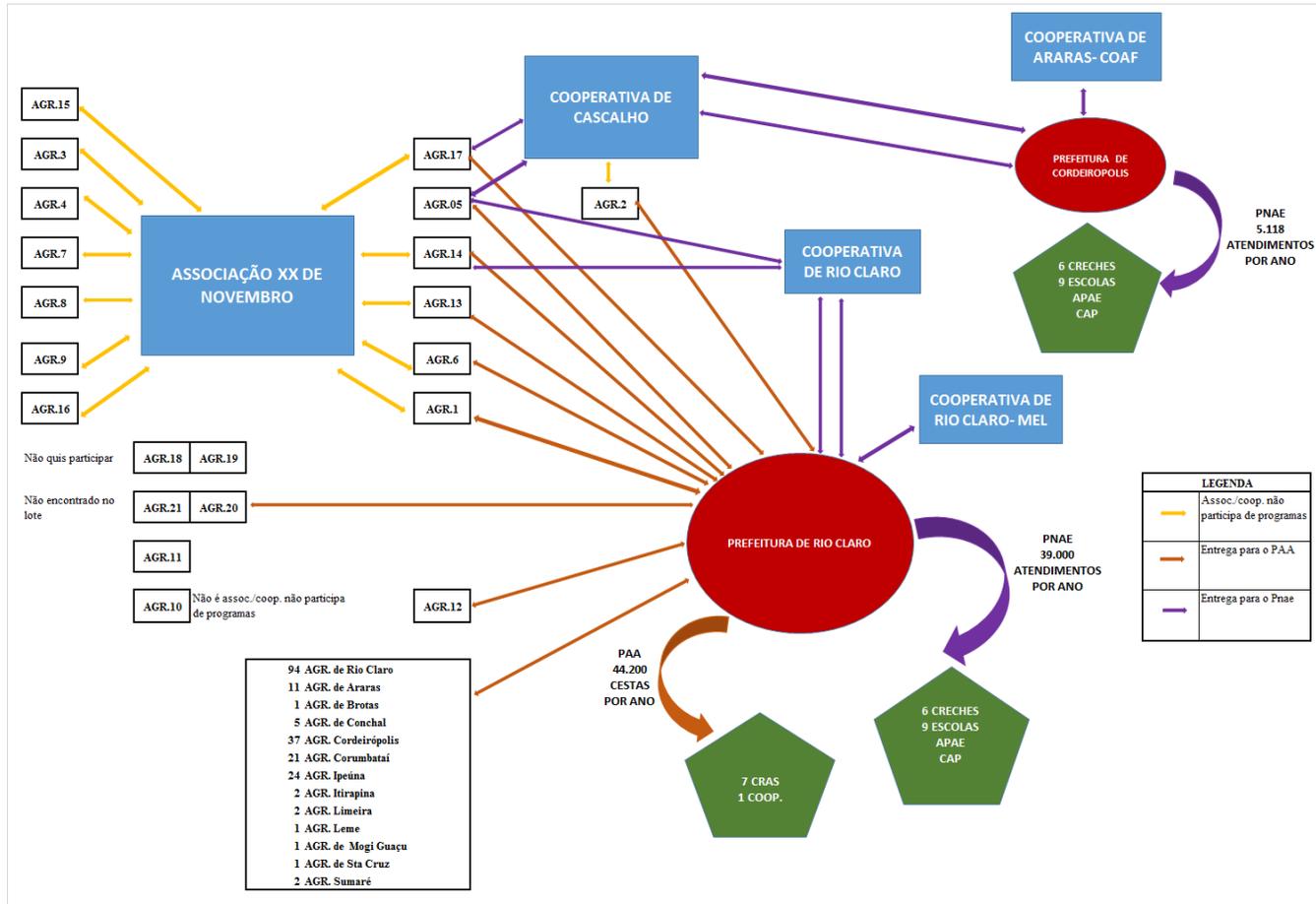
3.3 Coesão Social referente aos programas PAA e Pnae no assentamento XX de Novembro

Para uma melhor visualização de como se estabelece o canal de escoamento dos produtos oriundos do assentamento XX de Novembro, sinalizado pelos agricultores e posteriormente validado pelos agentes municipais e pela Cooperativa de Rio Claro, estruturamos um diagrama que pode ser observado na figura 2.

Se comparado com o diagrama inicial⁶, formulado com base nos questionários, é nítida a alteração e ampliação da rede, o que indica um vigor desta rede de cooperação. Dentre as mudanças destacamos: a ampliação do número de ligações entre os agricultores do assentamento XX de Novembro e as prefeituras, e dos agricultores com as organizações representantes que operacionalizam os programas; a ampliação de agricultores de outras localidades que também escoam produtos para o PAA; ampliação de instituições atendidas com a inserção da informação sobre o Pnae em Rio Claro; informação adicional sobre o número de atendimentos realizados pelos programas no ano de 2016 e ampliação de cooperativas envolvidas nesta realidade, cooperativas estas que não estão vinculadas aos assentados do assentamento XX de Novembro, mas que escoam produtos para o Pnae nas cidades de Rio Claro e Cordeirópolis.

⁶ O diagrama inicial, formulado com o resultado das entrevistas realizadas com os agricultores pode ser visualizado no artigo apresentado na 55ª SOBER, por meio do Link:

Figura 1: Redes (estabelecidas e validadas) do PAA e Pnae do Assentamento XX de Novembro, Cordeirópolis-SP, 2016



Fonte: Dados da pesquisa.

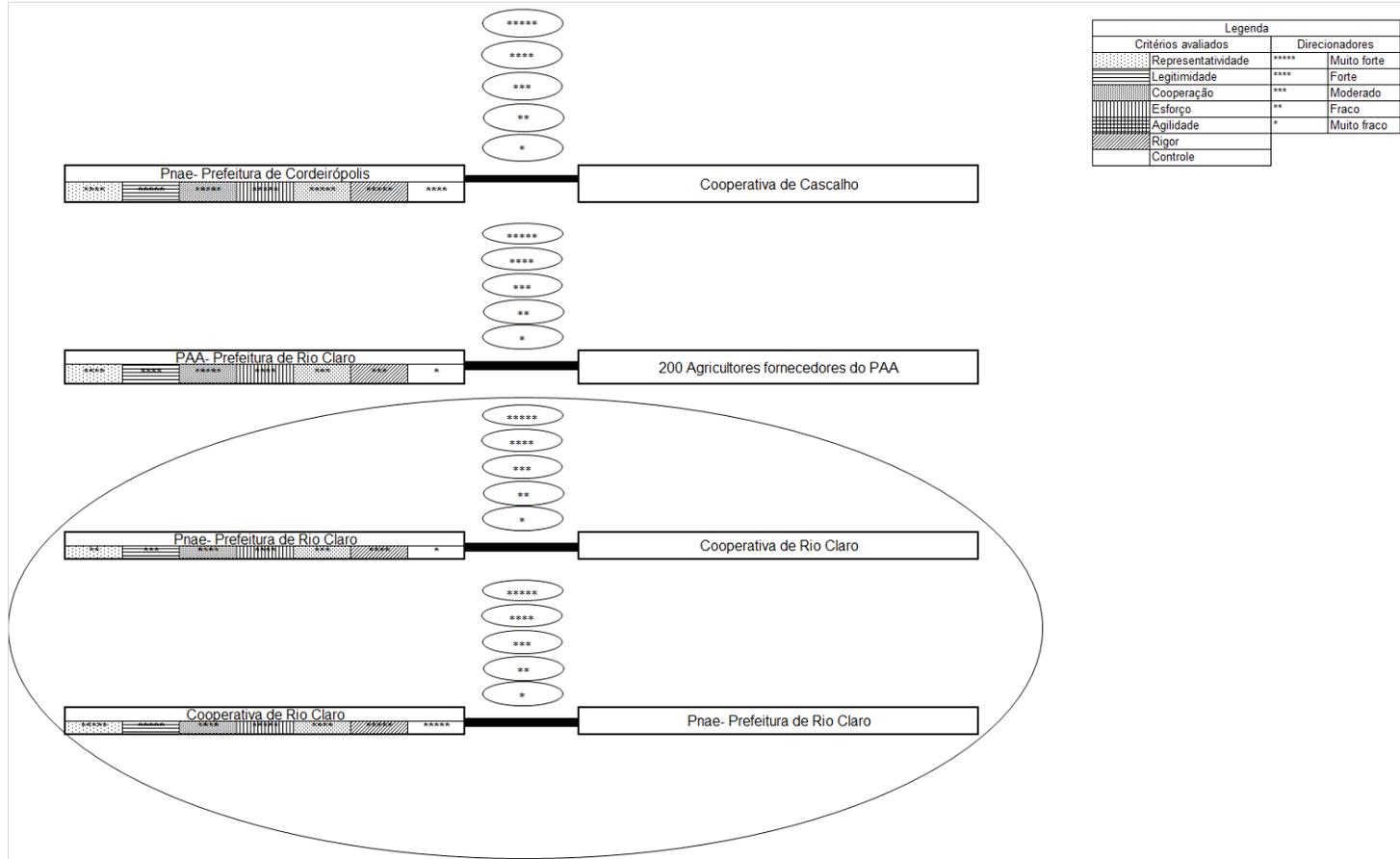
Para a análise da coesão social questionamos os agentes municipais sobre a contrapartida dos agricultores e das cooperativas, que entregam os alimentos para os programas, e para a cooperativa abordamos como se dá a relação entre a mesma e a coordenação do Pnae em Rio Claro.

Na avaliação da prefeitura de Cordeirópolis (Pnae) com a Cooperativa de Cascalho, todos os critérios avaliados foram altos, o que sinaliza que a prefeitura julga ter uma ótima relação com a cooperativa em questão. Os únicos critérios que não tiveram nota máxima foram a representatividade e o controle.

Na avaliação de prefeitura de Rio Claro (PAA), em relação aos 200 agricultores que escoam os alimentos, encontramos várias oscilações nos critérios analisados, que vão de muito forte até muito fraco. O único critério que teve nota máxima foi o de cooperação, e o critério com pior nota foi o controle.

Já para análise cruzada entre a prefeitura de Rio Claro (Pnae) e a cooperativa de Rio Claro (CAF), o que se observa é que a cooperativa acredita ter uma ótima relação com a prefeitura o que reflete nas notas atribuídas por eles, que não teve nenhum critério abaixo de forte. Fato que não ocorre na avaliação da prefeitura para com a cooperativa, onde nenhum dos critérios obteve nota máxima. Dentre os critérios mais baixos analisados pela prefeitura, destacamos a questão do controle, que foi avaliado como muito fraco e a representatividade que foi avaliada como fraca. Além destes, os critérios de legitimidade, agilidade e rigor foram avaliados como moderado.

Figura 2: Avaliação, por meio de indicadores, dos agentes representantes dos órgãos que formam o canal de escoamento de produção, a partir do Assentamento XX de Novembro, Cordeirópolis-SP.



Fonte: Dados da pesquisa

Com base na análise dos critérios de coesão social e nas informações complementares repassadas durante as entrevistas, podemos sinalizar que no caso da relação entre a prefeitura de Cordeirópolis e a Cooperativa de Cascalho é bem sucedida. Os únicos pontos que ainda podem ser melhorados é a questão da agilidade na entrega dos produtos, já que em alguns momentos a entrega atrasa o que dificulta a programação alimentar do cardápio das escolas, e a questão do controle, que já sofreu uma melhora após a transformação de associação para cooperativa.

No que compete a relação entre a coordenação do PAA em Rio Claro e os 200 agricultores que entregam seus produtos para o programa, o que foi sinalizado como algo que deixa a desejar é a questão do controle. Segundo a entrevistada, em vários momentos o agricultor traz o alimento pesado, mas quando os funcionários do programa vão conferir existe uma discrepância para menos na quantidade dos alimentos. Este fato duplica o trabalho, pois não é possível deixar esta atribuição a cargo dos agricultores e dificulta também a montagem das cestas, que por vezes têm que ser repensadas com base no quantitativo de alimentos realmente entregues pelos produtores.

Para a relação entre a cooperativa de Rio Claro e a prefeitura, a única em que os dados puderam ser cruzados, é destoante porque a cooperativa acredita que tudo caminha bem, mas para a prefeitura esta relação deixa a desejar.

A entrevistada da prefeitura disse por inúmeras vezes ter dificuldades com a desorganização da cooperativa, segundo ela, o presidente da CAF tem boa vontade, mas o problema é que às vezes a cooperativa não tem produtos suficientes para entregar. Segundo a entrevistada, foram realizadas inúmeras reuniões com a CAF, mas a situação não se altera.

Uma proposta elaborada pelo setor de alimentação escolar, como uma forma de facilitar a entrega dos produtos, foi criar um cardápio com quatro variações de alimentos que se repetem no decorrer dos meses do ano, dentro destas quatro variações também existem possibilidades de alteração de alimento com uma forma de respeitar o valor nutricional dos alimentos e a

sazonalidade. Segundo a entrevistada a lista de produtos não é muito diversificada e só a mandioca é solicitada com o mínimo de processamento (retirada da casca).

A compra de alimentos para as 97 Unidades Escolares é composta de uma mescla entre cooperativa e empresa terceirizada, mas a entrevistada relata ter vários problemas quando compra os produtos da cooperativa, sendo que muitas vezes a própria empresa terceirizada tem que ampliar o número de produtos entregues à prefeitura porque a cooperativa não consegue entregar.

Além disso, a entrevistada relatou, no que diz respeito a pesagem dos alimentos, que existe uma discrepância na pesagem dos produtos para menos no quantitativo entregue pela cooperativa, fato que obrigou o setor de alimentação comprar da cooperativa apenas quantitativos fechados de alimentos.

Em resumo grau de coesão da rede obteve uma pontuação média de 85%, conforme podemos observar na Tabela 1.

Tabela 1: Grau de coesão social conforme percentual de pontuação atingida- Rede de escoamento do PAA e Pnae, Assentamento XX de Novembro Cordeirópolis-SP

<i>INDICADOR</i>	<i>PERCENTUAL</i>
<i>Agilidade</i>	75%
<i>Legitimidade</i>	85%
<i>Representatividade</i>	90%
<i>Cooperação</i>	90%
<i>Esforço</i>	75%
<i>Rigor</i>	85%
<i>Controle</i>	55%
% de Pontuação da Rede em relação ao total possível	85%

Fonte: Dados da pesquisa.

Com esta pontuação a rede, composta pelos agricultores, as cooperativas e as prefeituras foi avaliada como de alta coesão social. O que significa que a rede tem elevada interação, apresentando poucos atributos de reduzido impacto positivo e que podem ser melhorados com pequenas intervenções no interior das relações dos programas.

No entanto, ressaltamos que esta percepção dos indicadores não inclui a avaliação dos assentados do assentamento XX de Novembro, porque na aplicação do questionário a coesão social observada foi em relação à Associação XX de Novembro e não em relação às cooperativas. Até poderíamos utilizar as notas aplicadas por eles, mas esta utilização não traria a real condição da coesão social dos agricultores, já que os mesmos destinavam seus alimentos e na hora da análise de coesão a maioria se referia a Associação do município que não escoava para os programas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Pnae, por se tratar de um programa endossado pela Constituição Federal, fez com que os municípios atendessem às exigências em relação à obtenção dos alimentos da agricultura familiar logo após a sua promulgação, com aplicação a partir de 2009 em Cordeirópolis e 2010 em Rio Claro.

O PAA por não ter esta força constitucional acaba por ser implementado a passos lentos, conforme o interesse municipal, ou até mesmo não é implementado, como no caso de Cordeirópolis. Esta falta de interesse do município reflete também na carência organizacional dos agricultores da localidade.

Como principais impactos visualizados pelos participantes da rede estão: o papel educacional que o alimento oriundo da agricultura familiar adquire, onde os alunos aprendem a comer e os responsáveis em cozinhar aprendem a fazê-lo conforme o que é produzido no local e a redução da utilização de produtos industrializados dentro dos espaços escolares e de atendimento socioassistenciais.

A análise qualitativa de coesão social demonstrou uma alta coesão dentro da rede estudada, no entanto não acreditamos que esta interação ocorra da melhor forma, e muitas melhorias na articulação entre agricultores familiares, organizações civis e órgãos municipais.

Como poucos agricultores do assentamento XX de Novembro escoam seus produtos para os programas e os que escoam para não sabem ao certo qual programa participam, não conseguimos inseri-los na avaliação qualitativa de coesão social, fato que de imediato gera uma reflexão acerca da falha de comunicação no interior da rede, e demonstra que agricultor desta realidade tem um interesse específico da venda dos produtos, não tem interesse no entendimento e participação de uma rede. No entanto, participar de algum dos programas de segurança alimentar amplia a visão de possibilidades de venda dos alimentos.

A questão do controle é o indicador de coesão social mais prejudicado, o que pode sinalizar uma falta de interação dentro dos programas.

Observa-se que o número de atendimentos dos programas na rede identificada é expressivo e que a efetivação deles é importante para os agricultores que deles fazem parte, e para a comunidade que recebe estes alimentos. A utilização dos alimentos oriundos da agricultura familiar fomenta a produção local e ao mesmo tempo a comunidade atendida recebe o produto fresco.

5. REFERÊNCIAS

ASSIS, R. L. (2006). Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Revista de Economia Aplicada**, v. 10, n.1, p. 75-89, São Paulo.

BERGAMASCO, S.M.P.P & NORDER, L.A.C. (1996). **O que são assentamentos rurais**. Brasiliense, São Paulo.

BRASIL. <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/05/novo-plano-safra-da-agricultura-familiar-vai-oferecer-credito-recorde-de-r-30-bi>

BRASIL. <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/marco/paa-repassa-r-35-milhoes-para-a-agricultura-familiar>

GUERREIRO, I. C. O., BERGAMASCO, S. M. P. P. & SOUZA-ESQUERDO, V. F. (2016). Reforma agrária: contribuições para o debate. **Retratos de Assentamentos**, v. 19, p. 351-380.

GOODMAN, D., SORJ, B., and WILKINSON, J. Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 204 p. ISBN: 978-85-9966-229-8. Available from SciELO Books

MELÃO, I. B. (2012). Produtos sustentáveis na alimentação escolar: o Pnae no Paraná. **Cad. Ipardes**. Curitiba, eISSN 2236-8248, v.2, n.2, p. 87-105

GUANZIROLI, C. E., BUAINAIN, A. M., DI SABBATO, A. Dez Anos de Evolução da Agricultura Familiar no Brasil: (1996 e 2006). **Revista de Economia e Sociologia Rural – RESR**, v.50, n.2, p. 351-370, 2012.

PAULILLO, L. F.; ALMEIDA, L. M.; SILVA, V. Eficácia e Coesão Social do Projeto Viva Leite na Grande São Paulo: uma avaliação da rede de segurança alimentar de Osasco e Carapicuíba. **Revista de Economia Agrícola**, Instituto de Economia Agrícola, Secretaria de Agricultura e do Abastecimento do Estado de São Paulo. São Paulo, vol. 56, n. 3, p. 3-28, dezembro, 2009.

SILVA, A.C. da. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. *Estudos Avançados*, São Paulo, no. 9(23), 1995.

ZAMBERLAM, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. **Agroecologia: Caminho de preservação do agricultor e do meio ambiente**. Editora Vozes. 2012.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2011. 152p.

CAPÍTULO 04- ARTIGO 03

ANÁLISE DE REDES SOCIAIS EM PROGRAMAS DE ESCOAMENTO DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS¹

FILUS, Veridiany²

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira ³

SOUZA ESQUERDO, Vanilde Ferreira de ⁴

RESUMO

O desenvolvimento social e econômico de comunidades e grupos sociais está intimamente atrelado ao intercâmbio da informação que possuem, e as possíveis transformações estão ligadas a formação de redes que os indivíduos

¹ Este artigo faz parte de uma pesquisa coordenada pela Prof^a. Dra. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco, intitulada: “Avaliação de Políticas Públicas no Estado de São Paulo a partir dos Assentamentos Rurais”, Chamada Universal MCTI/CNPQ N° 14/2014.

² Assistente Social (Universidade Estadual do Centro-Oeste- UNICENTRO), mestranda em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (Universidade Federal de São Carlos- UFSCAR Araras). Endereço postal: Assentamento Ireno Alves S/ N, Brasil. Cep: 480000. Telefone: (41) 996137177. Currículo lattes: [http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4462276Y6](http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4462276Y6;); e-mail: veri_filus@yahoo.com.br

³ Engenheira Agrônoma (Universidade de São Paulo), mestrado em Extensão Rural (Universidade Federal de Viçosa), doutorado em Ciências (Universidade Estadual Paulista), pós-doutorado (Universidade Estadual de Campinas), pós-doutorado (École de Hautés Études em Sciences Sociales. Paris, França); Professora titular (Universidade Estadual de Campinas), Bolsista Produtividade em Pesquisa, CNPq e Bolsista do Programa Nacional de Professor Visitante Sênior – PNPVS da CAPES (Universidade Federal de São Carlos UFSCar-Araras). Endereço postal: Universidade Estadual de Campinas. Avenida Cândido Rondon, n, 501. Feagri Unicamp Cidade Universitária CEP 13083875 - Campinas, SP –Brasil Telefone: (19) 35211066. Currículo lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783306H1>; e-mail: sonia@feagri.unicamp.br

⁴ Engenheira Agrônoma (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho), mestrado e doutorado em Engenharia Agrícola (Universidade Estadual de Campinas), pós-doutorado (Universidade Estadual de Campinas), pós-doutorado (Universidade Federal de São Carlos- UFSCAR Araras), professora doutora Faculdade de Engenharia Agrícola-Feagri/Unicamp. Endereço postal: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola. Avenida Cândido Rondon n,501, Cidade Universitária, CEP 13083875. Campinas, SP- Brasil. Telefone: (19) 35211066. Currículo lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4736081D6>; e-mail: vanilde.esquerdo@feagriunicamp.br

estabelecem com atores localizados em outros espaços sociais. Por acreditar nesta premissa, o artigo tem o intuito de analisar as redes viabilizadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no Assentamento XX de Novembro, Cordeirópolis-SP e compreender o impacto desta rede sobre a vida social envolvida. As informações foram coletadas, por meio de aplicação de questionários e entrevistas com os agentes integrantes desta rede, e sistematizadas com a ajuda do programa Pajek de forma a compor a caracterização e o sociograma da rede. Dentre as questões levantadas, nos perguntamos se esta rede tem o caráter integrador ou transformador, como se dá a mobilização desta rede. Identificamos que a mesma se caracteriza como uma rede tutelar, que integra diversas ramificações de capital social que contribui para uma mobilização de mais de 48.000 pessoas/ano e ainda estimula a criação de outras formas de escoamento de produção.

Palavra-Chave: PAA; Pnae; sociogramas; mobilização social.

ABSTRACT

The communities and social groups social and economic development is tightly bind to an intercourse of information they have and possible changes are connected to networks formation that individuals establish with actors located in other social spaces. Because we believe in this premise, the paper intends to analyze networks that came under the scope of PAA and Pnae, at XX de Novembro Sttelment, Cordeirópolis-SP and comprehend this network impact on the social life involved. The informations were collected, by means of questionnaires and interviews with the agents who make part on this network, and systematized with tha aid of the software Pajek in order to compose characterization and sociogram of the net. Among the questions raised, we asked ourselves if this net has a integrating or transforming character, how is this net mobilized. We identified the net as having a character of tutelary, that integrates several social capital branches which contributes to a mobilization of more than 48.000 people/year and, in addition, stimulates the creation of other forms of production outflowing.

1. INTRODUÇÃO

1.1. *Breve contextualização sobre o conceito de redes sociais*

Para pensar na análise de redes sociais dentro da perspectiva sociológica, existem três possíveis usos do conceito: a rede como metáfora, como normativa e como método.

Segundo Marques (2000) rede como metáfora expressa a ideia de que entidades, indivíduos e pensamentos estão entrelaçados; como normativa é aquela que estrutura um dado conjunto de entidades, que objetivam alcançar algo desejado; e rede enquanto método é aquela que passa a descrever e analisar os padrões de relações estabelecidas, dentro das redes sociais.

Com esta delimitação teórica, a análise de redes sociais do presente trabalho se situa entre a sociologia relacional, que tem seu enfoque direcionado para os contatos, vínculos e conexões que envolvem as relações dos indivíduos; e a sociologia econômica que vê na ação financeira, uma forma de ação socialmente situada em construções sociais (SWEDBERG E GRANOVETTER, 1992).

A sociologia relacional permite analisar as ações dos atores sociais como ações estratégicas e ao mesmo tempo condicionadas (BOURDIEU 1989; EMIRBAYER, 1997) e rompe com a ideia de que existe uma predestinação nas relações sociais colocando “a necessidade de analisar, em cada configuração empírica específica, como a sociedade civil se constitui na e pela relação com outras dimensões da realidade social em estudo” (SILVA, 2006, p. 160).

Na sociologia econômica, a análise de redes sociais se divide em duas linhas, a primeira, utilizada no período anterior aos anos 70, tinha como foco os vínculos entre as entidades e sua distribuição em redes onde se explorava somente a conectividade de menores proporções e as sistematizava em sociogramas. Já a segunda, posterior a década de 70, além das preocupações descritas acima agregou a análise a questão da posição dos indivíduos e a estrutura da rede.

Tanto na sociologia relacional como na econômica, o que se observa é que

A força da análise de redes sociais está na possibilidade de se construir estudos muito precisos em termos de aspectos descritivos, sem impor uma estrutura *a priori* à realidade e aos atores, criando um tipo muito particular de “individualismo relacional”. Essas análises permitem a realização de investigações sofisticadas e diretas, de nível intermediário, dos padrões de relação entre indivíduos e grupos, de forma a

chegar aos tão decantados micro-fundamentos sem a perda de visão da estrutura social. (MARQUES, 2000, p.129)

De forma genérica existe uma tríplice, que pode ser utilizada como plano de fundo para a análise de redes, composto por: territorialidade e espacialidades, temporalidade e periodicidades, sociabilidade e articulações político-ético-culturais.

Para Fischer e Carvalho (1993) o espaço territorial delimitado é visto como local de formação de identidades e práticas políticas específicas. Nesse contexto, enxergam as formas de sociabilidade desenvolvidas em dois tipos de redes sociais. As redes submersas que têm uma base social informal, constituída por vínculos de parentesco, vizinhança, amizade; e as redes associativistas, que são formadas por um conjunto de relações distribuídas em diversos coletivos, gerando o tecido social local associativo.

Já para Granovetter (2005) existem quatro princípios essenciais da relação entre redes sociais e resultados econômicos: as normas e a densidade da rede social, a força dos laços fracos, a importância do “buraco estrutural” e a sobreposição da ação econômica e não-econômica.

No que compete a composição dos laços o autor se diferencia da nomenclatura utilizada por Fischer e Carvalho, mas não foge do sentido. Segundo Granovetter os laços são divididos entre fracos e fortes. Os laços fortes são aqueles que envolvem certo grau de parentesco, vizinhança e/u proximidade. Enquanto os laços fracos conectam membros de diferentes grupos para a transmissão de informações. A não existência dos laços fracos limita a rede e impede a criação de pontes entre elas, ocasionando o que Granovetter chama de buraco estrutural.

Além destes aspectos, Granovetter nos diz que a sistematização de ideias “apropriadas” de comportamento seguidos pelos grupos e a clareza nesta normatização irá fortalecer a rede contribuindo para sua densidade. E

que nestas relações a atividade não econômica, principalmente no que refere-se a conteúdos, metas e processos formulados, irá nortear a ação econômica.

Para Scherer-Warren (1996) é por meio da ideia de redes que se integra as diversidades do local ao global, nas interconexões das identidades dos atores. Assim, participar de uma rede significa ser um elo de um tecido social movimentalista.

Para Scherer-Warren (1996, p .10)

Essas redes de movimentos podem ser definidas como interações horizontais e práticas sociopolíticas pouco formalizadas ou institucionalizadas, entre organizações da sociedade civil, grupos e atores informais, engajados em torno de conflitos ou de solidariedades, de projetos políticos ou culturais comuns, construídos ao redor de identidades e valores coletivos.

Vários são os papéis e os pontos de conexão nas redes, um ator central no interior de uma rede é aquele que, a partir de um número considerável de relações, consegue exercer grande influência sobre os demais atores e gerar neles certa dependência, controlando possibilidades de fluxos e desfrutando uma capacidade maior de fazer escolhas (HANNEMAN, 2001).

Nesta linha de raciocínio, a relação entre os parceiros podem se dar das seguintes formas: autônomas ou orgânicas, tuteladas e subordinadas. As relações autônomas ou orgânicas são compostas por entes autônomos “com objetivos específicos próprios e que passam a se articular em função de uma ideia abraçada coletivamente. (INOJOSA, 1999, p.118).

Nas redes tuteladas, os componentes têm uma certa autonomia “mas se articulam sob a égide de uma organização que os mobiliza em função de um papel de regulação legal ou de capacidade de financiamento e que, por isso, modela o objetivo comum” (INOJOSA, 1999, p.118 e p.119). O modelo de redes tuteladas é uma crescente na atualidade, principalmente quando há o envolvimento do Estado, o que pode acarretar diversos problemas na formação

e permanência das mesmas. Dentre as dificuldades podemos destacar que o distanciamento do ente regulador pode dispersar a rede, o fato de os parceiros da rede serem tratados como parte singular de um convênio,

nesses casos o parceiro constante costuma ditar as regras, pois o convênio é um contrato entre órgãos governamentais. Essa não é a prática da rede orgânica, que supõe o estabelecimento compartilhado e dinâmico das regras de parceria. Além do mais esse modelo dificulta as relações horizontais entre os entes, como efeito da dinâmica da rede, embora isso possa vir a ocorrer no processo de articulação. (INOJOSA, 1999, p.119)

Além das redes orgânicas ou autônomas e das redes tuteladas existe ainda a rede subordinada “que é constituída por entes que são parte de uma organização ou de um sistema específico e onde existe uma interdependência de objetivos” (INOJOSA, 1999, p.119)

Dentro destes tipos de rede, ainda podemos diferenciar o foco de atuação, que pode ser direcionado para o mercado ou para o compromisso social. As redes de mercado são utilizadas para a produção e/ou apropriação de um bem ou serviço que faz parte da finalidade de sua existência, como por exemplo: rede de serviços educacionais e rede de lojas; enquanto as redes de compromisso social são pautadas a partir de uma ideia e estabelecida no próprio processo de compartilhamento “dessa ideia e na explicitação do propósito de sua existência, que vai configurando o seu projeto de atuação” (INOJOSA, 1999, p.120).

1.2. Conceito de redes para o planejamento em políticas públicas

A literatura internacional assume que os países em desenvolvimento têm maiores dificuldades técnicas, financeiras e culturais no processo de planejamento e implementação de políticas públicas.

As políticas idealizadas nesses países, visam integrar os atores envolvidos e as falhas acontecem “por vários motivos, entre os quais destacam-se os aspectos político-institucionais, financeiros e técnicos” (Oliveira 2002), que geralmente ocorrem devido a separação que se faz entre elaboração e implementação no processo de planejamento.

Com essa dificuldade, as políticas públicas passam a adicionar o componente implementação no plano, com estratégias que incluem monitoramento, auditorias e reuniões técnicas. Ou ainda, adicionam a participação popular, onde os beneficiários são parte ativa e contribuem na elaboração e/ou monitoramento da política. Como, por exemplo, a conquista popular oriunda da Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 194 assegura o caráter democrático e descentralizado da administração na seguridade social, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores.

Segundo Oliveira (2006, p. 277 e 278),

O resultado de um processo de planejamento, que inclui sua implementação, tem que ser visto como uma série de eventos aparentemente simples, mas que dependem de uma cadeia complexa de interações recíprocas para que obtenham o resultado esperado, e muitas vezes esta cadeia não pode ser prevista ou controlada.

Nesse sentido, a ideia de rede tem se apresentado frequentemente nas discussões sobre as políticas sociais e é vista como uma alternativa para o governo, com vistas a ampliar os resultados e os impactos das políticas públicas.

Esta urgência da utilização do método de redes sociais como forma alternativa para a atuação do Estado é provocada pela crítica aos resultados da gestão das políticas públicas através de estruturas organizacionais, públicas ou privadas, que se articulam em sistemas onde as partes são interdependentes. (Inojosa, 1999)

Segundo a autora,

do ponto de vista operacional, a rede pode estabelecer pactos de ação e permitir o planejamento e a avaliação dessa ação, contemplando resultados e impactos, isto é, buscando conferir o que está mudando para melhor na vida da população, bem como quais as novas e diferentes escolhas devem ser feitas para promover a equanimidade de oportunidades e do exercício de direitos (Inojosa, 2006, p.247).

Para Marteleto e Silva (2004), este interesse da esfera pública também está relacionado com o aumento dos estudos na área de economia e sociologia sobre a importância do capital social, que é definido pelos autores como normas, valores, instituições e relacionamentos compartilhados que permitem a cooperação dentro ou entre os diferentes grupos sociais, servindo de recurso para comunidades que constroem suas redes de relações.

Os autores apontam para três formas de capital social: o capital social de ligação que ocorre entre pares e iguais, o capital social de ponte que ocorre entre membros da comunidade e organizações não-governamentais e o capital social de conexão que ocorre entre os órgãos e o Estado (MARTELETO; SILVA, 2004)

Em consonância com Marteleto e Silva (2004), Injosa (2006) aponta o conceito de redes sociais estabelecido dentro de planejamento de políticas públicas como um direcionamento do compromisso social como base de criação e atuação. Nessa linha, as redes mobilizam pessoas e instituições, tendo um a visão ideal para o futuro, com o objetivo de romper/minimizar problemas face ao desenvolvimento social.

1.3. PAA e Pnae enquanto programas de políticas públicas que movimentam redes sociais

Com a intenção de ter as redes sociais como método de atuação é necessário considerar o Estado como poder diferenciado que atua na regulação das atividades econômicas, na definição, alteração, limites e até mesmo na extinção de determinadas redes. (RAUD-MATTEDI, 2005)

Fligstein (2007), em sua crítica sobre a análise de redes explicitada por Granovetter, pontua que o autor não trata das relações do Estado no interior das redes, o que faz o trabalho de Granovetter ser focalista e limitado. Para Fligstien o mercado é compreendido como um campo que deixa transparecer a habilidade dos atores em interpretar suas situações, construir rotas de ação e inovar. Nesta relação o Estado é compreendido, como aquele ator que cria e limita quais instâncias podem ser dominadas coletivamente, quais os movimentos para ser um ator na rede e como as próprias regras podem ser feitas.

Recentemente, a partir de novas discussões sobre desenvolvimento local, o meio rural vê surgir algumas oportunidades em forma de programas de políticas públicas que adotam como estratégia, o trabalho em rede. Fato que pode ser considerado como “fruto de uma mudança na concepção e na forma de agir do Estado diante da sociedade civil. Todavia, também pode representar uma mudança na forma de agir e atuar das próprias organizações sociais rurais.” (BOLTER; SCHNEIDER e HAAS, 2015, p.466)

Segundo os autores, depois do período pós redemocratização, o governo alterou seu modo de agir sendo mais receptivo, face as questões da sociedade civil, o que possibilitou a constituição de redes de atores no processo político de formulação dos programas e das políticas públicas para o meio rural.

Dentre as políticas pensadas para o rural, incluem-se aquelas que recolocam a importância da produção e da distribuição de alimentos, proporcionam a construção de mercados específicos para a produção diversificada e, ao mesmo tempo, estimulam a ampliação de redes externas a

sua operacionalização, com o estímulo a expansão de mercado por parte dos agricultores, principalmente daqueles organizados.

Neste contexto, mercado institucional refere-se a uma configuração específica de mercado em que as redes de troca assumem uma estrutura particular, previamente determinada por normas e convenções negociadas por um conjunto de atores e organizações, onde o Estado assume um papel central, notadamente por meio de compras públicas (GRISA, 2010).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Programa de Aquisição de Alimentos são exemplos destas políticas.

O Pnae surgiu em 1955 como uma alternativa assistencialista, que disponibilizava alimentos para as escolas e suas famílias, se transformou em 1979 em um programa governamental reconhecido e ratificado pela Constituição Federal de 1988.

Inicialmente, a compra de alimentos era basicamente oriunda das grandes empresas alimentícias, onde por meio de licitações o governo “comprava e distribuía para todo o território nacional um conjunto de alimentos formulados e industrializados por um número restrito de empresas, conformando uma estrutura operacional que apresentou várias distorções” (GRISA; PORTO, 2015, p. 162). Isto privilegiava algumas empresas e a alimentação escolar destoava da realidade e hábitos alimentares de cada região.

A partir de 1994, o programa sofreu modificações pois teve seus recursos descentralizados, com a lei 9.813/05, quando passa a compor a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Pnsan); e posteriormente, no ano de 2009, quando ocorre a promulgação da lei 11.947 onde foi definido que, dos recursos financeiros disponíveis para o Pnae, “no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma

agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas” (BRASIL, 2009).

A relevância do programa é ampliada, ainda mais, quando a lei 11.947 abre precedente para a dispensa de licitação, sendo necessário apenas que o agricultor apresente um projeto de venda de gêneros alimentícios para a unidade recebedora, e quando, por meio da Resolução nº 25 de 4 de julho de 2012 (Brasil, 2012) é alterado o valor de R\$ 9 mil para R\$ 20 mil por DAP/ano, valor este, altamente “significativo para o agricultor familiar, sobretudo para algumas regiões do País (Norte e Nordeste), uma vez que somente esse canal de comercialização representa em média R\$ 1,6 mil reais/mês/DAP.” (MELÃO, 2012, p.95).

O PAA, diferentemente do Pnae, surge em 2003 pela lei 12.512, com o foco na compra de alimentos oriundos da agricultura familiar, realçando a questão da segurança alimentar e nutricional da população, e tem como um de seus principais diferenciais a dispensa de licitações para aquisição dos alimentos.

Para que os agricultores consigam efetuar a venda de seus alimentos ao programa, os mesmos precisam identificar a unidade executora do programa, verificar quais alimentos são adquiridos, e em quais modalidades são operacionalizadas no local (compra com doação simultânea; compra direta; apoio à formação de estoques; incentivo à produção e ao consumo de leite; compra institucional e aquisição de sementes; sendo esta última modalidade só acessível para agricultores com DAP jurídica) e solicitar a sua inclusão na listagem de produtores. Após a inclusão, a unidade executora repassa ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) a identificação dos agricultores familiares e o repasse do valor adquirido é depositado diretamente na conta do agricultor e sacado através de um cartão bancário.

No que diz respeito a valores disponibilizados pelo programa, em mais de 10 anos, podemos observar um crescimento em relação aos valores

disponíveis por DAP, onde a partir de Decreto nº 6.959, de 2009, disponibiliza-se um montante de até R\$ 9.000,00 por família, dependendo da modalidade acessada. Houve também um aumento em relação aos investimentos totais do programa. Segundo dados consolidados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em 2003, o valor disponível foi de R\$ 145 milhões de reais, chegando ao ápice em 2012 com um montante de R\$ 838 milhões de reais.

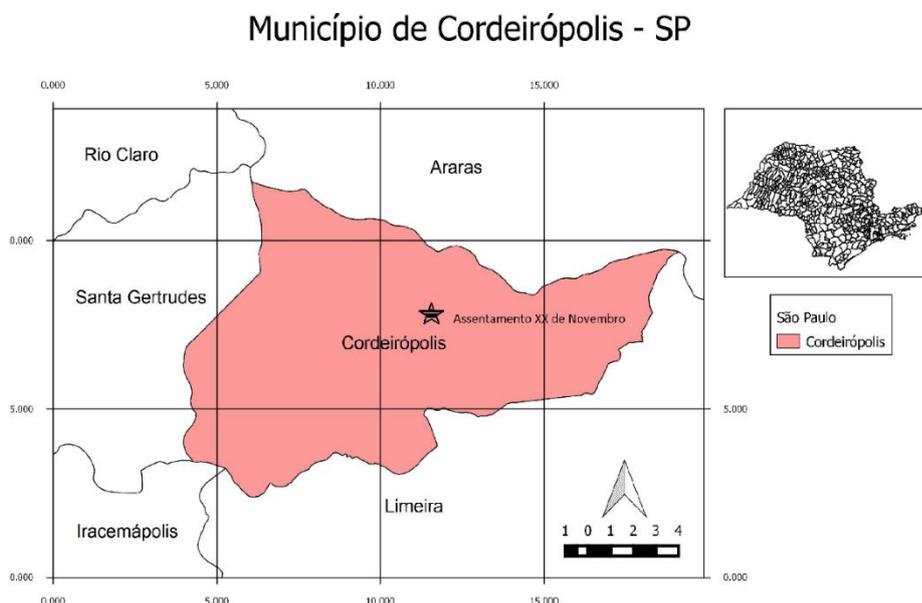
Vale ressaltar que o programa vem sofrendo, desde 2013, uma queda brusca em seus recursos chegando, no ano de 2014 a 52% menos se comparado ao ano anterior, fato este que pode ser atribuído a diversos fatores tais como: adversidades de tempo, redução de demanda, como também “o efeito de certa apreensão judicial recente, que recaiu sobre o programa e aos atores envolvidos em sua execução, seja em âmbito nacional, seja nos espaços locais” (GRISA; PORTO, 2015, p.167).

Com os conceitos de redes sociais abordados acima, aplicado ao mercado institucional originado a partir do Pnae e PAA, analisaremos como se dá a rede social formada pelos programas no assentamento XX de Novembro. A análise será realizada por meio de sociogramas relacionando sua disposição enquanto rede com a sociologia relacional e econômica, principalmente no que refere-se ao plano de fundo das relações, ao tipo de rede identificada e ao conceito de capital social.

2. MATERIAIS E METÓDOS

Para identificar a rede em nível local, analisa-se as conexões estabelecidas pelos programas Pnae e PAA no município de Cordeirópolis, que está localizado a oeste do Estado de São Paulo e faz divisa com os municípios de Rio Claro, Santa Gertrudes, Iracemápolis, Limeira e Araras. Com o recorte específico nos agricultores familiares moradores do assentamento XX de Novembro, em destaque na Figura 01.

Figura 01: Localização do assentamento XX de Novembro no município de Cordeirópolis-SP. Fonte: IBGE. Org. Filus (2016)



Fonte: IBGE. Org. Filus (2016)

Para a análise de redes sociais inicialmente fomos até os agricultores familiares do assentamento e por meio de questionário, que foi aplicado nos meses de janeiro e fevereiro de 2016 com 17 das 21 famílias que residem local, procuramos observar quais os órgãos representativos que os assentados participam e para quais localidades escoam a produção, especificamente, nos programas PAA e Pnae.

Após a identificação inicial dos órgãos representativos da comunidade e dos municípios para os quais os agricultores escoam sua produção via PAA e Pnae, agendamos entrevistas para validar as informações obtidas via questionário e para identificar quais as instituições socioassistenciais e escolas são atendidas pelos programas.

Com este mapeamento detalhado, das redes sociais responsáveis por movimentar uma parcela da produção de alimentos do assentamento XX de Novembro, formulamos representações gráficas das redes em formato de sociograma, com o intuito de introduzir subsídios de caráter qualitativo e tornar

mais fácil a compreensão dos resultados, mediante representações visuais peculiarmente elucidadas.

Para gerarmos os sociogramas utilizamos o software Pajek, que por ser um software livre, proporciona maior mobilidade ao pesquisador. Com o Pajek e as informações obtidas, criamos os modelos posicionais em uma matriz algébrica que é capaz de identificar os agentes estruturantes equivalentes, os pares delimitados entre si e vinculados a terceiros (LOPES; CANÇADO, 2014).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o início dos anos 90, não haviam políticas públicas direcionadas para os agricultores que ficaram a margem do setor público por décadas e sofriam as consequências (concentração de renda e terras, pobreza rural, migração, êxodo agrícola e rural) das políticas públicas de “modernização” da matriz tecnológica da agricultura. (SCHENEIDER et. al, 2004)

A construção de mercado institucional como ocorre com o PAA e o Pnae, tem seu enraizamento político em um conjunto de lutas travadas na década de 1990 pelo reconhecimento da agricultura familiar e de suas especificidades.

Com esta nova postura governamental, que se deu em um período de luta das classes trabalhadoras por direitos, o Estado demonstra um papel central na definição, no financiamento e na operacionalização de programas de políticas públicas. No caso dos programas PAA e Pnae, refere-se diretamente a um “mercado institucional” em que o Estado, além de definir as regras, atua como o único comprador. Segundo Grisa (2010, p. 114), “na construção social do mercado referente ao PAA o Estado é o principal “arquiteto”.

O governo, representado pelas prefeituras municipais, detém a concentração dos investimentos tanto do PAA quanto do Pnae, fato que torna as redes estabelecidas pelos programas, redes sociais tuteladas.

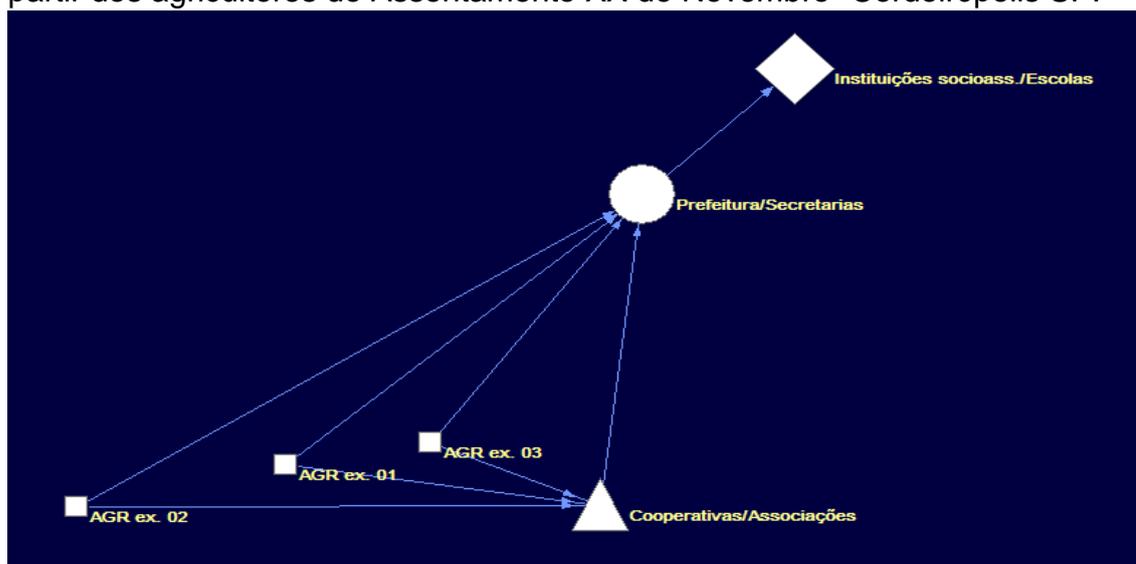
Conforme afirmam Minhoto e Martins, neste tipo de rede os entes têm uma autonomia relativa, já que se articulam sob a égide de uma organização que os mobiliza e modela o objetivo comum que os aproxima.

Como também,

Não resta dúvida, então, que a eficácia de uma rede induzida e tutelada, no sentido de alcançar os objetivos inicialmente propostos quando de sua constituição, dependerá em grande medida na habilidade de seus integrantes (principalmente da organização indutora) para encontrar um modelo de governança capaz de cobrir os buracos estruturais e de reverter a citada tendência à centralidade. (RANGEL, 2015, p. 104 e 105)

No caso específico da rede tutelada identificada, os investimentos são administrados pela secretaria da agricultura (PAA) e pela secretaria de educação (Pnae). Para nos ambientarmos com os sociogramas obtidos na pesquisa, inicialmente expomos, na Figura 2, um organograma padrão que ocorre nesta rede tutelada. Nele pode ser observado os agricultores que escoam seus alimentos via cooperativa/associação, ou de forma direta para as prefeituras, tanto no caso do PAA quanto do Pnae e que as prefeituras fazem o repasse para as instituições socioassistenciais/escolas.

Figura 2: Organograma base para entendimento da rede tutelada formada a partir dos agricultores do Assentamento XX de Novembro- Cordeirópolis SP.



Fonte: Dados da pesquisa.

Como pode ser visto na Figura 2, outro conceito aplicado a esta rede é o do capital social, que no caso estudado é identificado em suas três ramificações. O conceito de capital social de ligação, que ocorre de forma implícita para facilitar o desenho dos sociogramas, está presente nas relações que ocorrem de agricultor para agricultor. Tal conceito foi identificado via questionário no momento em que quatro dos agricultores que escoam pelo PAA e um dos agricultores que escoam para o Pnae, disseram saber dos programas por meio dos vizinhos.

Além do capital social de ligação, também conseguimos identificar o capital social de ponte e de conexão que ocorre especificamente no escoamento da produção para o Pnae de Cordeirópolis e Rio Claro, visto que a transação ocorre entre agricultores e organização civil (cooperativas), e da organização civil para as prefeituras (Estado).

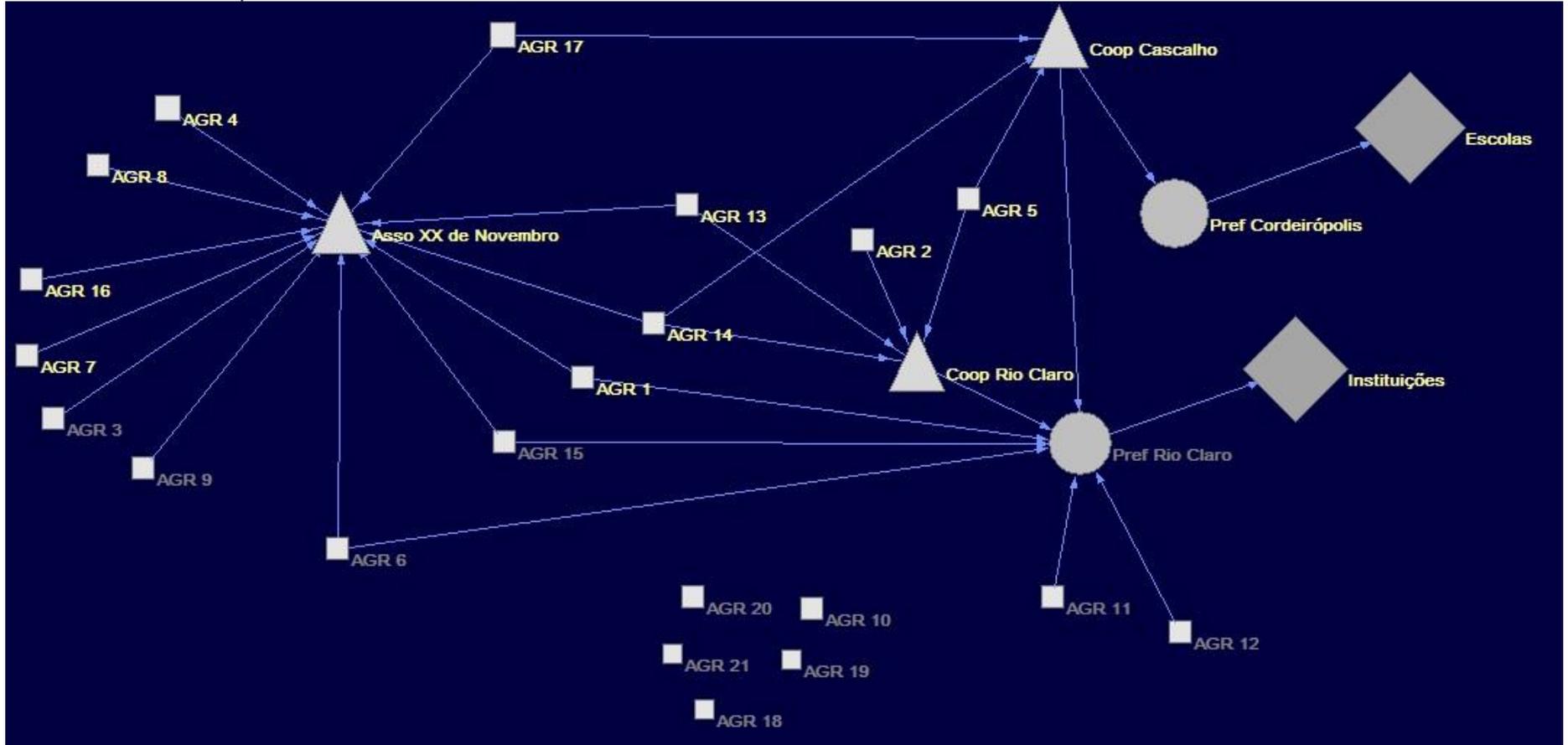
As únicas ligações dentro da rede estabelecida que não se enquadram aos conceitos de capital social, estão na relação entre os agricultores e a prefeitura de Rio Claro, no caso do PAA, pois o escoamento é realizado diretamente dos agricultores para a prefeitura.

No entanto,

A iniciativa e a estrutura organizacional do PAA na forma de rede têm apresentado resultados importantes no contexto local. Em termos gerais, a integração de várias instituições e atores em torno de um objetivo tem fomentado o capital social e favorecido o fortalecimento das próprias organizações e instituições. Do ponto de vista das famílias que recebem os alimentos, além de melhorarem suas condições de segurança alimentar em termos de quantidade, também cresceram na diversidade (são mais de quarenta itens que compõe a cesta mensal), na qualidade e na coerência com os hábitos alimentares locais. Mas os resultados para estas famílias vão além da segurança alimentar, envolvendo inclusão social, autoestima, cidadania etc. (GRISA, 2010, p. 123 e 124)

Se levarmos em consideração somente a análise e tabulação realizada por meio dos questionários preenchidos pelos agricultores, teremos uma estrutura de rede, que pode ser visualizada no sociograma 1 (Figura 3)

Figura 3: Sociograma 1: Identificação, via questionário, das redes de escoamento do PAA e Pnae no Assentamento XX de Novembro Cordeirópolis-SP



Fonte: Dados da pesquisa

A identificação dos agricultores serviu para obtermos as informações de quais programas estão presentes na comunidade.

Nesta primeira visualização da rede identificamos que seis agricultores são integrantes somente da associação XX de Novembro e não escoam para nenhum dos programas, já que a associação não tem força para operacionalizar, ou ao menos mediar uma possível inserção dos filiados aos programas.

Em contrapartida, dez agricultores dizem escoar para pelo menos um dos programas, sendo cinco de forma direta para a prefeitura e quatro, via cooperativas.

A abordagem também nos fez identificar quais organizações estão presentes dentro desta rede, que são: a Prefeitura de Cordeirópolis, a Prefeitura de Rio Claro, as Cooperativas de Cascalho e de Rio Claro.

Munidos dessas informações, iniciamos o processo de entrevistas com os órgãos representantes e as referidas prefeituras, assim podemos observar de antemão no sociograma 2 (Figura 4), que houve uma significativa ampliação dos atores da rede.

Além deste aspecto também obtivemos uma significativa alteração da rede inicial, visto que as informações repassadas pelos agricultores, via questionário, não condizem com as informações obtidas nas entidades representantes dos agricultores e nos órgãos municipais.

Apenas quatro das onze informações de escoamento estavam realmente corretas, e foram validadas pelos agentes⁴.

A exemplo desta situação, conseguimos identificar que as informações erradas que surgiram de forma recorrente nas respostas dos agricultores,

⁴ As informações completas sobre as validações das informações de escoamento podem ser observadas no artigo 2 desta dissertação de mestrado.

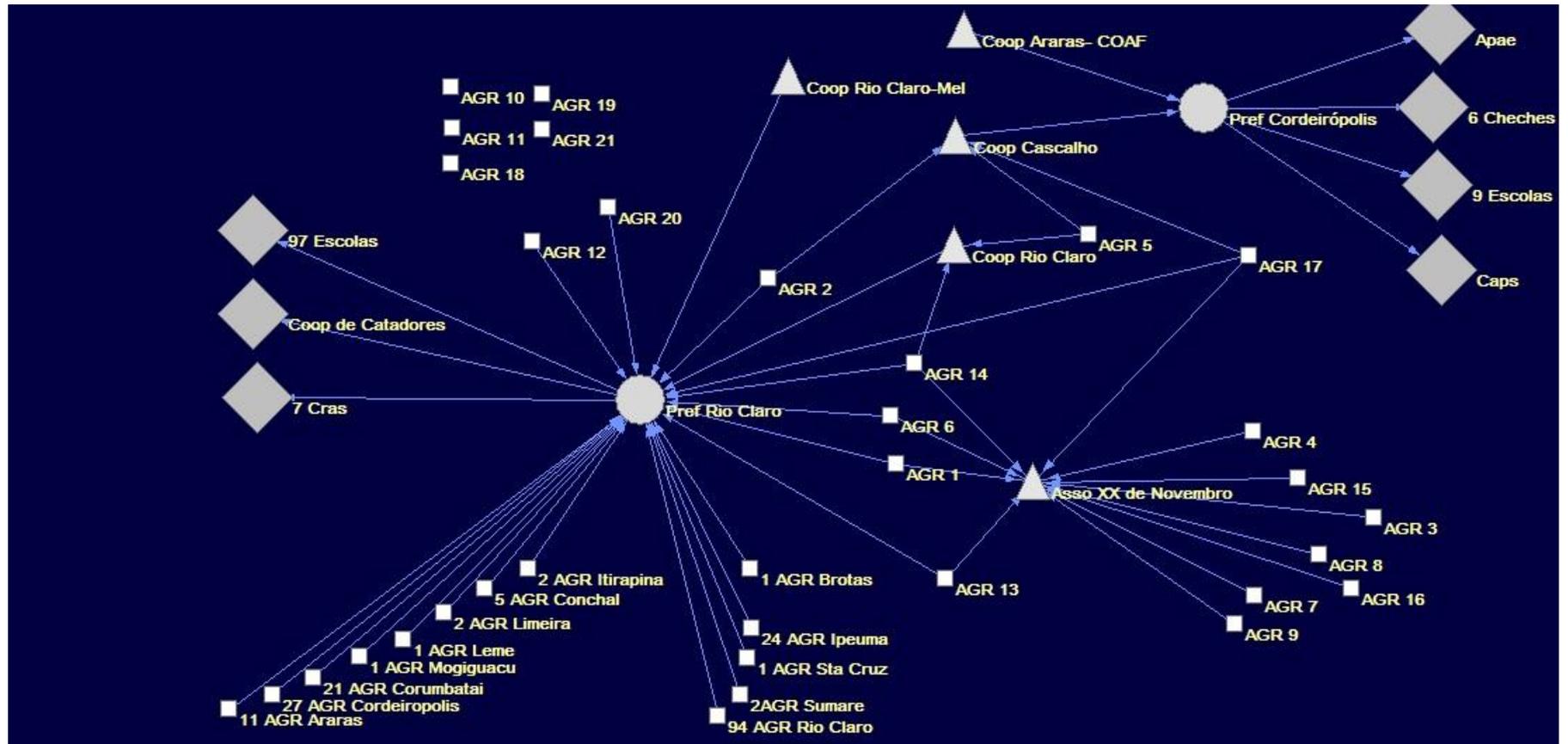
foram em relação ao escoamento de alimentos para o PAA de Rio Claro. Este repasse é realizado de forma direta, devido ao direcionamento adotado pelo programa no município, no entanto, nas entrevistas realizadas com a gestora do PAA e com o coordenador geral da cooperativa de Rio Claro, nos foi explicitado que existe uma interação entre os órgãos e geralmente quem escoar para o Pnae de Rio Claro, via cooperativa de Rio Claro, é informado sobre o PAA, e para ele escoar somente de forma individual.

No caso analisado, somente os Agr 05 e 14 escoam para o Pnae de Rio Claro, mas não só eles nos deram informações errôneas sobre o escoamento para o PAA, os agricultores 13 e 17 também o fizeram, tendo em vista que acreditavam escoar para o programa via cooperativa.

Tal informação nos leva a crer que não existiu uma comunicação eficaz entre os agricultores e as organizações, como também a questão sinalizada acima em relação ao capital social de ponte (agricultores que se encontram na região central do sociograma e que possuem mais de uma ligação seja com as associações/cooperativas, ou com as prefeituras), que ocorre entre os agricultores e possivelmente também foi responsável pelo erro das informações.

Somado a estes casos, a ampliação da rede pode ser verificada pelo fato do aparecimento de mais agricultores, de outros municípios que compõem a rede de recebimento dos alimentos pelos programas, como o caso do aparecimento de mais duas cooperativas e de agricultores de outras localidades.

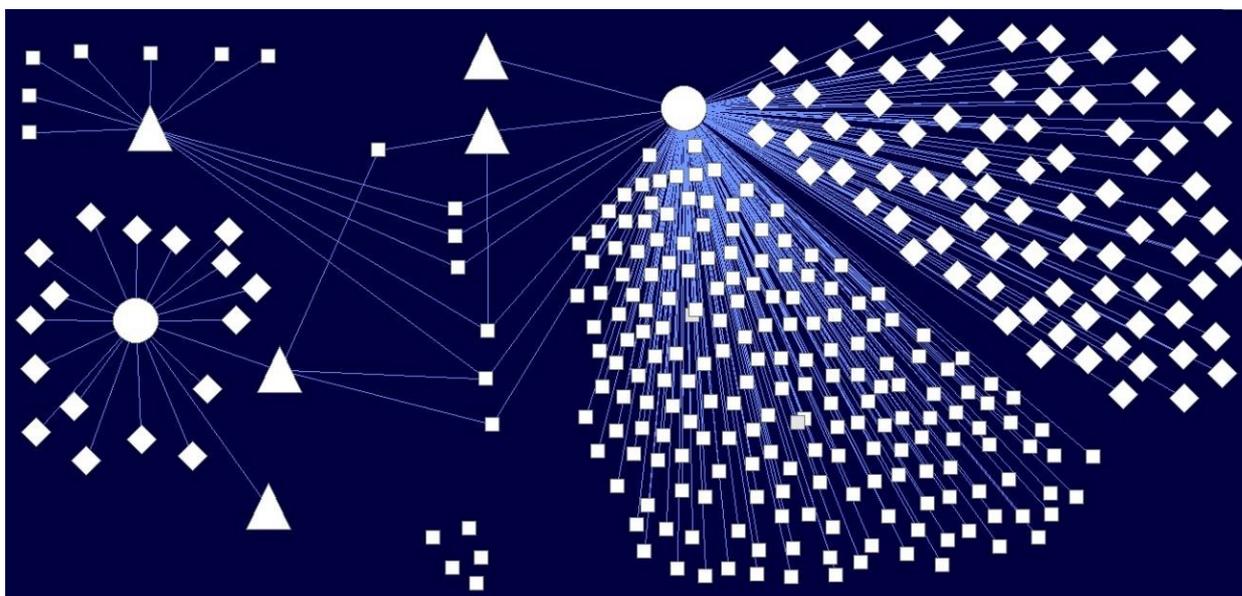
Figura 4: Sociograma 2: Identificação, via entrevista, das redes de escoamento do PAA e Pnae no Assentamento XX de Novembro Cordeirópolis-SP



Fonte: Dados da pesquisa

Em relação a ampliação identificada após a realização das entrevistas, no sociograma 2, ainda podemos aumentar esta visualização da rede levando em consideração a contagem singular dos agricultores participantes dos programas e das instituições recebedoras (sociograma 3, Figura 5).

Figura 5: Sociograma 3: Identificação completa, via entrevista, das redes de escoamento do PAA e Pnae no Assentamento XX de Novembro Cordeirópolis-SP



Fonte: Dados da pesquisa

Como os questionários foram realizados em 2016 e as entrevistas em 2017 (momento em que os órgãos públicos já tinham consolidados os atendimentos do ano de 2016), conseguimos fazer um levantamento do número mínimo de pessoas envolvidas com os programas PAA e Pnae na rede identificada, no ano de 2016.

Para isso levamos em consideração a compilação da composição familiar dos questionários, onde se tem o número real de pessoas por família envolvidas nos programas no assentamento XX de Novembro, os atendimentos consolidados do Pnae de Cordeirópolis e Rio Claro de 2016, o total de

agricultores envolvidos no PAA de Rio Claro, as cestas semanais destinadas as instituições e mais as equipes das cooperativas, associações e prefeituras.

Como não temos o número real da composição familiar dos demais agricultores que destinam produtos para o PAA de Rio Claro, multiplicamos os agricultores por quatro, levando em consideração que estamos tratando de famílias com o número médio de quatro pessoas. O mesmo procedimento foi adotado com relação a equipe técnica envolvida nas cooperativas e nas prefeituras, onde multiplicamos o número de entidades por cinco, levando em consideração que é necessário no mínimo uma equipe de 5 pessoas para realizar as destinações.

O que nos deu um número estimado de envolvidos com os programas de 48.413 pessoas, somente no ano de 2016.

Tabela 1: Indivíduos integrantes da rede social de escoamento do PAA e Pnae do assentamento XX de Novembro, Cordeirópolis-SP, 2016.

<i>Característica</i>	<i>nº de pessoas</i>
<i>Famílias do Assentamento XX de Novembro</i>	70
<i>Agricultores integrantes do PAA Rio Claro</i>	800
<i>Atendimentos Pnae Rio Claro</i>	39.000
<i>Atendimentos Pnae Cordeirópolis</i>	5.118
<i>Atendimentos PAA Rio Claro</i>	3.400
<i>Equipe Pnae Rio Claro</i>	5
<i>Equipe Pnae Cordeirópolis</i>	5
<i>Equipe PAA Rio Claro</i>	5
<i>Equipe Coop. Rio Claro</i>	5
<i>Equipe Coop. Cascalho</i>	5
<i>Total dos indivíduos da rede</i>	48.413

Fonte: Dados da pesquisa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mescla de conceitos oriundos da sociologia relacional e da sociologia econômica, foram essenciais para que pudéssemos qualificar a rede estudada.

A configuração que se apresenta é de uma rede tutelada e a mobilização social oriunda dos programas PAA e Pnae na realidade estudada é essencial para o diálogo dos agricultores com formas diferenciadas de escoamento de produção e também contribui para uma maior diversificação alimentar dentro da comunidade.

A comunicação interna da rede, que em sua maioria se dá por intermédio dos agricultores de ponte (com destaque para os agricultores 02, 05, 14 que na realidade estudada são os que mais possuem relações de escoamento e vinculação com órgãos representativos da classe) é importantíssima para a manutenção e ampliação da rede. Por se tratar de um número baixo de laços fracos esta comunicação ainda é falha, não cabendo apenas responsabilizar os agricultores por esta falta de comunicação.

Como foi observado, os agricultores têm maior dificuldade em identificar qual dos programas participam e estas informações devem também partir dos órgãos representativos dos agricultores e das entidades mediadoras desta relação tutelar (prefeituras e suas respectivas secretarias).

Outro aspecto importante identificado pela pesquisa foi a interação entre os diversos tipos de capital social, fato que contribui para a manutenção de laços de confiança mútua e para a solução de problemas dependentes da ação coletiva.

Em suma, o que se apresenta é que a rede, mesmo necessitando melhorar em alguns aspectos, mobiliza um número expressivo de pessoas e foi responsável, em parte, por movimentos externos a ela, como a criação de um

feira local no município de Corderópolis, do qual alguns integrantes da rede estudada passaram a fazer parte.

Segundo o Agr. 06 a feira foi uma iniciativa identificada após o reconhecimento destes agricultores, que se deu em período posterior a implementação dos programas PAA e Pnae. Os programas acabaram aproximando as vias institucionais e o diálogo com os agricultores passou a ser facilitado.

O que demonstra que a força dos laços fracos manifesta-se na criação da reputação dos produtos, possibilitando a ampliação dos circuitos de comércio. Que passam a ser fortalecidos a partir dos programas e de sua rede de atores, aproveitando os trunfos locais das relações e laços sociais já estabelecidas (PANDOLFO, 2008).

5. REFERÊNCIAS

BOLTER, J. A. G.; SCHNEIDER, S.; HAAS, J. M. O Programa Nacional de Habitação Rural como estratégia de inclusão e desenvolvimento rural. In: Catia Grisa; Sergio Schneider. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. 1ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, v. 1, p. 465-484

BOURDIEU, P. Le mort saisit le vif. As relações entre a história reificada e a história incorporada. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989.

BRASIL. 2009. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Recuperado de: https://www.fn-de.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sql_tipo=LEI&num_ato=00011947&seq_ato=000&vlr_ano=2009&sql_or_gao=NI.

BRASIL. 2012. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2010/2013**. Recuperado de: http://portal.mda.gov.br/plano-safra/arquivos/view/Cartilha_PlanoSafra.pdf.

BRASIL. 2016. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE.** *Aquisição de produtos da agricultura familiar pra a alimentação escolar.* 2ª edição - versão atualizada com a Resolução CD/FNDE nº 04/2015. Brasília. Recuperado de: <http://www.fnde.gov.br/arquivos/category/116-alimentacao-escolar?download=9815:pnae-manual-aquisicao-de-produtos-da-agricultura-familiar-para-a-alimentacao-escolar-2-edicao>.

EMIRBAYER, M. Manifesto for a relational sociology”. In: **American Journal of Sociology.** Vol 103, No 2. 1997.

FISCHER, T.; CARVALHO, J. Poder local, redes sociais e gestão pública em Salvador-Bahia. In: FISCHER, Tânia (Org. e Coord.). **Poder local: governo e cidadania.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.

FLIGSTEIN, N. The sociology of markets. **Annual review of sociology.** n.33, p. 105-128, 2007 GRANOVETTER, M. The impacto f social structure on economic outcomes. *Journal of economic perspectives.* V. 19, n.1, p. 33-50, 2005.

GRANOVETTER, M. The impacto f social structure on economic outcomes. **Journal of economic perspectives.** V. 19, n.1, p. 33-50. 2005.

GRISA, C. As redes e as instituições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional,** v. 6, p. 97-129. 2010.

Grisa, C.; Porto, I. P. .Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. p. 155-180. In Grisa, C. & Scheneider, S. (Orgs.), **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS. 624p. 2015.

HANNEMAN, Robert A. (2001) “**Introduction to Social Network Methods**”. 2001. Disponível em: <http://faculty.ucr.edu/~haneman/SOC157/NETTEXT.PDF>

INOJOSA, R.M. Redes de compromisso social In: **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro : FGV, 33 (5), set/out 1999.

INOJOSA, R. M. Construindo futuro: transetorialidade e redes de compromisso social. In: CAVALCANTI, Marly. Gestão social, estratégias e parcerias: redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o Terceiro Setor. p. 239-250, São Paulo: Saraiva, 2006.

LOPES, M. P.; CANÇADO, A. C. Rede Social: Um estudo de caso da rede universitária de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (Rede de Itcps) a partir da interação entre as incubadoras. **REDES - Rev. Des. Regional, Santa Cruz do Sul**, v. 19, nº 2, p. 138 - 165, maio/ago. 2014

MARQUES, E. **Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revan/Fapesp, 2000.

MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. O. Redes e Capital Social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n.3, p. 41-49. 2004.

MELÃO, I. B. Produtos sustentáveis na alimentação escolar: o Pnae no Paraná. **Cad. Ipardes**. Curitiba, eISSN 2236-8248, v.2, n.2, p. 87-105. 2012.

MINHOTO, L.; MARTINS, C. As redes e o desenvolvimento social. **Cadernos FUNDAP**, 22. 2001.

OLIVEIRA, J. A. P. de. Desafios do Planejamento em Políticas Públicas: Diferentes Visões e Práticas. **Revista de Administração Pública** (Impresso), Rio de Janeiro, v. 40, n.2, p. 273-288, 2006.

OLIVEIRA, J. A. P. de. Implementing Environmental Policies in Developing Countries Through Decentralization: The Case of Protected Areas in Bahia, Brazil. **World Development**, v. 30, n.10, p. 1713-1736, 2002

PANDOLFO, M.C. O programa de aquisição de alimentos como instrumento revitalizador dos mercados regionais. **Agriculturas**, v.5, n.2, p.14-17. 2008.

RANGEL, R.R.; PINHEIRO, F. Redes Sociais: As Premissas da Indução e da Tutela. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, v. 5, p. 98-109. 2015.

RAUD-MATTEDI, C. Análise crítica da sociologia econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação. **Política e Sociedade**, n.6, p.59-82. 2005.

SCHERER-WAREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**.2ª Ed. São Paulo - Rio de Janeiro: Loyola - Centro João XXIII. 1996.

SCHNEIDER, S. et al. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S. et al. (Orgs.) **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SILVA, M. K. da. Sociedade civil e construção democrática: do aniquêismo essencialista à abordagem relacional. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p.156-178. 2006.

SWEDBERG, R.; GRANOVETTER, M. Introduction. In: In: GRANOVETTER, M.; SWEDBERG, R. **The sociology of economic life**.Boulder/San Francisco/Oxford: Westview Press. 1992.

CAPÍTULO 05

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Localizado a oeste do Estado de São Paulo o município de Cordeirópolis, que faz divisa com os municípios de Rio Claro, Santa Gertrudes, Iracemópolis, Limeira e Araras, abriga o assentamento XX de Novembro.

O assentamento, possui 21 famílias, que formam o recorte desta dissertação, que com uma pesquisa qualitativa e quantitativa, conseguiu identificar um perfil dos assentados da localidade, como também quais destes faziam parte do Pronaf, do PAA e do PNAE; e das redes de escoamento dos dois últimos programas.

Com um número total de 17 questionários aplicados nas propriedades, identificamos que a comunidade é composta por 46 pessoas do sexo feminino e 56 do masculino, sendo que a comunidade se distribui em sua maioria entre a faixa etária de 0 a 4 anos e de 35 a 39 anos, com predominância do sexo feminino.

Em relação a escolaridade, o comunidade dispõem de um quantitativo expressivo de indivíduos com 2º grau completo, fato que se dá principalmente pelo fato do assentamento estar disposto em local próximo a cidade e as escolas locais.

Com a escolaridade alta, os indivíduos que se consideram agricultores encontram-se com idade entre os 39 e 73 anos.

Quanto ao acesso aos programas Pronaf, PAA e Pnae, o assentamento fez maior uso do Pronaf, no período de início do assentamento e até o ano de 2016 contou com nove famílias com acesso ao PAA e 2 com acesso ao Pnae.

Como o Pronaf foi considerado pela maioria dos entrevistados como um programa que os levou ao endividamento, o PAA é aquele que teve mais

resultados positivos dentro do local, contribuindo para a segurança alimentar e complementação de renda.

Na localidade existe uma organização dos moradores, denominada associação de pequenos produtores rurais do assentamento XX de Novembro, mas a referida associação, até no ano de 2016, desenvolveu trabalho somente em prol da manutenção dos espaços físicos do assentamento, não contribuindo na organização dos moradores.

O escoamento de produção para os programas PAA e Pnae ocorre por meio da Cooperativa de Cascalho, da Cooperativa de Rio Claro e também de forma direta para os municípios de Cordeirópolis e Rio Claro e contribui para que os agricultores mantenham uma renda mensal média de R\$ 1.086,47 reais por família.

Dentre as melhorias sugeridas pelos agricultores para os programas encontram-se, a questão do pagamento do PAA, que poderia ser maior por item e ocorrer conforme o cronograma e para o Pronaf a questão da liberação imediata do crédito após quitação da dívida.

Com as informações disponibilizadas pelos agricultores e validadas pelas cooperativas e agentes municipais, conseguimos identificar o período de acesso dos municípios de Cordeirópolis e Rio Claro nos programas PAA e Pnae. O Pnae de Cordeirópolis iniciou em 2009, o de Rio Claro em 2010 e o PAA de Rio Claro no mínimo em 2011, segundo o PAA Data.

Nesse último, o ajuste municipal é que os alimentos são entregues somente de forma direta (agricultor-prefeitura), o que mobiliza 200 agricultores da região, sendo 9 do assentamento XX de Novembro.

Com relação aos atendimentos realizados no ano de 2016, identificamos 5.118 atendimentos pelo Pnae de Cordeirópolis, 39.000 pelo Pnae de Rio Claro

e 850 cestas pelo PAA de Rio Claro, que totalizam uma articulação de mais de 48.000 pessoas, somente neste ano.

Já para análise de coesão social desta relação de escoamento, obtivemos um grau de alta coesão social, que se firmou nos 85% o que simboliza uma alta integração entre atores do escoamento, sendo a questão do controle principalmente ao quantitativo de alimentos entregues, a maior dificuldade apontada na rede.

Dentre os resultados após as entrevistas, o que mais nos chamou a atenção foi a falta de informação dos agricultores, que em questionário afirmaram escoar de diversas formas para os programas, mas nem mesmo sabiam ao certo como escoavam. Das 11 formas de escoamento sinalizadas pelos agricultores, apenas 4 foram validadas pelas prefeituras e órgãos representantes. Devido a esta falta de informação o que podemos visualizar é uma alteração significativa entre o diagrama de rede elaborado pelo primeiro e segundo artigo, e que pode ser comparado nas páginas 92 e 95 desta dissertação.

Além deste fator negativo, em relação a falta de informação na rede, nos foi reforçado a questão da melhoria alimentar, identificada pelos agentes municipais, que sinalizaram uma melhora na qualidade dos alimentos recebidos pelas escolas e instituições, e fator educacional agregado pelo alimento após a compra deles da agricultura familiar local.

Após a identificação dos atores e da sistematização das entrevistas, agregamos as informações obtidas e as relacionamos com a análise de redes sociais da sociologia relacional e da sociologia econômica.

Com o auxílio do software Pajek conseguimos identificar algumas relações e atores chaves que poderão servir como foco de atuação para melhoria no interior dos programas. Acreditando que um trabalho focalizado

nos atores de laços fracos com características de ponte (agricultores 01, 02, 05, 06, 13, 14 e 17) pode ser uma estratégia de ampliação e melhoria das relações no interior da rede sem ter que trabalhá-la por completo.